



SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

PAUTA DA 6ª REUNIÃO

(2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura)

**01/03/2012
QUINTA-FEIRA
às 10 horas**

Presidente: Senador Ricardo Ferraço

Vice-Presidente: Senador Jarbas Vasconcelos



Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

**6ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª
LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 01/03/2012.**

6ª REUNIÃO, ORDINÁRIA
Quinta-feira, às 10 horas

SUMÁRIO

ITEM	PROPOSIÇÃO	RELATOR (A)	PÁGINA
1	MSF 9/2012 - Não Terminativo -	SEN. ANA AMÉLIA	11
2	MSF 11/2012 - Não Terminativo -	SEN. MOZARILDO CAVALCANTI	41
3	MSF 16/2012 - Não Terminativo -	SEN. SÉRGIO SOUZA	71
4	RQS 53/2012 - Não Terminativo -	SEN. ANA AMÉLIA	120
5	RQS 55/2012 - Não Terminativo -	SEN. PAULO BAUER	124
6	RQS 56/2012 - Não Terminativo -	SEN. CRISTOVAM BUARQUE	127

7	RQS 57/2012 - Não Terminativo -	SEN. ANTONIO CARLOS VALADARES	130
8	Requerimento 8		133

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: Senador Ricardo Ferraço

VICE-PRESIDENTE: Senador Jarbas Vasconcelos

(19 titulares e 19 suplentes)

TITULARES	SUPLENTE		
Bloco de Apoio ao Governo(PSOL, PT, PDT, PSB, PCdoB)			
Jorge Viana(PT)(51)	AC (61) 3303-6366 e 3303-6367	1 Delcídio do Amaral(PT)	MS (61) 3303-2452 a 3303 2457
Eduardo Suplicy(PT)	SP (61) 3303-3213/2817/2818	2 Randolfe Rodrigues(PSOL)(52)(51)(59)	AP (61) 3303-6568
Vanessa Grazziotin(PCdoB)(12)(14)	AM (61) 3303-6726	3 Lindbergh Farias(PT)(11)	RJ (61) 3303-6426 / 6427
Anibal Diniz(PT)(52)(16)(13)(17)	AC (61) 3303-4546 / 3303-4547	4 Eduardo Lopes(PRB)(25)(26)	RJ (61) 3303-5730
Cristovam Buarque(PDT)	DF (61) 3303-2281	5 Pedro Taques(PDT)(24)	MT (61) 3303-6550 e 3303-6551
Lídice da Mata(PSB)(50)	BA (61) 3303-6408/ 3303-6417	6 João Capiberibe(PSB)(23)	AP (61) 3303-9011/3303-9014
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PSD, PMDB, PP)			
Ricardo Ferraço(PMDB)(48)	ES (61) 3303-6590	1 Sérgio Souza(PMDB)(48)	PR (61) 3303-6271/ 6261
Jarbas Vasconcelos(PMDB)(48)	PE (61) 3303-3245	2 João Alberto Souza(PMDB)(48)	MA (061) 3303-6352 / 6349
Pedro Simon(PMDB)(31)(48)(32)(35)	RS (61) 3303-3232	3 Roberto Requião(PMDB)(48)	PR (61) 3303-6623/6624
Eunício Oliveira(PMDB)(48)	CE (61) 3303-6245	4 Romero Jucá(PMDB)(48)	RR (61) 3303-2112 / 3303-2115
Luiz Henrique(PMDB)(48)	SC (61) 3303-6446/6447	5 Ana Amélia(PP)(48)	RS (61) 3303-6083/6084
Francisco Dornelles(PP)(48)	RJ (61) 3303-4229	6 Sérgio Petecão(PSD)(41)(48)(40)(21)(36)	AC (61) 3303-6706 a 6713
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)			
Alvaro Dias(PSDB)(46)(47)	PR (61) 3303-4059/4060	1 Aloysio Nunes Ferreira(PSDB)(46)	SP (61) 3303-6063/6064
Paulo Bauer(PSDB)(10)(46)	SC (61) 3303-6529	2 Flexa Ribeiro(PSDB)(46)	PA (61) 3303-2342
José Agripino(DEM)	RN (61) 3303-2361 a 2366	3 Jayme Campos(DEM)(53)(18)(38)	MT (61) 3303-4061/1048
Cyro Miranda(PSDB)(60)	GO (61) 3303-1962	4 Cícero Lucena(PSDB)(63)	PB (61) 3303-5800 5805
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PRB, PSC, PR)			
Mozarildo Cavalcanti(PTB)(57)(61)(62)	RR (61) 3303-4078 / 3315	1 Gim(PTB)(57)(42)(54)	DF (61) 3303-1161/3303-1547
Fernando Collor(PTB)(57)(39)	AL (61) 3303-5783/5786	2 Eduardo Amorim(PSC)(57)(9)	SE (61) 3303 6205 a 3303 6211
Magno Malta(PR)(44)(57)(34)(33)(43)	ES (61) 3303-4161/5867	3 Armando Monteiro(PTB)(57)(45)(64)(28)(27)	PE (61) 3303 6124 e 3303 6125

- (1) Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.
- (2) Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- (3) Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.
- (4) Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.
- (5) Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.
- (6) Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.
- (7) Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.
- (8) Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.
- (9) Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 034/2011 - GLPTB / Of. nº 021/2011 - GLBAG).
- (10) Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
- (11) Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. (Of. nº 051/2011 - GLDBAG)
- (12) Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
- (13) Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
- (14) Em 03.08.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 098/2011 - GLDBAG)
- (15) O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- (16) Em 25.08.2011, o Bloco de Apoio ao Governo cede uma vaga de titular na Comissão ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. nº 106/2011-GLDBAG).
- (17) Em 29.08.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 237/2011 - GLPMDB).
- (18) Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 060/2011-GLDEM).
- (19) Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011 e do Of. nº 17/2011-GLPR.

- (20) Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
- (21) Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).
- (22) Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
- (23) Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 147/2011-GLDBAG)
- (24) Em 09.02.2012, o Senador Pedro Taques é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz. (Of. 022/2012 - GLDBAG)
- (25) Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
- (26) Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 29/2012 - GLDBAG).
- (27) Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
- (28) Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
- (29) Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
- (30) Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- (31) Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
- (32) Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 181/2012).
- (33) Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
- (34) Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
- (35) Em 09.08.2012, o Senador Jacer Barbalho é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Tomás Correia (Of. GLPMDB nº 192/2012).
- (36) Em 09.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 191/2012).
- (37) Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
- (38) Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
- (39) Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
- (40) Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
- (41) Em 23.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 354/2012).
- (42) O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
- (43) Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
- (44) Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. Nº 217/2012-BLUFOR).
- (45) Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
- (46) Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 013/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Lúcia Vânia e Paulo Bauer, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro, como membros suplentes, para compor a Comissão.
- (47) Em 26.02.2013, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 55/2013-GLPSDB).
- (48) Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 42/2013, designando os Senadores Ricardo Ferraço, Jarbas Vasconcelos, Pedro Simon, Eunício Oliveira, Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e os Senadores Sérgio Souza, João Alberto Souza, Roberto Requião, Romero Jucá, a Senadora Ana Amélia e o Senador Sérgio Petecão como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
- (49) Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ricardo Ferraço e Jarbas Vasconcelos Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 001/2013 - CRE).
- (50) Em 27.02.2013, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. GLDBAG nº 024/2013).
- (51) Em 05.03.2013, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aníbal Diniz, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. GLDBAG nº 29/2013).
- (52) Em 07.03.2013, o Senador Aníbal Diniz é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 42/2013-GLDBAG).
- (53) Em 07.03.2013, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 14/2013-GLDEM).
- (54) Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (Of. BLUFOR nº 033/2013).
- (55) Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013)
"A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL – determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários.
Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."
- (56) Bloco Parlamentar da Maioria: 6 titulares e 6 suplentes.
Bloco de Apoio ao Governo: 6 titulares e 6 suplentes.
Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes.
Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.
- (57) Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Sodré Santoro, Fernando Collor e Magno Malta, e membros suplentes os Senadores Gim e Eduardo Amorim para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 48/2013).
- (58) Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
- (59) Em 21.03.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 54/2013-GLDBAG).
- (60) Em 04.04.2013, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 110/2013-GLPSDB).
- (61) Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
- (62) Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 83/2013-BLUFOR).
- (63) Em 23.04.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 127/2013-GLPDSB).
- (64) Em 06.08.2013, o Senador Armando Monteiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 155/2013-BLUFOR).

REUNIÕES ORDINÁRIAS:
SECRETÁRIO(A): JOSÉ ALEXANDRE GIRÃO MOTA DA SILVA
TELEFONE-SECRETARIA: 3303-3496
FAX: 3303-3546

PLENÁRIO Nº 7 - ALA ALEXANDRE COSTA
TELEFONE - SALA DE REUNIÕES:
E-MAIL: scomcre@senado.gov.br



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO
FEDERAL

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
54ª LEGISLATURA**

**Em 1 de março de 2012
(quinta-feira)
às 10h**

PAUTA
6ª Reunião, Ordinária

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA
NACIONAL - CRE**

	Deliberativa
Local	Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 07

PAUTA

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 9, de 2012

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Senhora RENATE STILLE, Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto ao Reino Hachemita da Jordânia.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senadora Ana Amélia

Relatório: A Comissão dispõe das condições necessárias para deliberar sobre a indicação

Observações:

Leitura do Relatório, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011 – CRE.

Textos disponíveis:

[Avulso da matéria](#)

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

[Relatório](#)

[Parecer aprovado na comissão](#)

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 11, de 2012

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor MICHAEL FRANCIS DE MAYA MONTEIRO GEPP, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto a São Vicente e Granadinas.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Marcelo Crivella (Substituído por *Ad Hoc*)

Relatoria *Ad Hoc*: Senador Mozarildo Cavalcanti

Relatório: A Comissão dispõe das condições necessárias para deliberar sobre a indicação.

Observações:

Leitura do Relatório, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011 - CRE.

Textos disponíveis:

[Avulso da matéria](#)

[Votação nominal](#)

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

[Relatório](#)

[Parecer aprovado na comissão](#)

ITEM 3

MENSAGEM (SF) Nº 16, de 2012

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor MARCELO LEONARDO DA SILVA VASCONCELOS, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Democrática Socialista do Sri Lanka, e,

cumulativamente, junto à República das Maldivas.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Sérgio Souza

Relatório: A comissão dispõe das condições necessárias para deliberar sobre a indicação.

Observações:

Leitura do Relatório, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011 - CRE.

Textos disponíveis:

[Avulso da matéria](#)

[Votação nominal](#)

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

[Relatório](#)

[Parecer aprovado na comissão](#)

ITEM 4

REQUERIMENTO Nº 53, de 2012

Requer, nos termos regimentais, autorização para representar o Senado Federal na 38ª Conferência Anual da Eastern Economic Association, que ocorrerá em Boston, Estados Unidos, e comunica, em cumprimento ao disposto no art. 39, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, que se ausentará do País no período de 7 a 10 de março de 2012.

Autoria: Senador Eduardo Suplicy

Relatoria: Senadora Ana Amélia

Relatório: Pendente de parecer

Textos disponíveis:

[Avulso de requerimento](#) (RQS 53/2012)

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

[Parecer aprovado na comissão](#)

ITEM 5

REQUERIMENTO Nº 55, de 2012

Requer, nos termos do art. 55, III, da Constituição Federal, combinado com o art. 39, inciso I, e o disposto no art. 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para ausentar-se do País, no período de 02 a 05, de abril de 2012, para participar de encontros entre parlamentares tchecos e brasileiros, que serão realizados no Parlamento da República Tcheca.

Autoria: Senador Luiz Henrique e outros

Relatoria: Senador Paulo Bauer

Relatório: Pendente de parecer

Textos disponíveis:

[Avulso de requerimento](#) (RQS 55/2012)

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

[Parecer aprovado na comissão](#)

ITEM 6

REQUERIMENTO Nº 56, de 2012

Requer, nos termos do artigo 55, III, da Constituição Federal, combinado com o art. 39, inciso I, e o disposto no art. 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para se ausentar do País, em missão política de interesse parlamentar, no período de 2 a 5 de abril de 2012, para participar de encontros entre

parlamentares thecos e brasileiros, na República Theca, conforme convite expedido pela Embaixada daquele país.

Autoria: Senador Jarbas Vasconcelos

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Pendente de parecer

Textos disponíveis:

[Avulso de requerimento](#) (RQS 56/2012)

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

[Parecer aprovado na comissão](#)

ITEM 7

REQUERIMENTO Nº 57, de 2012

Requer nos termos do artigo 55, III, da Constituição Federal, combinado com o artigo 39, inciso I, e o disposto no art. 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para ausentar-se do país, no período de 2 a 5 de abril de 2012, para participar de uma série de encontros entre parlamentares tchecos e brasileiros, que serão realizados no Parlamento da República Tcheca, com o objetivo de estreitar os laços democráticos entre as duas repúblicas.

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Relatoria: Senador Antonio Carlos Valadares

Relatório: pendente de parecer

Textos disponíveis:

[Avulso de requerimento](#)

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

[Parecer aprovado na comissão](#)

ITEM 8

REQUERIMENTO Nº , DE 2012

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, em conjunto com as comissões de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, e a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle - CMA, para debater o acidente ocorrido nas instalações da Estação Antártica Comandante Ferraz, sendo convidados, para tanto:

- Ministro de Estado da Defesa, Embaixador Celso Amorim;
- Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação, Marco Antonio Raupp;
- Comandante da Marinha, Almirante-de-Esquadra Júlio Soares de Moura Neto;
- Professor José Goldenberg, Instituto de Eletrotécnica e Energia da Universidade de São Paulo; e
- Professor Jefferson Simões, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Autoria: Senador Mozarildo Cavalcanti

1

RELATÓRIO Nº , DE 2012

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº 9, de 2012 (Mensagem nº 32, de 2012, na origem), da Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal, o nome da Senhora RENATE STILLE, Ministra de Segunda Classe do Quadro Permanente da Carreira Diplomática, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto ao Reino Hachemita da Jordânia.

RELATORA: Senadora **ANA AMÉLIA**

Esta Casa Legislativa é chamada a opinar sobre a indicação que a Presidente da República deseja fazer da Senhora Fausto Renate Stille, Ministra de Segunda Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto ao Reino Hachemita da Jordânia.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV). Nesse sentido, damos início à análise curricular da indicanda, com base no *curriculum vitae* apresentado pelo Ministério das Relações Exteriores.

Consta no documento que a Senhora Renate Stille, filha de Martin Gunther Stille e Wilhemilne Hermine Stille, nasceu em 22 de outubro de 1944, na cidade do Rio de Janeiro (RJ). Entre suas qualificações acadêmicas, destaca-se o bacharelado em Letras pela Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras da Universidade Católica de Petrópolis (RJ); o bacharelato em Economia pela Universidade de Brasília (DF); o Curso de Admissão à Carreira Diplomática, do Instituto Rio Branco; e o Curso de Altos Estudos, também pelo Instituto Rio Branco, pelo qual apresentou trabalho intitulado *O Fundamentalismo Islâmico e Instabilidade Política na Argélia*.

Concluído o Curso de Preparação à Carreira Diplomática do Instituto Rio Branco, foi nomeada Terceira Secretária, em 1971, tendo sido, seguidamente, e sempre por merecimento, promovida até a atual situação de Ministra de Segunda Classe, em 1997.

Dentre as relevantes funções assumidas no Ministério das Relações Exteriores, em Brasília, destacam-se a Assistência da Divisão da América Central, da Assessoria de Imprensa do Gabinete, do Departamento Geral de Administração e do Departamento Econômico; a chefia-substituta da Divisão da Associação Latino-Americana de Integração; a Secretaria Executiva da Comissão Nacional para os Assuntos da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI); a Coordenadoria-Executiva da Sub-Secretaria Geral de Integração, Assuntos Econômicos e Comerciais; e a chefia da Divisão de Ciência e Tecnologia.

No Exterior, integrou os quadros diplomáticos brasileiros em Paris, de 1976 a 1979; em Genebra, de 1986 a 1989; em Argel, de 1991 a 1993; em Oslo, de 2000 a 2006; em Ierevan, de 2006 a 2009; e em Wellington, em 2009.

Integrou, ainda, as missões brasileiras na XVI Reunião da Comissão Assessora de Nomenclatura da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), Montevidéu (Chefe de delegação); no Comitê de Peritos sobre Harmonização de Leis de Proteção de Invenções, OMPI, 2ª e 3ª Sessões (Chefe de Delegação); na Reunião sobre Desenvolvimento de Tecnologia no Setor de Energia, com atenção especial para Fontes Novas e Renováveis de Energia, UNCTAD (Chefe de delegação); no Comitê Permanente de Cooperação para o Desenvolvimento do Direito Autoral e Direitos Correlacionados, OMPI (Chefe de delegação); no Comitê Permanente Encarregado da Informação em Matéria de Patentes (PCPI), 11ª Sessão (1ª Sessão Extraordinária), OMPI (Chefe de delegação); no Comitê de Orçamento, OMPI (Chefe de delegação); no Departamento da América Latina da Organização Mundial de Propriedade Intelectual (Sênior Program Officer); na Comissão Mista de Ciência e Tecnologia com a Espanha (Chefe de Delegação).

Em reconhecimento pela excelência de seus serviços, foram-lhe laureadas a comendas da Legião da Honra, França, grau de cavaleiro; a Ordem do Rio Branco, grau Grã-Cruz; e a Ordem ao Mérito Real da Noruega, grau de Comendador.

O país para o qual a Ministra é indicada para assumir a função de Embaixadora é composto por população de maioria islâmica. Nesse sentido, sua familiaridade ao tema do islamismo é providencial. O Reino Hachemita da Jordânia é um país do Oriente Médio limítrofe à Síria, ao Iraque e à Arábia Saudita, com o qual o Brasil duplicou o valor de suas exportações de 2006 a 2010 e com o qual possui saldo comercial superavitário. Entre as empresas brasileiras exportadoras, têm destaque a EMBRAER, a PETROBRAS e, em terceiro lugar, a Sadia, indicando um perfil favorável ao Brasil, com exportações de alto valor agregado.

Em pauta na agenda de cooperação bilateral, a pesquisa e produção de sementes adaptáveis e resistentes ao clima seminário e os biocombustíveis.

Em 2008, foi assinado acordo de livre comércio entre MERCOSUL e o Reino

Hachemita da Jordânia, a favor do qual, pelo lado brasileiro, pesa o fato de não haver sensibilidades comerciais mais significativas, porquanto as respectivas estruturas produtivas e o tamanho das econômicas não as tornam concorrenciais.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabe aduzir outras considerações no âmbito desse Relatório.

Sala da Comissão, em

, Presidente

, Relatora



SENADO FEDERAL
MENSAGEM
Nº 9, DE 2012
(nº 32/2012, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, da Senhora RENATE STILLE, Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto ao Reino Hachemita da Jordânia.

Os méritos da Senhora Renate Stille que me induziram a escolhê-la para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 14 de fevereiro de 2012.

Assinatura manuscrita de Paulo Sérgio, em tinta preta, com uma traçada longa e decorativa no final.

EM No 00510 MRE

Brasília, 24 de outubro de 2011.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de **RENATE STILLE**, Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto ao Reino Hachemita da Jordânia.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e curriculum vitae de **RENATE STILLE** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Antonio de Aguiar Patriota

EM Nº 510 /DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 24 de outubro de 2011

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de **RENATE STILLE**, Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto ao Reino Hachemita da Jordânia.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e *curriculum vitae* de **RENATE STILLE** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,



ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA
Ministro das Relações Exteriores

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRA DE SEGUNDA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL RENATE STILLE

CPF.: 045.526.367-15

ID.: 1371 MRE

1944 Filha de Martin Gunther Stille e Wilhelmine Hermine Stille, nasce em 22 de outubro, no Rio de Janeiro/RJ

Dados Acadêmicos:

1967 Letras pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Católica de Petrópolis/RJ

1969 CPCD - IRBr

1973 Economia pela Universidade de Brasília/DF

1978 CAD - IRBr

1993 CAE - IRBr, O Fundamentalismo Islâmico e Instabilidade Política na Argélia

Cargos:

1971 Terceira-Secretária

1975 Segunda-Secretária, por merecimento

1979 Primeira-Secretária, por merecimento

1989 Conselheira

1997 Ministra de Segunda Classe, por merecimento

2004 Ministra de Segunda Classe, no Quadro Especial

Funções:

1971-72 Divisão da América Central, Assistente

1972-74 Assessoria de Imprensa do Gabinete, Assistente

1974-76 Departamento Geral de Administração, Assistente

1976-79 Embaixada em Paris, Segunda e Primeira-Secretária

1976 Semana Internacional do Couro, Paris, Diretora-Geral do pavilhão,

1979-82 Missão junto à ALALC/ALADI, Montevidéu, Primeira Secretária

1979 XVI Reunião de Comissão Assessora de Nomenclatura da ALALC, Montevidéu, Chefe de delegação

1982-84 Divisão da Associação Latino-Americana de Integração, assistente e Chefe, substituta

1984 Comissão Nacional para Assuntos da ALADI, Secretária-Executiva

1984-86 Departamento Econômico, Assessora

1986-89 Missão Permanente em Genebra, Primeira Secretária

1986 Comitê de Peritos sobre Harmonização de Leis de Proteção de Invenções, OMPI, 2a. e 3a. Sessões, 86/87, Chefe de delegação

1986 Reunião sobre Desenvolvimento de Tecnologia no Setor de Energia, com atenção especial para Fontes Novas e Renováveis de Energia, UNCTAD, Chefe de delegação

1987 Comitê Permanente de Cooperação para o Desenvolvimento do Direito Autoral e Direitos Correlacionados, OMPI, Chefe de delegação

1987 Comitê Permanente Encarregado da Informação em Matéria de Patentes (PCPI), 11a. Sessão (1a. Sessão Extraordinária), OMPI, 1987, Chefe de delegação

1987 Comitê do Orçamento, OMPI, Chefe de delegação

1989-91 Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), Genebra, Departamento da América Latina, Senior Program Officer

1991-93 Embaixada em Argel, Conselheira

1993-94 Sub-Secretaria Geral de Integração, Assuntos Econômicos e Comerciais, Coordenadora-Executiva

1994-2000 Divisão de Ciência e Tecnologia, Chefe

1997 Comissão Mista de Ciência e Tecnologia com a Espanha, Chefe de delegação

2000-06 Embaixada em Oslo, Ministra-Conselheira

2006-09 Embaixada em Ierevan, Embaixadora
2009 Embaixada em Wellington, Embaixadora

Condecorações:

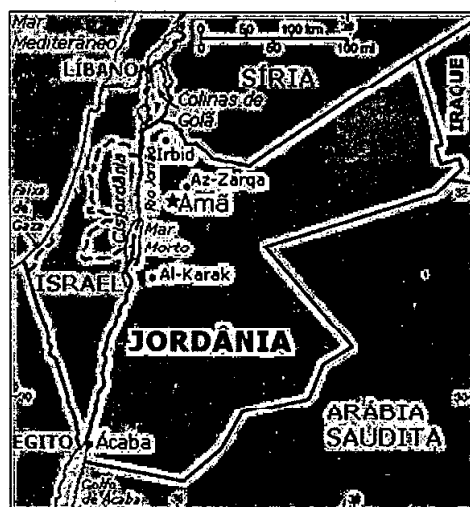
1980 Légion d'Honneur, França - Cavaleiro
2010 Ordem de Rio Branco - Grã-Cruz
2007 Royal Norwegian Order of Merit - Commander



JOSÉ BORGES DOS SANTOS JUNIOR
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SUBSECRETARIA-GERAL POLÍTICA II
DEPARTAMENTO DO ORIENTE MÉDIO
DIVISÃO DO ORIENTE MÉDIO I**

REINO HACHEMITA DA JORDÂNIA



OSTENSIVO

**Informação para o Senado Federal
Outubro de 2011**

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	Reino Hachemita da Jordânia
CAPITAL	Amã
MAIORES CIDADES	Irbid, Aqaba, Al Karak e Az Zarqa
ÁREA	89.206 km ²
POPULAÇÃO (est. 2010)	6,4, milhões
IDIOMAS	Árabe (oficial) e inglês
PRINCIPAIS RELIGIÕES	92% muçulmanos sunitas; 6% cristãos (ortodoxos, católicos e protestantes); 2% muçulmanos xiitas e drusos
ETNIAS	Árabes (98%); outros (2%)
SISTEMA POLÍTICO	Monarquia parlamentarista
CHEFE DE ESTADO	Rei Abdullah II
CHEFE DE GOVERNO	Awn Shawkat Khasawneh
MINISTRO DO EXTERIOR	Nasser Judeh
PIB (est. 2010, <i>Economist Intelligence Unit</i>)	US\$ 22,8 bilhões
PIR PER CAPITA (est. 2010)	US\$ 3.563
PIB PPP (est. 2010, <i>Economist Intelligence Unit</i>)	US\$ 33,5 bilhões
PIB PER CAPITA PPP (est. 2010)	US\$ 5.241
UNIDADE MONETÁRIA	Dinar jordaniano (JOP)
EMBAIXADOR DA JORDÂNIA NO BRASIL	Ramez Zaki Odeh Goussous
EMBAIXADOR DO BRASIL NA JORDÂNIA	Fernando José Marroni de Abreu

INTERCÂMBIO COMERCIAL BILATERAL

Intercâmbio comercial bilateral (US\$ milhões, F.O.B)¹	2006	2007	2008	2009	2010
Exportações	104,99	113,59	294,04	177,15	220,33
Importações	5,53	8,22	24,02	12,23	1,52
Intercâmbio	110,52	121,81	318,06	189,38	221,85
Saldo comercial	99,46	105,37	270,02	164,92	218,81

(1) Elaborado pelo MRE/DPR/DIC, com base de dados do MDIC/SECEX/Aliceweb

ÍNDICE

PERFIS BIOGRÁFICOS	4
REI ABDULLAH II.....	4
AWN SHAWKAT KHASAWNEH	5
NASSER JUDEH.....	6
RELAÇÕES BILATERAIS	7
COMUNIDADE BRASILEIRA E ASSUNTOS CONSULARES.....	7
RELAÇÕES COMERCIAIS.....	7
COOPERAÇÃO BILATERAL.....	8
ACORDO DE LIVRE COMÉRCIO MERCOSUL-JORDÂNIA.....	8
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS.....	9
POLÍTICA INTERNA.....	10
POLÍTICA EXTERNA	13
A JORDÂNIA E O PROCESSO DE PAZ ISRAELO-PALESTINO	13
A “PRIMAVERA ÁRABE” E A POLÍTICA EXTERNA JORDANIANA	14
IRAQUE.....	14
ECONOMIA, INVESTIMENTOS E COMÉRCIO EXTERIOR.....	16
ANEXO I – ACORDOS BILATERAIS	18
ANEXO II –CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS.....	19
CRONOLOGIA HISTÓRICA	20
ANEXO III – DADOS COMERCIAIS	21

PERFIS BIOGRÁFICOS**REI ABDULLAH II**

Nasceu em Amã, em 30 de janeiro de 1962.

Frequentou a Faculdade de Educação Islâmica (Jordânia), a Universidade de Oxford (especialização em Oriente Médio), o Curso Avançado de Oficiais de Cavalaria em Fort Knox (EUA) e a Escola de Pós-Graduação Naval de Monterey (EUA).

Abdullah II tornou-se chefe da monarquia constitucional do Reino Hachemita da Jordânia em 1999, após a morte de seu pai, o Rei Hussein, que governara o país desde 1952. Considerado progressista, Abdullah II implementou reformas políticas e econômicas, com vistas a dinamizar a economia do país.

No campo internacional, Abdullah II tem atuado com empenho nas negociações de paz no Oriente Médio, enquanto mantém sólidas relações com Israel e com os países do Ocidente. O apoio popular ao Rei Abdullah II, no entanto, é fragmentado: a aliança com Israel e Estados Unidos é muito impopular; os tradicionalistas rejeitam-no por suas tendências democráticas e os críticos progressistas queixam-se pela falta de reformas mais profundas.

Acompanhado de sua esposa, a Rainha Rania, empreendeu viagem ao Brasil em outubro de 2008.

Awn Shawkat Khasawneh
Primeiro-Ministro

Nascido em 1950, em Amã.

Awn Shawkat Khasawneh tem graduação e mestrado na Universidade de Cambridge (Queen's College) em História e Direito Internacional, respectivamente.

Khasawneh ingressou no serviço diplomático da Jordânia em 1975 e serviu como Segundo Secretário e, em seguida, Primeiro Secretário na Missão Permanente da Jordânia às Nações Unidas em Nova York (1976-1980). De 1980 a 1985, trabalhou no Ministério da Negócios Estrangeiros, responsável por organizações internacionais e direito internacional. No ano 1985-1990, foi Chefe do Departamento Jurídico no Ministério dos Negócios Estrangeiros. Em 1990, foi designado para a Casa Real, onde trabalhou como consultor jurídico para o príncipe herdeiro El-Hassan bin Talal. Tornou-se Embaixador em 1992, e em 1995, ele foi nomeado para o cargo de Conselheiro do Rei e Conselheiro do Estado de Direito Internacional, cargo de nível ministerial. Entre 1996 e 1998, foi Chefe da Casa Real do Reino Hachemita da Jordânia.

Khasawneh foi membro da Corte Internacional de Justiça (CIJ) de 2000 até a sua indicação como Primeiro-Ministro pelo Rei Abdallah, em 17 de outubro de 2011, cargo no qual deverá ser formalmente empossado pelo Parlamento, e deverá nomear os membros de seu Gabinete. Na CIJ, esteve à frente de mais de 80 casos internacionais, inclusive a apreciação jurídica do Muro da Separação. Tal currículo, acredita-se, emprestará ao Primeiro-Ministro designado credibilidade interna e prestígio internacional no trato dos assuntos externos.

NASSER JUDEH
Ministro dos Negócios Estrangeiros

Nasceu em 1961, em Amã. Oriundo de família palestina, frequentou o colégio cristão La Salle, na capital jordaniana. Concluiu seus estudos no Eastbourne College (Reino Unido), em 1979, e graduou-se na Escola de Serviço Exterior da Universidade de Georgetown (EUA), em 1982.

De volta à Jordânia, Judeh ocupou assentos em conselhos de administração de importantes empresas do país, concentrando-se nas áreas de comunicação e de informação. Exerceu os cargos de assessor de imprensa da *Royal Jordanian Airlines* e Diretor-Geral da Rede de Rádio e Televisão da Jordânia.

No Governo jordaniano, Judeh atuou como Ministro da Informação e, em novembro de 2007, assumiu o cargo de Ministro de Comunicações e Assuntos de Mídia, que ocupou até fevereiro de 2009, quando foi nomeado Ministro dos Negócios Estrangeiros.

Judeh manteve-se no cargo apesar das recentes mudanças no Gabinete, que ocorreram em resposta à crise política em curso no país.



RELAÇÕES BILATERAIS

As relações entre Brasil e Jordânia foram formalizadas em 1959, com o estabelecimento de legação em Amã, elevada em 1964 à categoria de Embaixada, cumulativa com Beirute. Em 1984, foi aberta Embaixada residente na capital jordaniana. No mesmo ano, a Embaixada da Jordânia iniciou suas atividades em Brasília.

Em outubro de 2008, em visita precedida pela vinda ao Brasil do então Ministro dos Negócios Estrangeiros Salaheddin Al-Bashir, o Rei Abdullah II e a Rainha Rania estiveram no Brasil e cumpriram agenda em Brasília e em São Paulo. Na capital federal, o monarca avistou-se com o então Presidente Lula e os então Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, Senador Garibaldi Alves (PMDB/RN) e Deputado Arlindo Chinaglia (PT/SP). Em São Paulo, participou da sessão inaugural do Fórum Econômico Comercial Brasil-Jordânia. A visita foi reciprocada pela primeira viagem oficial de um Chefe de Estado brasileiro à Jordânia, em março de 2010. Em julho do mesmo ano, realizou viagem de trabalho ao Brasil delegação jordaniana composta pelos Ministros da Agricultura, da Indústria e Comércio, do Turismo e de Ciência e Tecnologia.

Comunidade brasileira e assuntos consulares

O Setor Consular da Embaixada do Brasil em Amã presta assistência à comunidade brasileira no país, composta por aproximadamente 1.300 cidadãos, dos quais cerca de 150 em situação migratória irregular e três detentos. A maioria dos brasileiros é binacional, não fala português e reside em cidades do interior, ocupando-se de pequenos comércios e/ou agricultura.

Relações comerciais

As relações comerciais entre os dois países apresentaram crescimento nos últimos anos, impulsionado, em grande medida, pela aquisição de aeronaves da EMBRAER pela “*Royal Jordanian Airlines*”, no biênio 2007-2008. O Brasil é o principal parceiro comercial da Jordânia na América Latina. Com efeito, o volume de comércio bilateral representa cerca de dois terços do total do intercâmbio jordaniano com a região. À Jordânia interessa apresentar-se como “*hub*” para incremento do comércio entre empresas brasileiras e do Oriente Médio.

Entre as empresas brasileiras, têm destaque, no comércio bilateral, a EMBRAER, com sete aeronaves atualmente em uso pela *Royal Jordanian Airlines*, importadas entre 2006 e 2008; a PETROBRAS, atuante na extração e

exploração de xisto betuminoso; e a Sadia, que conta com unidade de distribuição de produtos em Amã e é tradicional fornecedora de cortes de frango para o mercado local.

Em 2010, destacaram-se, entre as exportações brasileiras, carnes (46,8% do total) e peças de aeronaves (26,6% do total). Café e açúcar completam os principais itens da pauta.

O Brasil importou da Jordânia, em 2010, principalmente produtos químicos (77,4%) e alumínio (15,7%), o que contrasta com a pauta de importação de 2009, na qual aeronaves despontavam como principal item, devido à aquisição pela FAB de onze aviões F-5, cuja transação foi orçada em aproximadamente US\$ 20 milhões.

Segue pendente o processo de seleção, pela Força Aérea Jordaniã, de seu avião de treinamento. O Super Tucano (Embraer 314) é um dos concorrentes no processo.

Cooperação bilateral

A visita do Rei Abdullah II ao Brasil, em outubro de 2008, deu ensejo à assinatura de acordos em diversas áreas, inclusive cooperação econômica e comercial, científica e tecnológica, cultural, em educação, turismo e tecnologia agrícola (sobre a implementação dos acordos, cf. o Anexo III).

Em julho de 2010, em sequência à viagem do então Presidente Lula ao país, o Brasil recebeu visita de expressiva delegação ministerial jordaniana, que incluiu responsáveis pelas áreas de agricultura, indústria e comércio, turismo e ciência e tecnologia.

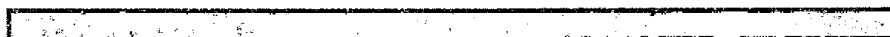
Dentre as conversas mantidas, destacou-se o interesse jordaniano em receber cooperação para a produção de sementes adaptáveis ao clima semiárido. Também a área de biocombustíveis reveste-se de interesse para o país, que não dispõe de reservas significativas de petróleo.

Acordo de Livre Comércio MERCOSUL-Jordânia

Os países do MERCOSUL e a Jordânia assinaram, em junho de 2008, Acordo-Quadro para negociação de uma Área de Livre Comércio entre o bloco e o Reino Hachemita. Tendo em vista a estrutura produtiva da Jordânia, bem como o tamanho de sua economia em relação à do Brasil, as negociações não apresentam sensibilidades comerciais diretas significativas. A futura conclusão de um Acordo de Livre Comércio MERCOSUL-Jordânia, no entanto, pode representar importante sinal político em direção ao mundo árabe, em face da perspectiva de assinatura de acordo semelhante com Israel.

Empréstimos e financiamentos

Não existem empréstimos e financiamentos oficiais do Brasil à Jordânia.



POLÍTICA INTERNA

Ao fim da I Guerra Mundial, com a divisão do Império Otomano e a outorga de mandato pela Liga das Nações, coube ao Reino Unido a administração da área que hoje corresponde à Jordânia. Em 1921, o Emir do Hejaz, Abdullah bin Hussein, foi nomeado Emir da Transjordânia. Com a independência em 1946, o Emir foi coroado Rei Abdullah I; em 1955, o país adotou o nome atual de Reino Hachemita da Jordânia.

A segunda metade do século XX foi marcada pelo longo reinado do Rei Hussein (1952-1999). Sob a sua égide, o país consolidou o seu arcabouço político-institucional, com expulsão da OLP em 1970, a renúncia à Cisjordânia em 1988 e a assinatura do acordo de paz com Israel em 1994. Nesse período, o país também tornou-se um dos principais destinatários de ajuda militar norte-americana e emergiu como importante força moderada na região.

Ao ascender ao trono em 1999, o Rei Abdullah II declarou serem seus principais objetivos: na política externa, a reafirmação do papel proeminente da Jordânia no encaminhamento do conflito israelo-palestino; na economia, a modernização da administração pública, a criação de empregos e a oferta melhores serviços à população; no plano político, a constituição de partidos políticos representativos.

Na esteira das manifestações na Tunísia e no Egito, os protestos na Jordânia, que se iniciaram em janeiro, evoluíram rapidamente de movimento contra a carestia para manifestações que pediam a demissão do Primeiro-Ministro Samir Rifai. O Governo manteve controle da situação e a estabilidade política não foi seriamente afetada. No campo econômico, os manifestantes pressionavam o Governo a reverter medidas econômicas condizentes com o projeto de liberalização até então em curso, como o fim gradual de subsídios. Com o objetivo de reduzir o déficit orçamentário, o Governo resolveu revisar o orçamento de 2011, mesmo ciente da necessidade de manter seus gastos com subsídios e ações sociais. O Ministro das Finanças sinalizou, em maio de 2011, intenção de adotar política de subsídios melhor dirigida às camadas populares.

Em 9 de fevereiro último, cerca de um mês após o início dos protestos, o Rei Abdullah II empossou novo Gabinete Ministerial, chefiado por Maruf Bakhit, que já havia ocupado o cargo de Primeiro-Ministro entre 2005 e 2007. Em 2 de julho corrente, o monarca apresentou nova reforma ministerial, ao substituir onze ministros.

Em 14 de agosto, o Rei Abdullah II recebeu os resultados de três meses de trabalho da Comissão Real, com propostas de reforma constitucional que reformaria 45 artigos da Carta Magna. É notável a celeridade da aprovação das reformas constitucionais, bem como a disposição do Governo de encaminhar a passos largos projetos de lei relacionados a reformas eleitorais.

Desde o início dos protestos no país, há oito meses, o monarca hachemita destacou-se pela percepção aguçada sobre o alcance potencial das

manifestações e pelos esforços em evitar que degenerassem em violência. Amparado na estabilidade da instituição monárquica, cuja sobrevivência sequer foi seriamente ameaçada, o Chefe de Estado tem logrado manter o controle das reformas no país ao responder às críticas e aos protestos contra o Governo por meio da demonstração de disposição e fomento ao diálogo nacional.

Renúncia de Bakhit e designação de Khasawneh

Oito meses após assumir a Chefia de Governo, o Primeiro-Ministro Marouf Bakhit apresentou, em 17 de outubro corrente, sua renúncia ao Rei Abdullah II, que a aceitou. A assessoria de imprensa do Rei confirmou ser a mudança de governo resultado do pedido da maioria dos parlamentares da Câmara e recordou que a medida tem precedente na história do Reino. Na semana anterior à renúncia de Bakhit, fontes do Governo confirmaram que a Corte Real jordaniana estava aberta ao diálogo com partidos islamistas. O porta-voz reconheceu a existência de contatos entre os islamistas e setores do Governo. A liderança islamista confirmou manter contato com burocratas do regime, mas recusou negociar com o governo de Bakhit. A Frente de Ação Islâmica já havia anunciado que boicotaria as eleições alegando falta de confiança no atual Governo na condução do processo eleitoral. Na esteira de manifestações de maior envergadura por reformas políticas e de frustração dos manifestantes com o conteúdo e o ritmo das reformas, Bakhit tomou a decisão de sair do Governo após tomar conhecimento de carta da Câmara dos Deputados ao monarca, assinada por 70 parlamentares, e que pedia mudanças no Governo.

Para o cargo de Bakhit, o Rei indicou Awn Khasawneh para formar o novo Gabinete. Segundo comunicado da Corte Real, a indicação de Khasawneh pelo Rei teria sido levado em conta sua formação jurídica, necessária para levar adiante a implementação do conjunto de leis relacionadas às reformas políticas no país. Khasawneh foi, até recentemente, vice-presidente da Corte Internacional de Justiça. Logo após sua indicação, o Primeiro-Ministro designado deu início às conversações com diferentes setores do espectro político nacional para a formação do próximo gabinete. Com o objetivo de garantir maior legitimidade ao Governo, Khasawneh indicou estar aberto ao diálogo com todas as forças políticas do país. O principal partido oposicionista, a Frente de Ação Islâmica, respondeu que estaria aberto a conversações se o novo Governo demonstrasse "seriedade" e considerasse as condições para a oposição participar do Governo.

O novo Primeiro-Ministro terá por missão restaurar a confiança perdida pela população na capacidade do Governo de converter o compromisso com reformas em resultados concretos. Para tanto, acredita-se que o novo Chefe de Governo deverá definir uma agenda política objetiva com um cronograma claro a ser cumprido. Khasawneh teria como prioridade abrir canais de diálogo com a oposição e incorporá-los na discussão sobre as reformas demandadas pela população. Há indícios de que o Rei deseja ampliar o debate com todos os setores políticos do Reino.

POLÍTICA EXTERNA

Tradicionalmente, a Jordânia é considerada um país de perfil conciliador e equilibrado em sua atuação internacional. Apesar de possuir fronteiras com países em situação de crise (Iraque e Palestina) ou em que há constante ameaça de guerra (Israel e Síria), a Jordânia mantém relacionamento fluido com todos eles, além de apresentar estabilidade econômica e política.

A Jordânia – sobretudo pela atuação de seu Chefe de Estado – é peça-chave no bom encaminhamento do processo de paz árabe-israelense. Desde 1999, quando assumiu o governo, o Rei Abdullah II tornou-se um dos principais mediadores entre israelenses e palestinos. A Jordânia faz parte do chamado “Quarteto Árabe” para a paz, que congrega países árabes moderados de maioria sunita (Egito, Jordânia, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos). O país foi fundamental no relançamento da Iniciativa Árabe para a Paz, na Cúpula da Liga Árabe de Riade, em março de 2007.

A Jordânia e o processo de paz israelo-palestino

Em 1994, o Rei Hussein da Jordânia e o Primeiro-Ministro de Israel Yitzhak Rabin assinaram o Acordo de Wadi Araba, o segundo tratado de paz entre Israel e um vizinho árabe – o primeiro acordo fora entabulado com o Egito, em Camp Daviv, 1979. A manutenção das relações entre Israel e Jordânia, é, por isso, de fundamental importância para a busca da estabilidade na região.

A Jordânia acompanha com especial interesse o processo de paz israelo-palestino. O país desempenha importante papel interlocutório no conflito, principalmente após a superação de conflitos históricos com os dois lados: com os israelenses, a normalização das relações entre os dois países veio com o Tratado de Paz de 1994; com os palestinos, a reaproximação após o conflito com a OLP no início da década de 1970 e a abdicação de qualquer pretensão territorial sobre a Cisjordânia, em 1988.

Desde que abandonou suas pretensões territoriais sobre o território palestino da Cisjordânia, a Jordânia apoia a solução de dois Estados com base nas fronteiras anteriores às linhas de ocupação de 4 de junho de 1967. O Reino Hachemita defende, ainda, que a Iniciativa Árabe de Paz oferece oportunidade única para Israel normalizar suas relações com o mundo árabe e muçulmano.

Ademais, em função do grande número de palestinos em seu território e de jordanianos de origem palestina, setores da direita israelense defendem a “solução jordaniana”, segundo a qual a Jordânia poderia ser um “lar substituto” para os palestinos. Dessa forma, para a Jordânia, uma solução definitiva para o conflito israelo-palestino representa, também, a garantia de sua estabilidade política nacional.

A “Primavera Árabe” e a política externa jordaniana

A Jordânia não passou imune pela “onda” de manifestações e protestos que marcaram a “Primavera Árabe”. Na esteira dos acontecimentos na Tunísia e no Egito, manifestações foram primeiramente observadas em Amã, em janeiro de 2011. Manifestantes demandavam reformas políticas (renúncia do Primeiro-Ministro Rifai e aprovação de nova lei eleitoral) e se opunham a medidas econômicas importantes (inclusive algumas que vão de encontro ao projeto de liberalização da economia, como o fim dos subsídios). O Governo soube, com habilidade, manter o controle da situação. Mudou a chefia do Governo e grande parte do gabinete, imprimiu ritmo ao processo de reformas, apurou e puniu excessos das forças de segurança nos protestos, retrocedeu em posições assumidas (a resistência inicial em reformar a constituição, por exemplo) e, acima de tudo, estabeleceu mecanismos, como o Comitê Diálogo Nacional, que indicaram disposição ao diálogo e abertura política por parte do regime.

A posição jordaniana tem-se caracterizado, assim, pela condenação do uso desproporcional da força na Síria e pela demonstração de disposição ao diálogo; tais gestos acompanham-se costumeiramente de garantias de respeito à soberania e de não interferência em assuntos internos. A Jordânia mantém relações fluidas com o Governo provisório egípcio e com o Conselho Nacional de Transição líbio.

Iraque

No tocante ao Iraque, os contatos bilaterais são positivos e freqüentes. A Embaixada da Jordânia em Bagdá foi reaberta em agosto de 2008. Em função dos sucessivos conflitos no país vizinho, a Jordânia abriga, ainda, cerca de 700 mil iraquianos, muitos dos quais parte de uma “elite no exílio” que tem investido maciçamente no país, principalmente nos setores imobiliário e de serviços. Embora seja um tradicional parceiro dos EUA, a Jordânia não participou da coalizão que apoiou a invasão do Iraque, em 2003.

Conselho de Cooperação do Golfo

A forte identidade monárquica aproxima a Jordânia das monarquias do Golfo Pérsico, principalmente em contexto político instável marcado pela “Primavera Árabe”. Em maio de 2011, a Jordânia apresentou requerimento formal, juntamente com o Marrocos, para admissão no Conselho de Cooperação do Golfo (CCG). Fundado em 1981 e composto pela Arábia Saudita, Bareine, Emirados Árabes Unidos, Kuaite, Omã e Catar, o CCG é uma união com fins políticos e econômicos entre países árabes do Golfo Pérsico. A entrada da

Jordânia no CCG é cercada por otimismo nos meios empresariais e políticos jordanianos por representar possibilidade de ampliação de oferta de empregos, de estímulo a investimentos, de aporte financeiro do Golfo, particularmente importantes face às dificuldades orçamentárias atuais da Jordânia, além de facilitar coordenação política com demais regimes monárquicos da região.

ECONOMIA, INVESTIMENTOS E COMÉRCIO EXTERIOR

A economia da Jordânia é de pequenas dimensões e dependente da assistência financeira internacional. De janeiro a agosto de 2011, o país recebeu um montante aproximado de US\$ 2,5 bilhões em doações internacionais. Estados Unidos, União Europeia e Japão são, tradicionalmente, os principais provedores de assistência financeira ao país. Nos oito primeiros meses de 2011, porém, destacaram-se também as doações provenientes de países árabes, que atingiram US\$ 1,4 bilhão. A Arábia Saudita, em particular, doou à Jordânia US\$ 400 milhões no período.

A remessa de divisas da diáspora jordaniana é um dos elementos mais importantes para a economia do país e relevante fonte de receita em moedas estrangeiras. Segundo dados do Banco Central jordaniano, as remessas da diáspora jordaniana atingiram, em 2010, US\$ 2,584 bilhões – o que representou um crescimento de 1,2% em relação a 2009. As remessas da comunidade jordaniana no exterior – composta por mais de 600 mil indivíduos, que equivalem a cerca de 10% da população nacional – respondem, assim, por aproximadamente 13% do PIB do país.

Há, atualmente, 600 mil expatriados, dos quais se estima que cerca de 250 mil enviem regularmente ajuda a seus familiares. A maior parte desses jordanianos que vivem no exterior trabalha na Arábia Saudita (aproximadamente 260 mil), nos Emirados Árabes Unidos (250 mil), no Kuaite (42 mil) e no Catar (27 mil). Esses cidadãos são, em sua maioria, profissionais qualificados, como médicos, engenheiros, contadores, bancários, docentes e pesquisadores universitários.

Como a Jordânia importa todo o petróleo que consome e produz muito pouco gás natural (importado principalmente do Egito), o país decidiu investir em novas fontes de energia. Assim, o Governo convocou empresas estrangeiras para exploração e beneficiamento de xisto betuminoso, entre as quais a PETROBRAS, que tem como sócios o grupo privado jordaniano Kavar e a multinacional francesa Total.

O Rei Abdullah II também anunciou, no início de 2007, o lançamento de um programa nuclear com fins pacíficos, destinado à geração de energia, tendo assinado com os EUA, Japão e a AIEA memorandos de entendimento sobre cooperação nessa área. A Jordânia firmou igualmente acordos de cooperação nuclear para geração de energia elétrica e dessalinização de água com França, China, Coreia do Sul, Canadá, Rússia, Reino Unido e Argentina.

O país é o terceiro maior fornecedor mundial de fosfato bruto; produz potássio e detém consideráveis reservas de xisto betuminoso. O setor de serviços é dinâmico, inclusive os financeiros e de telecomunicações, principalmente em razão de o país apresentar-se como plataforma para a prestação de serviços ao mercado iraquiano. O país conta também com um bem estruturado setor farmacêutico, com aproximadamente dezesseis grupos multinacionais bem posicionados no mercado regional, como o Grupo Hikma.

Seus principais mercados de exportação são, por ordem de importância: Iraque, Índia (que importa considerável volume de fosfatos), Estados Unidos e Arábia Saudita. A Jordânia importa principalmente da Arábia Saudita, China, Alemanha e Estados Unidos.

ANEXO II – Acordos bilaterais

Título	Data de Celebração	Data da entrada em vigor	Promulgação	
			Decreto	Data
Acordo sobre Transportes Aéreos	05/11/1975	24/05/1976	78229	12/08/1976
Acordo Comercial	15/06/1989	11/07/1990	146	15/06/1991
Acordo na Área da Educação	23/10/2008	11/04/2010	7344	27/10/2010
Acordo de Cooperação Cultural	23/10/2008	11/04/2010	7326	05/10/2010
Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica	23/10/2008	Em tramitação (Mensagem SF n.º 3/2011 à Presidência da República)		

ANEXO II – Cronologias**Cronologia das relações bilaterais**

- 1959 – Estabelecidas relações diplomáticas; o Brasil instala legação em Amã;
- 1964 – Legação brasileira em Amã é elevada à condição de Embaixada, cumulativa com Beirute;
- 1984 – Instaladas Embaixadas residentes do Brasil em Amã e da Jordânia em Brasília.
- 1997 – Príncipe Ali Bin Al-Hussein visita o Brasil;
- 2003 e 2004 – Chanceler Celso Amorim participa, na Jordânia, de Reuniões do Fórum Econômico Mundial;
- 2005 – Chanceler Celso Amorim realiza visita de trabalho à Jordânia;
- 2005 – Príncipe Ali, irmão e representante do Rei Abdullah II, participa da Cúpula ASPA, em Brasília;
- 2006 – Ex-Presidente José Sarney participa, em Amã, do “*Interaction Council*”, fórum que reúne ex-Chefes de Estado e de Governo;
- 2008 – Visita de trabalho do Chanceler Celso Amorim, mantendo encontros com as seguintes autoridades: Rei Abdullah II; Primeiro-Ministro Nader Al-Dahabi; e Chanceler Salaheddin Al-Bashir;
- 2008 – Chanceler Salaheddin Al-Bashir visita Brasília e São Paulo, em preparação à visita oficial do Rei Abdullah II;
- 2008 – Visita oficial do Rei Abdullah II, acompanhado da Rainha Rania, a Brasília e São Paulo;
- 2009 – Chanceler Celso Amorim encontra-se com o Rei Abdullah II e o Ministro Salaheddin Al-Bashir em Amã;
- 2010 – Ex-Presidente Lula viaja à Jordânia (março);
- 2010 – Chanceler Nasser Judeh visita o Brasil para o II encontro da Aliança das Civilizações (maio);
- 2010 – Os ministros jordanianos do Turismo e Antiguidades, da Agricultura e de Indústria e Comércio visitam o Brasil (julho).

Cronologia histórica

- 1922** – A Palestina, sob mandato britânico, é cindida para a criação do Emirado Hachemita da Transjordânia, na margem oriental do Rio Jordão;
- 1946** – Reino Unido concede a independência da Transjordânia;
- 1947** – Resolução da ONU prevê a partilha da Palestina;
- 1948** – A Transjordânia participa da coligação árabe na guerra contra Israel;
- 1949** – Assinado armistício com Israel;
- 1950** – Cisjordânia é anexada à Transjordânia; estabelece-se o Reino Hachemita da Jordânia;
- 1951** – Rei Abdullah I é assassinado em Jerusalém. Rei Talal assume o trono;
- 1953** – Rei Talal é declarado incapaz e o Rei Hussein assume o trono;
- 1967** – Jordânia fecha escritório da OLP em Jerusalém;
- 1967** – Rei Hussein assina pacto de defesa mútua com o Egito;
- 1967** – Guerra dos Seis Dias. Israel ocupa a Cisjordânia e Jerusalém Oriental, até então sob domínio jordaniano;
- 1970** – “Setembro Negro”. Exército jordaniano ataca bases militares da OLP, causando milhares de mortes e a fuga de militantes palestinos para o Líbano;
- 1973** – Jordânia participa da Guerra do Yom Kippur, vencida por Israel;
- 1974** – Rei Hussein reconhece a OLP como representante do povo palestino;
- 1979** – Amã rompe relações com o Cairo, em razão da assinatura de acordo de paz entre Israel e Egito;
- 1984** – Retomadas as relações entre a Jordânia e o Egito;
- 1988** – Em face de acordo entabulado com a OLP, a Jordânia abre mão de qualquer pretensão territorial sobre a Cisjordânia;
- 1990** – Guerra do Golfo causa crise econômica no país;
- 1991** – Conferência de Madri dá início ao diálogo israelo-palestino. Os palestinos são representados por delegação palestino-jordaniana;
- 1993** – Acordos de Oslo entre Israel e a OLP;
- 1994** – Assinado Acordo de Paz entre a Jordânia e Israel;
- 1999** – O irmão do Rei Hussein, Hassan, é destituído da linha sucessória. Abdullah, filho de Hussein, torna-se príncipe herdeiro;
- 1999** – Rei Hussein morre e Abdullah assume o trono;
- 2003** – Realizadas primeiras eleições parlamentares no reinado de Abdullah II;
- 2005** – Jordânia indica novo Embaixador em Israel, após cinco anos;
- 2009** – Rei Abdullah II dissolve o Parlamento e indica novo Primeiro-Ministro (Samir Rifai), para aprofundar as reformas eleitoral, econômica e social no país;
- 2011** – Manifestações eclodem no país, no esteio da “Primavera Árabe” (janeiro);
- 2011** – Queda do Governo Rifai e nomeação de Maruf Bakhit como Primeiro-Ministro (fevereiro);
- 2011** – Formação do Comitê de Diálogo Nacional, pelo Rei (março);
- 2011** – Comissão de revisão constituição (maio);
- 2011** – Apresentação das conclusões do Comitê Diálogo Nacional (junho e agosto);

ANEXO III – Dados Comerciais

INDICADORES SOCIOECONÔMICOS	2006	2007	2008 ⁽¹⁾	2009 ⁽¹⁾	2010 ⁽¹⁾
População (em milhões de habitantes) ⁽²⁾	5,8	5,9	6,1	6,3	6,4
Densidade demográfica (hab/Km²)	65,0	68,1	68,4	70,6	71,7
PIB a preços correntes (US\$ bilhões)	14,6	17,0	20,7	21,0	22,8
Crescimento real do PIB (%) ⁽²⁾	8,2	8,9	5,8	2,4	3,2
Variação anual do Índice de preços ao consumidor (%) ⁽²⁾	7,5	5,7	9,4	2,7	6,1
Reservas internacionais (US\$ bilhões) ⁽³⁾	7,0	7,9	8,9	12,1	12,6
Dívida Externa Total (US\$ bilhões)	8,1	8,4	8,6	8,8	6,3
Câmbio (JD / US\$) ⁽³⁾	0,708	0,708	0,709	0,709	0,708

Elaborado pelo NIFED/PRIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do EIU - Economist Intelligence Unit, Country Report February 2011.

(1) Estimativa EIU.

(2) 2008: dados reais.

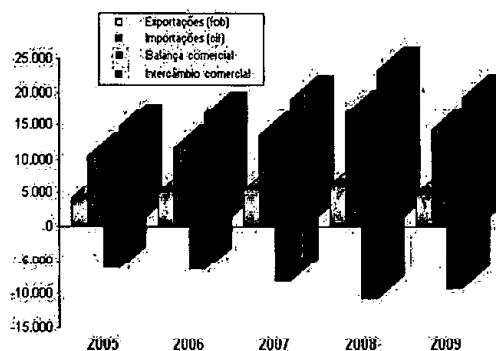
(3) 2007 e 2008: dados reais.

COMERCIO EXTERIOR (US\$ milhões)	2005	2006	2007	2008	2009	2010 ⁽¹⁾⁽²⁾
Exportações (FOB)	4.301	5.204	5.535	6.243	5.041	4.247
Importações (CIF)	10.498	11.548	13.531	16.987	14.236	11.725
Balança comercial	-6.197	-6.344	-7.996	-10.744	-9.195	-7.478
Intercâmbio comercial	11.789	16.762	19.066	23.230	19.277	16.972

Elaborado pelo NIFED/PRIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do TM - Direction of Trade Statistics, February 2011.

(1) período semi-ano.

(2) Última posição disponível em 22/03/2011.



COMPOSIÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR	2009 ⁽¹⁾	Part % no total
EXPORTAÇÕES (US\$ milhões, fob)		
Atribos ou fertilizantes	787	12,4%
Vestuário e seus acessórios, de malha	726	11,4%
Produtos farmacêuticos	521	8,2%
Sal, enxofre, terras e pedras, gesso, cal e cimento	398	6,3%
Produtos hortícolas, plantas, raízes, tubérculos	377	5,9%
Pérolas, pedras preciosas, semipreciosas	360	5,7%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	329	5,2%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	303	4,8%
Produtos químicos inorgânicos	227	3,6%
Veículos automóveis, tratores, suas partes e acessórios	211	3,3%
Alumínio e suas obras	188	3,0%
Papel e cartão, obras de pasta celulósica	175	2,7%
Plásticos e suas obras	138	2,2%
Vestuário e seus acessórios, exceto de malha	124	1,9%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	120	1,9%
Subtotal	4.984	78,3%
Demais Produtos	1.382	21,7%
Total Geral	6.366	100,0%

Elaborado pelo MRE/PPRAC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do UNCTAD/ITC/TradeMap.

Divergências nos dados estatísticos são explicadas pelo uso de diferentes fontes.

(1) Última publicação anual disponível em 22/02/2010

COMPOSIÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR	2009 ⁽¹⁾	Part % no total
IMPORTAÇÕES (US\$ milhões, cif)		
Combustíveis, óleos e ceras minerais	2.490	17,7%
Veículos automóveis, tratores, suas partes e acessórios	1.385	9,8%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	1.208	8,8%
Máquinas, aparelhos e material elétricos	893	6,3%
Ferro fundido, ferro e aço	561	4,0%
Cereais	527	3,7%
Plásticos e suas obras	482	3,4%
Produtos farmacêuticos	403	2,9%
Produtos químicos orgânicos	303	2,2%
Tecidos de malha	290	2,1%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	282	2,0%
Papel e cartão, obras de pasta de celulose	261	1,9%
Carnes e miudezas comestíveis	221	1,6%
Aeronaves e aparelhos espaciais e suas partes	213	1,5%
Leite e laticínios, ovos de aves, mel natural	213	1,5%
Vestuário e seus acessórios, exceto de malha	199	1,4%
Alumínio e suas obras	176	1,3%
Pérolas, pedras preciosas, semipreciosas	175	1,2%
Gorduras e óleos animais ou vegetais	167	1,2%
Madeira, carvão vegetal e obras de madeira	167	1,2%
Instrumentos e aparelhos de ótica, fotografia	167	1,2%
Cobre e suas obras	157	1,1%
Frutas, cascas de cítricos e de melões	144	1,0%
Subtotal	11.082	78,7%
Demais Produtos	2.993	21,3%
Total Geral	14.075	100,0%

Elaborado pelo MRE/PPRAC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do UNCTAD/ITC/TradeMap.

Divergências nos dados estatísticos são explicadas pelo uso de diferentes fontes.

(1) Última publicação anual disponível em 22/02/2010

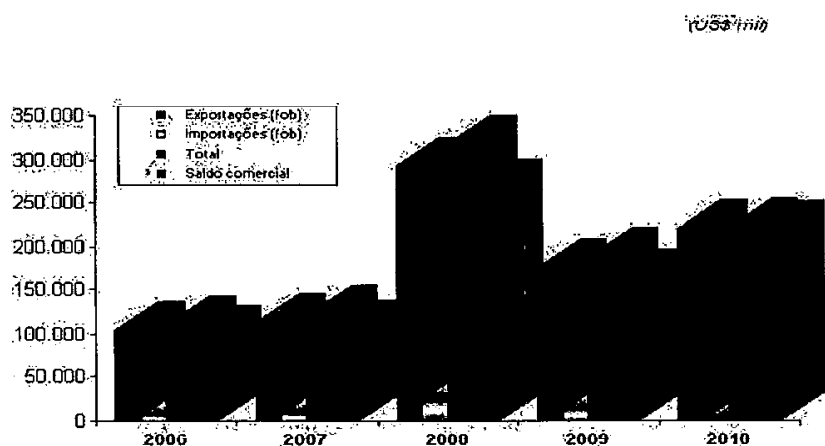
INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - JORDÂNIA ⁽¹⁾		2006	2007	2008	2009	2010
(US\$ mil, fob)						
Exportações (fob)		104.990	113.592	294.043	177.315	220.337
Variação em relação ao ano anterior		65,8%	8,2%	158,9%	-39,7%	24,3%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para o Oriente Médio		1,8%	1,8%	3,7%	2,3%	2,1%
Part. (%) no total das exportações brasileiras		0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%
Importações (fob)		5.537	8.225	24.022	12.236	1.524
Variação em relação ao ano anterior		180,8%	48,5%	192,1%	-49,1%	-87,5%
Part. (%) no total das importações brasileiras do Oriente Médio		0,2%	0,3%	0,4%	0,4%	0,0%
Part. (%) no total das importações brasileiras		0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Total		110.527	121.817	318.065	189.551	221.861
Variação em relação ao ano anterior		69,3%	10,2%	161,1%	-40,4%	17,0%
Part. (%) no total do intercâmbio Brasil-Orient Médio		1,2%	1,3%	2,2%	1,8%	1,5%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro		0,0%	0,0%	0,1%	0,1%	0,1%
Saldo comercial		99.453	105.367	270.021	165.079	218.813

Elaborado pelo MPE/PPADIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MERCOSUL/Alceweb.

(1) As discrepâncias observadas nos dados estatísticos das exportações brasileiras e das importações do país e vice-versa podem ser explicadas pelo uso de fontes de

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - JORDÂNIA		2010	2011
(US\$ mil, fob)		(jan)	(jan)
Exportações		10.860	11.699
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior		30,9%	7,7%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para o Oriente Médio		1,8%	1,4%
Part. (%) no total das exportações brasileiras		0,1%	0,1%
Importações		396	7
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior		76,0%	-90,2%
Part. (%) no total das importações brasileiras do Oriente Médio		0,2%	0,0%
Part. (%) no total das importações brasileiras		0,0%	0,0%
Intercâmbio comercial		11.256	11.706
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior		32,1%	4,0%
Part. (%) no total do intercâmbio Brasil-Orient Médio		1,4%	1,2%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro		0,0%	0,0%
Balança comercial		10.464	11.692

Elaborado pelo MPE/PPADIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MERCOSUL/Alceweb.



Elaborado pelo MPE/PPADIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MERCOSUL/Alceweb.

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - JORDÂNIA (US\$ mil - fob)		2008	% no total	2009	% no total	2010	% no total
EXPORTAÇÕES: (por principais grupos de produtos)							
Carnes e miudezas, comestíveis		106.311	36,2%	96.422	54,4%	103.184	46,8%
Aeronaves e outros aparelhos aéreos		56.154	19,1%	46	0,0%	58.714	26,8%
Café, chá, mate e especiarias		16.697	6,3%	14.060	7,0%	14.386	6,5%
Açúcares e produtos de confeitaria		43.515	14,8%	10.951	6,2%	10.897	4,9%
Preparações de carne, de peixes ou de crustáceos		9.794	3,3%	14.015	7,9%	9.858	4,5%
Alumínio e suas obras		30.628	10,4%	11.491	6,5%	4.817	2,2%
Veículos automotores, tratores, ciclos		6.485	2,2%	8.614	4,9%	4.655	2,1%
Preparações alimentícias diversas		883	0,3%	1.860	1,0%	2.009	0,9%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos		1.527	0,5%	1.762	1,0%	1.977	0,9%
Subtotal		270.884	92,1%	159.220	89,8%	210.396	95,5%
Demais Produtos		23.159	7,9%	18.095	10,2%	9.941	4,5%
TOTAL GERAL		294.043	100,0%	177.315	100,0%	220.337	100,0%

Elaborado pelo MRE/PPRIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alceweb.

Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2010.

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - JORDÂNIA (US\$ mil - fob)		2008	% no total	2009	% no total	2010	% no total
IMPORTAÇÕES: (por principais grupos de produtos)							
Produtos diversos das indústrias químicas		1.440	0,0%	1.495	12,2%	1.100	77,4%
Alumínio e suas obras		7.830	32,6%	4.118	33,6%	240	15,7%
Pérolas, pedras preciosas, semipreciosas		4	0,0%	78	0,6%	77	5,1%
Aeronaves e outros aparelhos aéreos		14.500	60,4%	6.500	53,1%	0	0,0%
Subtotal		23.780	99,0%	12.189	89,6%	1.497	98,2%
Demais Produtos		242	1,0%	47	0,4%	27	1,8%
TOTAL GERAL		24.022	100,0%	12.236	100,0%	1.524	100,0%

Elaborado pelo MRE/PPRIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alceweb.

Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2010.

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - JORDÂNIA (US\$ mil - fob)		2010 (jan)	% no total	2011 (jan)	% no total
EXPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)					
Carnes e miudezas, comestíveis		8.642	61,2%	6.089	51,8%
Café, chá, mate e especiarias		1.641	14,2%	1.547	13,2%
Veículos automotores, tratores, ciclos		68	0,8%	1.158	9,9%
Alumínio e suas obras		6	0,1%	914	7,8%
Açúcares e produtos de confeitaria		17	0,2%	595	5,1%
Preparações de carne, de peixes ou de crustáceos		1.104	10,2%	469	4,0%
Produtos químicos orgânicos		0	0,0%	253	2,2%
Subtotal		9.378	86,4%	10.999	94,0%
Demais Produtos		1.482	13,6%	700	6,0%
TOTAL GERAL		10.860	100,0%	11.699	100,0%
IMPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)					
Pérolas naturais ou cultivadas, pedras preciosas ou semipreciosas		10	2,5%	7	100,0%
Alumínio e suas obras		240	60,6%	0	0,0%
Produtos diversos das indústrias químicas		146	36,9%	0	0,0%
Subtotal		396	100,0%	7	100,0%
Demais Produtos		0	0,0%	0	0,0%
TOTAL GERAL		396	100,0%	7	100,0%

Elaborado pelo MRE/PPRIC - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados do MDIC/SECEX/Alceweb.

Principais produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em janeiro/2011.

Aviso nº 70 - C. Civil.

Em 14 de fevereiro de 2012.

A Sua Excelência o Senhor
Senador CÍCERO LUCENA
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome da Senhora RENATE STILLE, Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto ao Reino Hashemita da Jordânia.

Atenciosamente,



GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado no **DSF**, em 17/02/2012.

2

RELATÓRIO nº. , DE 2012

Da **COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL**, sobre a **Mensagem nº. 11, de 2012**, da Presidenta da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, o nome de **MICHAEL FRANCIS DE MAYA MONTEIRO GEPP**, Ministro de Segunda Classe, do Quadro Permanente da Carreira Diplomática do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de **Embaixador do Brasil junto a São Vicente e Granadinas**.*

RELATOR: Senador **MARCELO CRIVELLA**

Esta Casa Legislativa é chamada a opinar sobre a **indicação que a Senhora Presidenta da República faz** do Senhor **MICHAEL FRANCIS DE MAYA MONTEIRO GEPP**, Ministro de Segunda Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil a São Vicente e Granadinas.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV), à luz do que damos início à avaliação curricular do Senhor Ministro de Carreira, com base no *curriculum vitae* apresentado pelo seu Ministério de origem.

Consta no documento que o Senhor Michael Francis de Maya Monteiro Gepp é filho de Alan Francis Gepp e Maria Elisa de Maya Monteiro Gepp e que nasceu na cidade do Rio de Janeiro.

Ele ingressou na carreira diplomática em 1982, por meio do Concurso de Admissão e defendeu, em 1997, no âmbito do Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, a tese “Diplomacia Consular: assistência e proteção a nacionais”.

Concluído o Curso de Preparação à Carreira Diplomática do Instituto Rio Branco, foi nomeado Terceiro Secretário, em 1977, tendo sido, seguidamente e sempre por merecimento, promovido até a atual situação de Ministro de Segunda Classe, no Quadro Especial, em 2004.

Dentre as relevantes funções assumidas no Ministério das Relações Exteriores, em Brasília, destacam-se a assistência na Divisão de Transmissões Internacionais; a assessoria do Departamento de Promoção Comercial; a assessoria e a coordenação executiva do Departamento de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica; a chefia substituta da Divisão de Formação e Treinamento; a coordenadoria executiva do Departamento de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica; e a chefia substituta e a chefia da Divisão de Visitas do Cerimonial. Ainda na Esplanada, foi assessor internacional da Secretaria Nacional Antidrogas do Gabinete de Segurança Institucional, da Presidência da República.

No Exterior, integrou os quadros diplomáticos brasileiros em Nova Iorque (1980); Luanda (1983); Caiena (1985); Los Angeles (1993 e 2002); São Domingos (1996); na Comissão Interamericana para o Controle o Abuso de Drogas (CICAD) da Organização dos Estados Americanos (OEA) (2001), em Washington; em Beirute (2005); e em Istambul (2010).

Integrou, ainda, a missão brasileira no XXVIII Período Ordinário de Sessões da CICAD (Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas), em Port-of-Spain, como chefe de delegação.

O país para o qual o Ministro de Carreira é indicado para assumir a função de Embaixador é uma democracia parlamentar membro da *Commonwealth of Nations*, motivo por que o chefe de Estado é a Rainha Elizabeth II, do Reino Unido.

As relações bilaterais com São Vicente e Granadinas são marcadas, no plano comercial, pela baixa expressividade do fluxo, com predominância das exportações brasileiras, bem como modesto incremento do comércio desde 2002. Os principais itens de exportação da pauta brasileira são produtos de baixo valor agregado. Recentemente, dois importantes temas da agenda comercial aconteceram. O primeiro foi a possibilidade de aquisição de aeronaves da Embraer por parte da empresa regional *LIAT The Caribbean Airline* e a perspectiva de exportação de carne de aves àquele país. E o segundo, no contexto regional, a adesão do Brasil ao Banco de Desenvolvimento do Caribe (BDC), que obteve aprovação senatorial em dezembro de 2010. O Brasil subscreverá 3.118 ações do capital social do Banco e contribuirá com um aporte da ordem de US\$ 5 milhões em quatro parcelas anuais. Para concretizar essa adesão, o Brasil deverá depositar seu instrumento de adesão na Secretaria-Geral das Nações Unidas e efetuar o pagamento da primeira parcela. Nesse diapasão, vale registrar também a possível contribuição financeira do Brasil ao Fundo de Desenvolvimento da Caricom.

Estuda-se a participação brasileira na renovação e no reparo das centrais hidrelétricas do país, extremamente deterioradas e das quais depende 95% da matriz energética nacional.

Sala da Comissão, em de de 2012.

, Relator



SENADO FEDERAL

MENSAGEM **Nº 11, DE 2012** **(nº 34/2012, na origem)**

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor MICHAEL FRANCIS DE MAYA MONTEIRO GEPP, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto a São Vicente e Granadinas.

Os méritos do Senhor Michael Francis de Maya Monteiro Gepp que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 14 de fevereiro de 2012.

Assinatura manuscrita em tinta preta, identificada como a do Sr. Henrique Krusell.

PRESIDENCIA DA REPUBLICA
CASA CIVIL
Secretaria de Administração
Diretoria de Recursos Logísticos/COLIO
DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE
-CONFERE COM O ORIGINAL
Claudio Lopes de Sousa
Brasília-DF 28/10/11 H 17:52

00001.011140/2011-64

EM No 00515 MRE

Brasília, 28 de outubro de 2011.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de **MICHAEL FRANCIS DE MAYA MONTEIRO GEPP**, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto a São Vicente e Granadinas.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e *curriculum vitae* de **MICHAEL FRANCIS DE MAYA MONTEIRO GEPP** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Antonio de Aguiar Patriota

EM Nº515 /DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 28 de outubro de 2011.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de **MICHAEL FRANCIS DE MAYA MONTEIRO GEPP**, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto a São Vicente e Granadinas.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e *curriculum vitae* de **MICHAEL FRANCIS DE MAYA MONTEIRO GEPP** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,



ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA
Ministro das Relações Exteriores

INFORMAÇÃO**CURRICULUM VITAE****MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE MICHAEL FRANCIS DE MAYA MONTEIRO GEPP**

CPF.: 028.842.751-34

ID.: 2296 MRE

1944 Filho de Alan Francis Gepp e Maria Elisa de Maya Monteiro Gepp, nasce em 22 de outubro, no Rio de Janeiro/RJ

Dados Acadêmicos:

1982 CAD - IRBr

1997 CAE - IRBr, Diplomacia Consular: assistência e proteção a nacionais

Cargos:

1977 Terceiro-Secretário

1979 Segundo-Secretário, por merecimento

1984 Primeiro Secretário, por merecimento

1992 Conselheiro, por merecimento

1999 Ministro de Segunda Classe, por merecimento

2004 Ministro de Segunda Classe, no Quadro Especial

Funções:

1968 Oficial de Chancelaria

1972-76 Embaixada em Washington

1976 CPCD - IRBr

1977-80 Divisão de Transmissões Internacionais, assistente

1980-83 Missão junto à ONU, Nova York, Segundo-Secretário

1983-85 Embaixada em Luanda, Segundo e Primeiro-Secretário

1985-88 Consulado em Caiena, Cônsul

1988-89 Departamento de Promoção Comercial, assessor

1989 Departamento de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica, assessor e Coordenador Executivo

1989-90 Divisão de Formação e Treinamento, Chefe, substituto

1990-91 Departamento de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica, Coordenador Executivo

1991-93 Divisão de Visitas do Cerimonial, Chefe, substituto e Chefe

1993-96 Consulado-Geral em Los Angeles, Cônsul-Geral Adjunto

1996-98 Embaixada em São Domingos, Conselheiro

1998-01 Presidência da República, Assessoria Internacional da Secretaria Nacional Antidrogas do Gabinete de Segurança Institucional, Assessor Internacional

2000 XXVIII Período Ordinário de Sessões da CICAD, Port-of-Spain, Chefe de delegação

2001 Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas (CICAD) da OEA, Washington, Secretário Executivo Adjunto

2002-05 Consulado-Geral em Los Angeles, Cônsul-Geral Adjunto

2005-10 Consulado-Geral em Beirute, Cônsul-Geral

2010 Cônsul-Geral em Istambul, Cônsul-Geral

Condecorações:

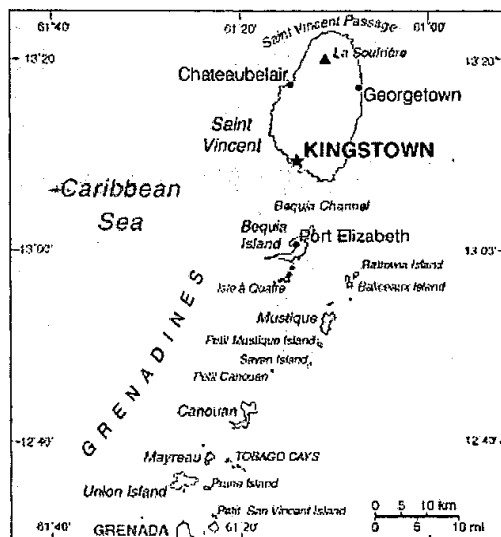
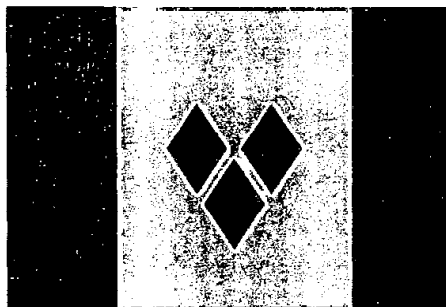
2007 Ordem de Rio Branco, Brasil, Grande Oficial



JOSÉ BORGES DOS SANTOS JUNIOR
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SUBSECRETARIA-GERAL DAS AMÉRICAS DO SUL, CENTRAL E DO CARIBE
DEPARTAMENTO DA AMÉRICA CENTRAL E CARIBE
DIVISÃO DO CARIBE

SÃO VICENTE E GRANADINAS



OSTENSIVO
Informações para o Senado Federal
Outubro de 2011

ÍNDICE

Dados Básicos.....	3
Perfis Biográficos.....	4
Relações Bilaterais.....	6
Relações políticas	7
Cooperação Técnica.....	9
Cooperação Cultural e Educacional	10
Política Interna	12
Política Externa	13
Economia	14
Anexos.....	15
Cronologia Recente das Relações Bilaterais	15
Cronologia Histórica	16
Atos bilaterais	18
Dados econômicos e principais indicadores.....	19

Dados Básicos

NOME OFICIAL	São Vicente e Granadinas
CAPITAL	Kingstown
ÁREA	389 km² (Ilha de São Vicente: 344 km²)
POPULAÇÃO (est. 2010)	104.217 habitantes
IDIOMA OFICIAL	Inglês
ETNIAS	Afrodescendentes (66%); mestiços (19%); indianos (6%); europeus (4%); ameríndios (2%); outros (3%)
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Anglicanos (47%); metodistas (28%); católicos (13%), outras religiões (13%)
SISTEMA POLÍTICO	Democracia parlamentar (membro da <i>Commonwealth</i>)
CHEFE DE ESTADO	Rainha Elizabeth II
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Ralph Gonsalves (desde 29/03/2001)
CHANCELER	Douglas Slater
PIB REAL (est. 2010)	US\$ 583 milhões
PIB PPP (est. 2010)	US\$ 1,1 bilhões
PIB <i>per capita</i> (est. 2010)	US\$ 5.554
PIB PPP <i>per capita</i> (est. 2010)	US\$ 10.600
UNIDADE MONETÁRIA	Dólar caribenho oriental (XCD)

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ mil F.O.B) – Fonte: MDIC

Brasil → São Vicente e Granadinas	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011 (jan-ago)
Intercâmbio	1.185	1.477	1.709	1.739	2.500	2.863	2.535	2.439	1.631	1.400
Exportações	1.185	1.477	1.709	1.738	2.500	2.801	2.492	2.421	1.631	1.288
Importações	--	--	0,10	0,12	0,59	62,0	43,0	18,3	--	55,6
Saldo	1.185	1.477	1.709	1.738	2.499	2.738	2.499	2.402	1.631	1.344

Perfis Biográficos

RALPH GONSALVES
Primeiro-Ministro

Nasceu em 8 de agosto de 1946, em Colonarie, São Vicente e Granadinas.

Em 1968, graduou-se em Economia pela Universidade das Índias Ocidentais (Jamaica). Iniciou suas atividades políticas nesse período, como presidente da Associação Estudantil local.

Obteve o título de doutor ("*PhD in Government*") pela Universidade de Manchester (Reino Unido).

É, desde 1998, o presidente do Partido da União Trabalhista.

Está em seu terceiro mandato consecutivo como Primeiro-Ministro de São Vicente e Granadinas – seu partido resultou vitorioso nas eleições gerais de 2001, 2005 e 2010.

DOUGLAS SLATER
Ministro dos Negócios Estrangeiros, Comércio
Exterior e Assuntos do Consumidor

Nasceu em 1955, em Clare Valley, São Vicente e Granadinas.

Formou-se na Universidade das Índias Ocidentais, em Barbados. Posteriormente, graduou-se em medicina pela Universidade de Havana (Cuba), em 1986.

Em 1992, obteve mestrado pela Universidade das Índias Ocidentais (Jamaica), em Administração na Área de Saúde Pública.

Trabalhou como médico na Guiana, na Jamaica e em seu próprio país, antes de assumir o cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros, Comércio Exterior e Assuntos do Consumidor.

Relações Bilaterais

As relações entre Brasil e São Vicente e Granadinas caracterizam-se por diálogo fluido, nos planos bilateral e multilateral, e maior aproximação em matéria de cooperação técnica e assistência humanitária. A abertura de Embaixada residente do Brasil em Kingstown e o aprofundamento das relações do Brasil com a Comunidade do Caribe (CARICOM) abrem novas perspectivas para o relacionamento bilateral em áreas como cooperação educacional e cultural, cooperação técnica e comércio e investimentos.

O Governo de São Vicente e Granadinas tem reconhecido a importante atuação internacional do Brasil, demonstrando interesse em estreitar o relacionamento com o país. Em diferentes ocasiões e comunicações dirigidas ao Governo brasileiro, autoridades vicentinas salientaram interesse em manter cooperação com o Brasil, com referências às seguintes áreas: agricultura (processamento de frutas tropicais, entre outras); formação profissional (sobretudo em hotelaria); esportes e intercâmbio cultural; temas financeiros; prevenção de desastres naturais.

O relacionamento do Brasil com São Vicente e Granadinas também se inscreve no marco da aproximação política e econômica do Brasil com a região do Caribe. No âmbito de tal processo, cabe salientar a abertura de Embaixadas residentes do Brasil em todos os países da Comunidade do Caribe (CARICOM), a acreditação cumulativa do Embaixador brasileiro na Guiana junto à CARICOM e do Embaixador em Santa Lúcia junto à Organização dos Estados do Caribe Oriental (OECS), e o expressivo aumento de nosso comércio com os países da CARICOM nos últimos cinco anos.

O relacionamento atingiu novo patamar com a realização da I Cúpula Brasil-CARICOM (realizada em Brasília, em 26 de abril de 2010), a qual resultou em fortalecimento do diálogo político, compromisso de coordenação em foros internacionais e de cooperação em diversas áreas, com elevado número de acordos assinados.

Entre o Brasil e São Vicente e Granadinas, foram firmados o “Acordo sobre Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais e de Serviços”, já em vigência, e o Acordo de Cooperação Cultural – que, uma vez em vigor, favorecerá o intercâmbio de experiências nos campos das artes visuais, da música, da dança, do audiovisual e da educação cultural, bem como maior participação de artistas

do Brasil e de São Vicente e Granadinas em festivais, oficinas, exposições e eventos internacionais mútuos.

Relações políticas

O Decreto nº 6.776, de 18 de fevereiro de 2009, criou a Embaixada do Brasil em São Vicente e Granadinas, com sede em Kingstown.

O Primeiro-Ministro Ralph Gonsalves é uma liderança política com relativa influência no entorno caribenho. Visitou o Brasil em três ocasiões: i) participação na I Cúpula da América Latina e do Caribe – CALC (dezembro de 2008); ii) I Cúpula Brasil – CARICOM (abril de 2010) e iii) visita ao São Paulo (maio de 2011), durante a qual foram mantidos encontros empresariais.

De modo geral, o Governo de São Vicente e Granadinas ressalta a importância do Brasil como representante dos países em desenvolvimento em organismos multilaterais. A exemplo de outros países da região, tem reiterado a importância de o Brasil representar os pequenos países da região em foros dos quais não participam (como o G-20 financeiro).

A fluidez do diálogo político bilateral refletiu-se no pronto apoio do Primeiro-Ministro Gonsalves à candidatura do Dr. José Graziano da Silva ao cargo de Diretor-Geral da FAO, por ocasião de gestões realizadas na região do Caribe, em fevereiro. O apoio vicentino foi importante etapa no sentido de viabilizar o apoio da Comunidade do Caribe à candidatura, confirmado por ocasião da 22ª Cúpula da CARICOM (Granada, 25 e 26 de fevereiro).

Por ocasião de sua visita ao Brasil, em maio de 2011, o mandatário vicentino sinalizou interesse no eventual estabelecimento de representação permanente no Brasil (com possíveis impactos sobre o relacionamento bilateral e em matéria de oportunidades de investimento). Na ocasião, foi realizado encontro da delegação vicentina com representantes da FIESP e da construtora OAS, bem como visita a instalações da Embraer.

Comércio

A corrente de comércio Brasil – São Vicente e Granadinas apresenta dimensões limitadas, tendo atingido US\$ 2,86 milhões em 2007 (reduzindo-se para US\$ 1,63 milhões em 2010, com recuperação observada em 2011). O comércio bilateral caracteriza-se pela predominância das exportações brasileiras e pelo baixo fluxo de importações provenientes de

São Vicente e Granadinas. Entre os principais produtos exportados pelo Brasil, encontram-se ladrilhos e peças de cerâmica, preparações alimentícias e conservas de bovinos e elevadores.

Dois importantes temas na agenda comercial consistiriam na possibilidade de aquisição de aeronaves da Embraer, por parte da empresa aérea regional LIAT, e na possibilidade de exportação de carne de aves para São Vicente e Granadinas.

O Primeiro-Ministro Ralph Gonsalves é Presidente do Comitê de Acionistas da empresa aérea regional LIAT (integrado pelos Governos de São Vicente e Granadinas, Barbados e Antígua e Barbuda). Nesse contexto, tem salientado o interesse da LIAT na compra de jatos regionais, com vistas à expansão de sua frota – o que abriria a possibilidade realização de negócios com a empresa brasileira EMBRAER.

As autoridades de São Vicente e Granadinas têm manifestado em tratar de procedimentos sanitários para importação de carne de aves brasileira. Há a expectativa de realização de missão sanitária do país ao Brasil, para visita a instalações brasileiras, definidas pelo serviço sanitário e veterinário vicentino.

Financiamento

O processo de adesão do Brasil ao Banco de Desenvolvimento do Caribe (BDC) constitui tema de interesse especial do Governo vicentino, com possíveis impactos também no âmbito bilateral.

O processo de adesão do Brasil ao Banco de Desenvolvimento do Caribe foi aprovado com a promulgação do Decreto Legislativo nº 801, em 20 de dezembro de 2010, por parte do Senado Federal. Com a autorização do Congresso Nacional, o Brasil concluiu o processo interno necessário para se tornar membro da instituição financeira regional, habilitando-se a assinar o Instrumento de Adesão e a realizar os aportes de capital já negociados com o Banco. A aprovação da entrada do Brasil no BDC abre a possibilidade de presença mais efetiva no Caribe, por meio da colaboração com projetos que visem ao desenvolvimento regional.

O pedido brasileiro de admissão ao BDC foi aprovado em maio de 2008 pela Assembleia de Governadores do Banco. O Organismo vinha realizando gestões desde 2003, com vistas ao ingresso do Brasil na qualidade de sócio regional não tomador de recursos. A disposição brasileira de aderir ao BDC foi anunciada por ocasião de reunião da Cúpula do Grupo do Rio (Georgetown, março de 2007).

O Brasil subscreverá 3.118 ações do capital social do BDC. O processo de adesão prevê, ainda, que o Brasil contribuirá para o Fundo Especial de Desenvolvimento do BDC com US\$ 5 milhões, em quatro

parcelas anuais. Para concretizar sua admissão no BDC, o Brasil deverá depositar o Instrumento de Adesão junto ao Secretário-Geral das Nações Unidas e efetuar o pagamento da primeira parcela do capital a ser integralizado.

Outro tema relevante consiste em possível contribuição financeira do Brasil ao Fundo de Desenvolvimento da Caricom (FDC), objeto de gestão em Brasília (abril de 2010) do Executivo-Chefe do FDC, Embaixador Lorne McDonnough.

Cooperação Técnica

No âmbito da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), foi realizada em 2010 missão a São Vicente e Granadinas para identificação e elaboração de projetos de cooperação técnica na área agrícola, em parceria com a Embrapa. As atividades de 2011 compreendem: i) capacitação em processamento de frutas e coco verde; ii) capacitação em agricultura orgânica; iii) capacitação em ciências agrárias – máquinas agrícolas, tecnologia de produção de hortaliças e cultivo mínimo em pequenas áreas.

O curso para Capacitação em Agricultura Orgânica é parte do programa de cooperação nas áreas de agricultura e segurança alimentar, anunciado pelo Ministro Antonio Patriota em fevereiro de 2011, por ocasião de sua participação na 22ª Cúpula da CARICOM, ocorrida em Granada. O programa prevê a realização, no Brasil, de dez cursos de curta duração, para os quais está programada a participação de representantes dos países membros da Comunidade.

Por ocasião do evento “Cooperação Técnica Brasileira: Agricultura, Segurança Alimentar e Políticas Sociais”, realizado em 24 de junho de 2011 em Roma, no âmbito da FAO, também foi lançado programa de cooperação, composto por 24 cursos de capacitação de curta duração (entre 40 e 80 horas), oferecidos por vinte instituições brasileiras de excelência na elaboração e implementação de políticas públicas em temas afetos à agricultura e ao combate à fome. Os cursos abrangem as áreas de agricultura, meio ambiente, pesca e aquicultura, extensão rural, alimentação escolar, políticas de combate à fome e políticas de equidade de gênero. Os cursos, a serem realizados no Brasil, são oferecidos a todos os países em desenvolvimento da África, Ásia Central e Austral, Pacífico, América Latina e Caribe.

No contexto da visita do Primeiro-Ministro Gonsalves ao Brasil, o Governo vicentino manifestou interesse em cooperação do Brasil nos seguintes setores adicionais:

i) Capacitação e treinamento nos setores hoteleiro (prioridade nacional), de construção de embarcações, aquicultura e cultura marinha;

ii) Etnofarmacologia – o Governo vicentino tem a intenção de conduzir o registro de plantas e extratos de plantas usados tradicionalmente com fins medicinais e, em seguida, estudos visando à sua utilização na medicina.

Um tema importante para o Governo vicentino é a construção do Aeroporto Internacional de Argyle, que deverá se tornar o principal aeroporto do país, atendendo à capital, Kingstown.

Localizado em terreno montanhoso e irregular, consiste na principal obra em construção em São Vicente e Granadinas. A construção do terminal de passageiros foi iniciada em agosto de 2011 e a obra conta com a contribuição de Cuba, Venezuela, Taiwan, Trinidad e Tobago, México, Áustria, Malásia, Turquia e Irã. Em relação ao projeto, o Governo brasileiro prestou cooperação na área de formação de técnicos em gestão aeroportuária. Em agosto de 2010, comissão vicentina realizou visita técnica ao Brasil com vistas à cooperação na área de gestão de aeroportos, organizada pela ABC e pelo Ministério da Defesa.

Cooperação cultural e educacional

O Acordo de Cooperação Cultural bilateral, firmado por ocasião da I Cúpula Brasil-CARICOM, encontra-se em tramitação nos parlamentos brasileiro e vicentino.

Em fevereiro de 2011, foi publicada a obra “A Herança Africana no Brasil e no Caribe”, que contou com contribuição acadêmica de São Vicente e Granadinas. O livro é desdobramento direto da Cúpula e compila artigos de acadêmicos naturais dos países da CARICOM e do Brasil sobre a escravidão e seu impacto na formação das identidades nacionais destes países. A obra contou com a contribuição do vicentino Curtis M. King. Entre 16 e 19 novembro de 2011 será realizado o Encontro Ibero-Americano Comemorativo ao Ano Internacional dos Afrodescendentes, na cidade de Salvador (BA), ocasião em que haverá seminário com os participantes da obra.

Energia

O Governo de São Vicente e Granadinas enfrenta inúmeros desafios no setor energético, em virtude da dependência da importação de combustíveis fósseis, que respondem por cerca de 95% da eletricidade produzida no país. Portanto, reduzir os custos do setor e incentivar o uso de fontes renováveis de energia constituem prioridades da política energética vicentina.

Em 2010, o Parlamento vicentino aprovou a primeira edição de Plano Energético para o país. O Plano ofereceria oportunidades de cooperação, em áreas como redução de perdas na geração e distribuição de eletricidade e construção de unidade-piloto de produção de biocombustível (mini-usina).

O Presidente da empresa nacional de energia (*St Vicent Electricity Services Limited* – VINLEC) tem manifestado interesse na participação brasileira em projeto de renovação e reparos nas centrais hidrelétricas do país. As usinas localizam-se nas áreas de South Rivers e Richmond e produzem cerca de 2 megawatts de potência. Inauguradas entre 1950 e 1960, necessitam de reparos que abrangem a substituição de canalizações de transporte de água e de turbinas por modelos mais modernos e produtivos. O projeto visa a aumentar a produção de energia para 4,5 a 7,5 megawatts.

Comunidade brasileira

Não há registro de cidadãos brasileiros residentes em São Vicente e Granadinas.

Política Interna

São Vicente e Granadinas é atualmente governado pelo Primeiro-Ministro Ralph Gonsalves, líder político do “Partido Trabalhista Unido” – o “*United Labour Party*” (ULP). Em 13 de dezembro de 2010, foram realizadas eleições nacionais no país. Como resultado final, o ULP conquistou 52% dos votos, enquanto o partido de oposição “*New Democratic Party*” (NDP) ficou com 47%; o Partido Verde recebeu votação total inferior a 1%.

Essa foi a terceira vitória consecutiva do ULP, que se mantém no poder a despeito de dificuldades econômicas decorrentes da crise econômico-financeira mundial. Como consequência da pequena margem de vitória observada, houve diminuição do número de cadeiras ocupadas pelo partido governista na câmara baixa do Parlamento, caindo de 12 cadeiras, antes das eleições, para as 8 atuais.

Têm-se observado sinais de diminuição de apoio popular ao partido governista desde o final de 2009, quando a legenda perdeu referendo nacional por larga margem. O referendo objetivava aprovar emenda constitucional com vistas a instituir o presidencialismo no país – atualmente, São Vicente e Granadinas possui um regime parlamentarista, tendo a Rainha Elizabeth II do Reino Unido como sua Chefe de Estado.

Política Externa

São Vicente e Granadinas procura manter-se alinhado aos esforços integracionistas da região, sendo membro da CARICOM, da Associação dos Estados do Caribe e da Organização dos Estados do Caribe Oriental (OECS). O país também é membro da “*Commonwealth*”.

O Governo vicentino tem mantido relacionamento próximo a aliados tradicionais do país, como o Reino Unido, Estados Unidos, Canadá e Taiwan. Ao mesmo tempo, tem buscado estreitar relações com novos parceiros como Brasil, Espanha, Portugal, México, Venezuela, Cuba, Turquia, Austrália, Líbia, Irã e Malásia.

Em 2009, o país tornou-se membro da ALBA, a “Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América” – grupo de cooperação e integração regional, que reúne também Venezuela, Cuba, Nicarágua, Dominica, Equador e Antígua e Barbuda.

Na esfera multilateral, o país defende a centralidade das Nações Unidas para a governança global, em contraposição a outros foros (G-8, G-20, OCDE). O país tem defendido um papel maior para o Conselho Econômico e Social (ECOSOC) e para a Assembleia Geral das Nações Unidas, em matéria de cooperação econômica internacional, e em oposição à preponderância do Conselho de Segurança da organização.

O país participa do grupo dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS, do inglês “*Small Island Developing States*”), que compreende pequenos países insulares e nações com litoral com baixa altitude. Tais países compartilham desafios de desenvolvimento similares, incluindo pequena população, escassez de recursos, vulnerabilidade a desastres naturais e dependência excessiva do comércio internacional. Nos debates sobre mudança de clima no âmbito das Nações Unidas, os SIDS são representados pela Aliança dos Pequenos Estados Insulares, que tem por preocupação central os efeitos adversos do aquecimento global. Junto com os demais membros do agrupamento, São Vicente e Granadinas advoga reduções ambiciosas nas emissões de gases de efeito estufa pelos países desenvolvidos.

O país optou por reconhecer a legitimidade do Governo de Taiwan, sediado em Taipé, em oposição à do governo da República Popular da China, com sede em Pequim. Por essa razão, São Vicente e Granadinas tem defendido a inclusão de Taiwan no sistema ONU.

Economia

São Vicente e Granadinas apresenta economia vulnerável, com pequena base econômica e alta dependência no setor agrícola. A banana é seu principal produto de exportação, com a utilização de mais de 60% da força de trabalho em sua produção.

Devido à excessiva dependência em relação a apenas um produto, o país tem adotado medidas para diversificar sua base econômica. Entre as áreas que estão recebendo incentivos, destaca-se o setor de turismo.

Em outubro de 2010, a passagem do furacão Tomás pelo país causou prejuízos estimados em US\$ 25 milhões para a agricultura, especialmente nas plantações de bananas e árvores frutíferas, e US\$ 10 milhões no setor habitacional, relativos à recuperação de mil e duzentas casas. Além disso, houve grandes prejuízos na rede viária, escolas e zonas costeiras.

Segundos estimativas do FMI, o PIB vicentino caiu 1,1% em 2009, devido principalmente às consequências negativas da crise econômica. No ano de 2010, a lenta recuperação econômica e os prejuízos causados pelo furacão Tomás acarretaram uma queda ainda maior na produção de riquezas do país, com variação do PIB de -2,3%. Para 2011 e 2012, as projeções de crescimento são de 2,5%, para os dois anos.

Anexos**CRONOLOGIA RECENTE DAS RELAÇÕES BILATERAIS**

24/05/1980: Criação da Embaixada do Brasil em São Vicente e Granadinas, cumulativa com a Embaixada em Trinidad e Tobago, pelo Decreto nº 84.734;
10/05/2004: Cumulatividade da Embaixada brasileira em São Vicente e Granadinas transferida para a Embaixada do Brasil em Bridgetown (capital de Barbados), pelo Decreto nº 5.073;
2005: Missão da Agência Brasileira de Cooperação a São Vicente e Granadinas;
12-13/12/2008: Participação do Primeiro-Ministro Ralph Gonsalves na I Cúpula da América Latina e do Caribe sobre Integração e Desenvolvimento (CALC), na Costa do Sauípe (BA);
18/02/2009: Criação da Embaixada residente do Brasil em Kingstown (São Vicente e Granadinas), pelo Decreto 6.776;
17-19/04/2009: Na V Cúpula das Américas, em Trinidad e Tobago, o Primeiro-Ministro vicentino Ralph Gonsalves solicita ao Presidente Lula que Brasil, Argentina e México representem os interesses dos pequenos países latino-americanos e caribenhos no G-20;
26/04/2010: O Primeiro-Ministro Ralph Gonsalves representa seu país na Cúpula Brasil-CARICOM (Comunidade do Caribe), realizada em Brasília;
25-26/02/2011: O Ministro das Relações Exteriores Antonio Patriota participa da 22ª Cúpula da CARICOM, realizada em Granada;
6-7/05/2011: Visita do Primeiro-Ministro Ralph Gonsalves a São Paulo, acompanhado de comitiva de empresários.

Cronologia Histórica

1719: Servindo-se de mão-de-obra escravizada, franceses implantam cultivos de café, tabaco, anileira, algodão e cana de açúcar nas ilhas que hoje correspondem a São Vicente e Granadinas;
1763: Por meio do Tratado de Paris, assinado por França, Grã-Bretanha e Espanha, as ilhas de São Vicente e Granadinas passam ao controle britânico;
1779 No contexto da guerra de independência dos Estados Unidos, a França invade São Vicente e toma posse da ilha;
1783 O Tratado de Versalhes reafirma a soberania britânica sobre São Vicente;
1834: Abolição da escravatura pelo Reino Unido;
1840-50: Portugueses da Ilha da Madeira (expatriados em consequência da praga da videira) aportam em São Vicente;
1860-70: Chegam às ilhas trabalhadores oriundos das Índias Orientais. A queda nos preços internacionais do açúcar – então a principal <i>commodity</i> produzida na ilha – leva à estagnação econômica;
1877: A metrópole britânica implementa um governo colonial local;
1925: Instalado o Conselho Legislativo de São Vicente e Granadinas;
1951: É estabelecido o sufrágio universal nas ilhas;
1969: São Vicente e Granadinas torna-se “Estado Associado ao Reino Unido”, com gestão própria sobre seus assuntos domésticos;
1974: São Vicente e Granadinas associa-se à Comunidade do Caribe (CARICOM);
1979: Em 27 de outubro, São Vicente e Granadinas obtém sua independência; mantém-se, porém, como membro da <i>Commonwealth</i> ;
1981: Em 18 de junho, associou-se à Organização dos Países do Caribe Oriental (OECS);
2010: Em 13 de dezembro, nas eleições nacionais no país, o Partido Trabalhista Unido (ULP), do Primeiro-Ministro Ralph Gonsalves, conquista sua terceira vitória consecutiva.

Atos bilaterais

Título	Data de celebração	Data da entrada em vigor	Promulgação	
			Decreto	Data
Acordo sobre a Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço	26/04/2010	06/09/2010	142	27/07/2010
Acordo de Cooperação Cultural	26/04/2010	Em tramitação (Câmara dos Deputados – Mensagem nº 590 de 11/10/2010)		

Dados econômicos e principais indicadores

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS SÃO VICENTE E GRANADINAS

DADOS BÁSICOS	
Nome oficial	São Vicente e Granadinas
Superfície	389 Km²
Localização	Caribe
Capital	Kingstown
Principais cidades	Kingstown, Chateaubelair, Georgetown
Idioma oficial	Inglês
PIB a preços correntes (2010 - Estimativa EIU)	US\$ 580,7 milhões
PIB "per capita" (2010)	US\$ 5.907
Moeda	Dólar do Caribe do Leste

Elaborado pelo MRECEPRIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do EIU - Economics Intelligence Unit, Country Report Organization of Eastern Caribbean States December 2010

INDICADORES SOCIOECONÔMICOS	2006	2007	2008	2009	2010 ⁽¹⁾
População (em milhões habitantes) ⁽²⁾	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Densidade demográfica (hab/Km²)	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3
PIB a preços correntes (US\$ milhões)	487,9	554,2	581,7	582,7	580,7
Crescimento real do PIB (%)	9,5	8,4	1,1	-2,8	0,0
Variação anual do índice de preços ao consumidor (%)	3,0	6,9	10,1	0,4	3,2
Reservas internacionais, exclusive ouro (US\$ milhões)	78,7	87,0	83,7	75,0	80,0
Câmbio (EC\$ / US\$)	2,7	2,7	2,7	2,7	2,7

Elaborado pelo MRECEPRIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do EIU - Economics Intelligence Unit, Country Report Organization of Eastern Caribbean States December 2010

(1) Estimativa EIU

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS SÃO VICENTE E GRANADINAS

COMERCIO EXTERIOR ⁽¹⁾ (US\$ milhões)	2005	2006	2007	2008	2009	2010 ⁽²⁾
Exportações (fob)	39,9	216,7	186,8	297,4	203,8	103,9
Importações (cif)	240,5	572,3	584,4	758,8	849,1	428,7
Saldo comercial	-200,6	-355,6	-397,6	-459,4	-645,3	-324,8
Intercâmbio comercial	280,4	788,0	771,2	1.054,2	952,9	532,6

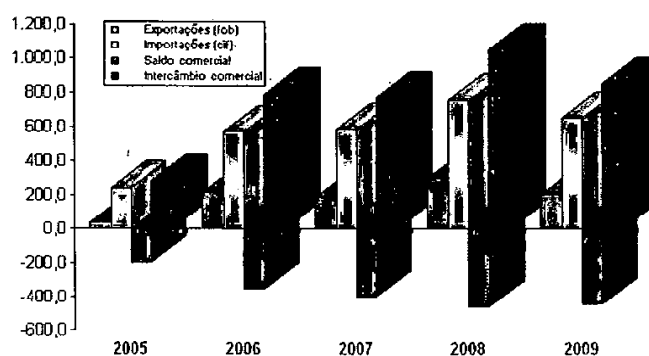
Elaborado pelo MRECEPRIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FIA - Division of Trade Statistics, CEI December 2010

(1) Os dados são restritos, necessariamente, com alguma aproximação no Balança de Pagamentos no razão das diferenças metodológicas de cálculo

(2) Janeiro - Junho

COMÉRCIO EXTERIOR DE SÃO VICENTE E GRANADINAS 2005 - 2009

(US\$ milhões)



Elaborado pelo MREX/PPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados do FMI, Direction of Trade Statistics, 02/December 2010

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICO-COMERCIAIS SÃO VICENTE E GRANADINAS

DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US\$ milhões - feb)	2007	% de total	2008	% de total	2009	% de total	2010 Jan-Set	% de total
EXPORTAÇÕES:								
Grécia	44.7	24.0%	81.3	30.7%	94.0	46.1%	12.7	12.2%
Polónia	5.6	3.0%	7.7	2.6%	27.8	13.6%	0.0	0.0%
França	19.8	10.1%	55.5	18.7%	21.2	10.4%	58.2	54.1%
Trinidad e Tobago	7.5	4.0%	8.6	2.9%	7.5	3.7%	5.8	5.6%
Dinamarca	0.0	0.0%	0.0	0.0%	6.8	3.4%	0.0	0.0%
St. Lúcia	6.7	3.5%	7.6	2.6%	6.7	3.3%	5.1	5.0%
Reino Unido	11.8	6.3%	7.6	2.5%	6.8	3.2%	3.3	3.1%
Barbados	5.5	3.0%	6.3	2.1%	5.5	2.7%	4.1	3.9%
Dominica	4.4	2.4%	5.0	1.7%	4.4	2.2%	3.4	3.3%
Itália	23.0	12.3%	21.6	7.3%	4.3	2.1%	0.0	0.0%
Granada	4.2	2.2%	4.8	1.8%	4.2	2.1%	3.2	3.1%
Antigua e Barbuda	3.8	2.0%	4.3	1.5%	3.8	1.8%	2.8	2.8%
<i>Brasil</i>	0.0	0.0%	0.0	0.0%	0.0	0.0%	0.0	0.0%
SUBTOTAL	136.2	72.9%	220.3	74.1%	192.8	94.6%	96.6	93.0%
DEMAIS PAÍSES	50.6	27.1%	77.0	25.9%	11.0	5.4%	7.3	7.0%
TOTAL GERAL	186.8	100.0%	297.4	100.0%	203.8	100.0%	103.9	100.0%
IMPORTAÇÕES:								
Singapura	92.8	15.8%	204.3	27.0%	102.5	15.8%	116.8	27.2%
Trinidad e Tobago	87.1	14.9%	89.5	13.1%	87.0	13.4%	82.9	14.7%
Estados Unidos	75.9	13.0%	81.1	12.0%	85.1	13.1%	85.5	15.3%
China	28.2	5.0%	64.3	8.5%	81.2	12.5%	50.8	11.8%
Itália	77.4	13.2%	59.0	7.1%	56.4	8.7%	18.0	3.7%
Turquia	17.2	2.9%	14.4	1.9%	41.8	6.5%	6.0	1.4%
França	10.7	1.8%	20.1	2.7%	35.8	5.5%	3.5	0.8%
Roménia	0.6	0.1%	1.3	0.2%	26.2	4.3%	0.1	0.0%
Barbados	19.2	3.3%	21.9	2.9%	19.1	2.9%	14.8	3.5%
Reino Unido	17.8	3.1%	15.7	2.1%	17.3	2.7%	11.8	2.8%
Canadá	10.8	1.9%	8.5	1.1%	11.8	1.8%	7.9	1.8%
Espanha	13.8	2.4%	2.1	0.3%	9.4	1.4%	16.4	3.8%
Polónia	7.5	1.3%	11.3	1.5%	7.0	1.1%	0.0	0.0%
<i>Brasil</i>	0.0	0.0%	3.3	0.4%	2.7	0.4%	1.4	0.3%
SUBTOTAL	459.8	78.7%	611.7	80.8%	585.6	90.2%	374.1	87.3%
DEMAIS PAÍSES	124.5	21.3%	145.2	19.2%	63.5	9.8%	54.7	12.7%
TOTAL GERAL	584.4	100.0%	756.8	100.0%	649.1	100.0%	428.7	100.0%

Elaborado pelo MREX/PPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados do FMI, Direction of Trade Statistics, 02/December 2010
Países listados em ordem decrescente, tendo como base os valores em 2009

**DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES
ECONÔMICO-COMERCIAIS
SÃO VICENTE E GRANADINAS**

COMPOSIÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR	2009 ⁽¹⁾	Part % no total
EXPORTAÇÕES (US\$ mil)		
Produtos da indústria de moagem; malte; amidos e féculas	8.712	17,8%
Frutas; cascas de cítricos e de melões	8.323	17,0%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	5.698	11,6%
Produtos hortícolas, plantas, raízes e tubérculos, comestíveis	5.251	10,7%
Cereais	4.303	8,8%
Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres	2.947	6,0%
Ferro fundido, ferro e aço	2.006	4,1%
Resíduos e desperdícios das indústrias alimentares	1.779	3,6%
Subtotal	39.019	79,5%
Demais Produtos	10.045	20,5%
Total Geral	49.064	100,0%
IMPORTAÇÕES (US\$ mil)		
Combustíveis minerais, óleos minerais e ceras minerais	61.117	18,3%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	24.458	7,3%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	22.525	6,8%
Cereais	14.761	4,4%
Veículos automóveis, tratores, ciclos	12.980	3,9%
Madeira, carvão vegetal e obras de madeira	12.388	3,7%
Carnes e miudezas, comestíveis	11.870	3,6%
Móveis; mobiliário médico-cirúrgico; colchões	11.057	3,3%
Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres	10.514	3,2%
Sal; enxofre; terras e pedras; gesso, cal e cimento	9.996	3,0%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	8.894	2,7%
Plásticos e suas obras	8.557	2,6%
Papel e cartão; obras de pasta de celulose	8.383	2,5%
Ferro fundido, ferro e aço	7.115	2,1%
Preparações alimentícias diversas	6.799	2,0%
Preparações à base de cereais, farinhas, amidos, féculas ou de leite	6.019	1,8%
Leite e laticínios; ovos de aves; mel natural	5.944	1,8%
Extratos tanantes e tintoriais; taninos e seus derivados	5.081	1,5%
Produtos farmacêuticos	4.730	1,4%
Borracha e suas obras	4.494	1,3%
Preparações de carne, de peixes ou de crustáceos	4.086	1,2%
Açúcares e produtos de confeitaria	3.830	1,1%
Subtotal	265.598	79,6%
Demais Produtos	67.892	20,4%
Total Geral	333.490	100,0%

Elaborado pelo INSEEC/PRIC - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados da UNCTAD/COMTRADEmap.

São Vicente e Granadinas não informou dados comerciais ao banco de dados COMTRADE/UNCTADmap. Portanto, os dados são baseados em informações de países importadores e exportadores, o que pode causar divergências nos dados estatísticos.

(1) Última pesquisa disponível

**DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES
ECONÔMICO-COMERCIAIS
SÃO VICENTE E GRANADINAS**

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - SÃO VICENTE E GRANADINAS (US\$ mil. fev)	2006	2007	2008	2009	2010
Exportações	2.500,0	2.801,0	2.493,0	2.421,0	1.631,0
Varição em relação ao ano anterior	43,8%	12,0%	-11,0%	-11,0%	-32,5%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para o CARICOM	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,0%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,1%
Importações	0,6	62,0	43,0	18,0	0,0
Varição em relação ao ano anterior	500,0%	10233,3%	-30,0%	-30,0%	-100,0%
Part. (%) no total das importações brasileiras do CARICOM	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Part. (%) no total das importações brasileiras	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Intercâmbio Comercial	2.501	2.863	2.536	2.539	1.631
Varição em relação ao ano anterior	43,8%	14,5%	-11,4%	-11,4%	-35,7%
Part. (%) no total do intercâmbio Brasil-CARICOM	0,1%	0,1%	0,0%	0,1%	0,0%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Saldo Comercial	2.499	2.739	2.450	2.450	1.631

Elaborado pelo AFE/OPREC - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados do MEX/SECEX/Alfaweb.

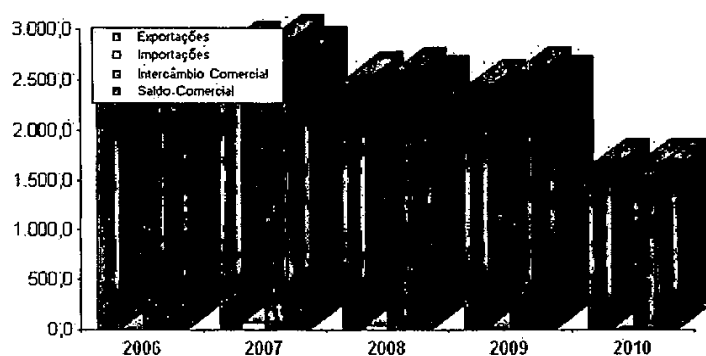
(As discrepâncias observadas nos dados estatísticos das exportações brasileiras e das importações do país e vice-versa, podem ser explicadas pelo uso de técnicas distintas e variáveis por diferentes metodologias de apuração de dados estatísticos)

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - SÃO VICENTE E GRANADINAS (US\$ mil. fev)	2010 (jan-mar)	2011 (jan-mar)
Exportações	560	407
Varição em relação ao mesmo período do ano anterior	-2,4%	-27,3%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para o CARICOM	0,1%	0,1%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	0,0%	0,0%
Importações	0,0	55
Varição em relação ao mesmo período do ano anterior	n.a.	n.a.
Part. (%) no total das importações brasileiras do CARICOM	0,0%	0,1%
Part. (%) no total das importações brasileiras	0,0%	0,0%
Intercâmbio Comercial	560	462
Varição em relação ao mesmo período do ano anterior	-2,4%	-17,5%
Part. (%) no total do intercâmbio Brasil-CARICOM	0,1%	0,1%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,0%	0,0%
Saldo Comercial	560	352

Elaborado pelo AFE/OPREC - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados do MEX/SECEX/Alfaweb.

**INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - SÃO VICENTE E GRANADINAS
2006 - 2010**

(US\$ mil)



Elaborado pelo AFE/OPREC - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados do MEX/SECEX/Alfaweb.

**DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES
ECONÔMICO-COMERCIAIS
SÃO VICENTE E GRANADINAS**

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - S. VICENTE E GRANADINAS (US\$ mil - feb)	2008	% do total	2009	% do total	2010	% do total
EXPORTAÇÕES: (por principais produtos e grupos de produtos)						
Madeira, carvão vegetal e obras de madeira	681	27,7%	584	26,2%	624	30,3%
Produtos cerâmicos	802	32,2%	548	22,5%	235	14,4%
Preparações de carne, de peixes ou de crustáceos	47	1,9%	53	2,2%	204	12,5%
Açúcares e produtos de confeitaria	378	15,2%	569	23,5%	194	11,9%
Leite e laticínios, ovos, mel natural	78	3,1%	162	7,5%	73	4,5%
Cadeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	0	0,0%	47	1,9%	72	4,4%
Plásticos e suas obras	35	1,4%	94	3,9%	46	2,0%
Sabões, agentes orgânicos de superfície	43	1,7%	40	1,6%	44	2,7%
Móveis, mobiliário médico-cirúrgico, colchões	24	1,0%	37	1,3%	34	2,1%
Subtotal	2.096	84,1%	2.246	92,8%	1.526	93,5%
Demais Produtos	397	15,9%	175	7,2%	105	6,5%
TOTAL GERAL	2.493	100,0%	2.421	100,0%	1.631	100,0%

Elaborado pelo IPECE/PRONEX - Divisão de Interação Comercial com base no dados do IPECE/PRONEX/Brasília
Depois de produtos brasileiros em ordem decrescente, sendo os demais os países que não foram especificados em 2010

**DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES
ECONÔMICO-COMERCIAIS
SÃO VICENTE E GRANADINAS**

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - S. VICENTE E GRANADINAS (US\$ mil - feb)	2006	% do total	2007	% do total	2008	% do total
IMPORTAÇÕES: (por principais produtos e grupos de produtos)						
Produtos químicos inorgânicos ou isotópicos	0,7	15,6%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
Plásticos e suas obras	0,0	0,0%	17,6	99,9%	0,0	0,0%
Cadeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	0,0	0,0%	0,0	0,2%	0,0	0,0%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	5,9	13,8%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
Subtotal	12,6	29,4%	17,6	99,1%	0,0	0,0%
Demais Produtos	30,4	70,6%	0,2	0,9%	0,0	0,0%
TOTAL GERAL	43,0	100,0%	17,8	100,0%	0,0	0,0%

Elaborado pelo IPECE/PRONEX - Divisão de Interação Comercial com base no dados do IPECE/PRONEX/Brasília
Depois de produtos brasileiros em ordem decrescente, sendo os demais os países que não foram especificados em 2007

**DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES
ECONÔMICO-COMERCIAIS
SÃO VICENTE E GRANADINAS**

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - S. VICENTE E GRANADINAS (US\$ mil - feb)	2010 (jan-mar)	% do total	2011 (jan-mar)	% do total
EXPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)				
Preparações de carne, de peixes ou de crustáceos	87	15,5%	148	38,4%
Produtos cerâmicos	186	33,2%	103	25,3%
Gorduras e óleos animais ou vegetais	26	4,6%	87	18,5%
Madeira, carvão vegetal e obras de madeira	33	5,8%	49	12,0%
Cadeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	160	28,5%	22	5,4%
Obras diversas de metais comuns	0	0,0%	2	0,5%
Subtotal	491	87,6%	391	96,0%
Demais Produtos	69	12,2%	16	4,0%
TOTAL GERAL	560	100,0%	407	100,0%
IMPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)				
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	0	0,0%	55	0,0%
Subtotal	0	0,0%	55	100,0%
Demais Produtos	0	0,0%	0	0,0%
TOTAL GERAL	0	0,0%	55	100,0%

Elaborado pelo IPECE/PRONEX - Divisão de Interação Comercial com base no dados do IPECE/PRONEX/Brasília
Depois de produtos brasileiros em ordem decrescente, sendo os demais os países que não foram especificados em janeiro/2011

Aviso nº 72 - C. Civil.

Em 14 de fevereiro de 2012.

A Sua Excelência o Senhor
Senador CÍCERO LUCENA
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor MICHAEL FRANCIS DE MAYA MONTEIRO GEPP, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto a São Vicente e Granadinas.

Atenciosamente,



GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado no **DSF**, em 17/02/2012.

3

RELATÓRIO Nº , DE 2012

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº 16, de 2012 (nº 39, de 14 de fevereiro de 2012, na origem), da Presidente da República, que *submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor MARCELO LEONARDO DA SILVA VASCONCELOS, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Democrática Socialista do Sri Lanka, e, cumulativamente, junto à República das Maldivas.*

RELATOR: Senador **FRANCISCO DORNELLES**

O Senado Federal é chamado a se manifestar sobre a indicação que a Presidente da República faz do Senhor MARCELO LEONARDO DA SILVA VASCONCELOS, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Democrática Socialista do Sri Lanka, e, cumulativamente, junto à República das Maldivas.

A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos Chefes de Missão Diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

De acordo com o currículo elaborado, em atendimento a preceito regimental, pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE), o indicado nasceu em 24 de junho de 1945, no Rio de Janeiro (RJ). É filho de Joubert de Vasconcelos e Diva da Silva Vasconcelos.

Graduou-se em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1967. Frequentou, ainda, o Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco no ano de 1991, quando defendeu a tese intitulada “O Sistema Global da FAO sobre Recursos Fitogenéticos: a Posição do Brasil.”

Em 1971, titulou-se como Terceiro-Secretário na carreira diplomática. Tornou-se Segundo-Secretário em 1975. Por merecimento, tornou-se Primeiro-Secretário em 1980, Conselheiro em 1987, Ministro de Segunda Classe em 1994 e Ministro de Primeira Classe em 2005. Em 2010, passou a integrar o Quadro Especial da carreira.

Entre as funções desempenhadas pelo diplomata, destacam-se a de Assistente das Divisões da América Meridional II e das Nações Unidas (1981-86 e 1986); Assessor do Departamento de Organismos Internacionais (1986-88); Conselheiro na Delegação junto à Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), em Roma (1988-91); Conselheiro da Embaixada em Rabat (1991-93); Chefe da Divisão de Ásia e Oceania I (1993-94); Subchefe da Assessoria Internacional da Presidência da República (1994-95); Cônsul-Geral em Rotterdam (1995-97); Ministro-Conselheiro na Embaixada na Haia (1997-99) e em Quito (1999-01); Diretor do Departamento das Américas do Norte, Central e Caribe (2004-05); Embaixador em Luanda (2005-08); e Cônsul-Geral em Munique (2008 até o presente).

O Ministério das Relações Exteriores anexou à mensagem presidencial sumário executivo sobre a República Democrática Socialista do Sri Lanka e a República das Maldivas. O documento, além de abordar relações bilaterais com o Brasil, dá notícia sobre dados básicos dos países, suas políticas interna e externa e economia.

O Sri Lanka – originalmente conhecido como Ceilão – tornou-se independente em 1947. No ano seguinte, passou a integrar a *Commonwealth*. Desde então, sua política externa é marcada pelos princípios do não alinhamento e pelas relações com a Índia. Trata-se de república semipresidencialista, sendo que o presidente é eleito diretamente para um mandato de seis anos. O poder legislativo é unicameral e seus membros são eleitos por sufrágio universal.

A economia de Sri Lanka – que está entre os cinquenta países de menor desenvolvimento econômico do mundo – baseia-se na exportação de produtos primários (grafite, produtos têxteis, chá, coco e borracha). As exportações cingalesas e os investimentos estrangeiros aumentaram significativamente a partir de 1977, quando o governo passou a adotar políticas econômicas liberais.

As relações diplomáticas entre Brasil e Sri Lanka foram estabelecidas em 1960. Em 2009, o governo cingalês derrotou o movimento

separatista tâmil, de maioria hinduísta. Com o fim das tensões internas, vislumbra-se a oportunidade para aprofundamento das relações com aquele país.

O comércio bilateral, tradicionalmente superavitário em favor do Brasil, passou de US\$ 24, 9 milhões em 2002 para US\$ 133,9 milhões em 2010. Nas exportações brasileiras, destacam-se o açúcar, que responde por mais de 90% (noventa por cento) da pauta comercial, e a borracha, que ocupa o segundo lugar. Importamos, sobretudo, pneus e produtos de borracha e, em menor escala, produtos têxteis.

Além disso, há boas perspectivas para exportadores brasileiros nos mercados de aeronaves, açúcar e combustíveis, além de o Sri Lanka apresentar-se como possível plataforma de entrada de produtos brasileiros no mercado indiano.

Quanto às Ilhas Maldivas, cumpre registrar que constituem um Estado islâmico com governo central forte. Tornaram-se independentes do Reino Unido em 1965 e, três anos após, adotaram a forma republicana de governo. Também nas Ilhas Maldivas o poder legislativo é unicameral.

O ex-presidente Maumoon Abdul Gayoom manteve-se no poder por trinta anos. Apesar de lhe ser creditada a modernização do país, sua gestão é também acusada de supostas violações de direitos humanos.

Após pressão de protestos populares, em junho de 2008, foi concluída a revisão da Constituição. Alguns pontos destacaram-se na reforma: a limitação de mandatos presidenciais, a remoção de barreiras de gênero para as eleições, a criação da Corte Suprema e a separação dos poderes. Entretanto, esse ano novamente o País entrou em período de instabilidade política, quando, em 7 de fevereiro de 2012, Mohamed Waheed Manik é empossado após renúncia forçada do carismático presidente Mohamed Nasheed, após manifestações lideradas por policiais locais.

Assim como o Sri Lanka, as Ilhas Maldivas integram a Associação Sul-Asiática de Cooperação Regional (SAARC), a qual constitui seu principal meio de inserção regional.

Tendo em vista as catástrofes naturais que, nos anos de 1987 e 2004, assolaram seu território caracterizado por relevo de baixa altitude, as Maldivas têm tido atuação crescente nos foros multilaterais relacionados ao meio ambiente e ao aquecimento global.

4
4

Brasil e Ilhas Maldivas estabeleceram relações diplomáticas em 1988. Em termos de cooperação bilateral, o turismo, que é a principal atividade econômica das Maldivas, aparece como uma das áreas de maior potencial, havendo ainda interesse por parte daquele país no estabelecimento de cooperação no âmbito do esporte.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações no âmbito deste relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SENADO FEDERAL

MENSAGEM

Nº 16, DE 2012
(nº 39/2012, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor MARCELO LEONARDO DA SILVA VASCONCELOS, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Democrática Socialista do Sri Lanka, e, cumulativamente, junto à República das Maldivas.

Os méritos do Senhor Marcelo Leonardo da Silva Vasconcelos que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 14 de fevereiro de 2012.

Assinatura manuscrita em tinta preta, provavelmente do Presidente do Senado Federal, com uma inicial 'S' proeminente.

EM No 543 MRE

Brasília, 30 de novembro de 2011.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De conformidade com o artigo 52, inciso IV, da Constituição, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação de **MARCELO LEONARDO DA SILVA VASCONCELOS**, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Democrática Socialista do Sri Lanka, e, cumulativamente, junto à República das Maldivas.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre os países e *curriculum vitae* de **MARCELO LEONARDO DA SILVA VASCONCELOS** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Antonio de Aguiar Patriota

EM Nº 543 /DP/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 30 de novembro de 2011

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De conformidade com o artigo 52, inciso IV, da Constituição, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação de **MARCELO LEONARDO DA SILVA VASCONCELOS**, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Democrática Socialista do Sri Lanka, e, cumulativamente, junto à República das Maldivas.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre os países e *curriculum vitae* de **MARCELO LEONARDO DA SILVA VASCONCELOS** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,


ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA
Ministro das Relações Exteriores

INFORMAÇÃO**CURRICULUM VITAE****MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE MARCELO LEONARDO DA SILVA VASCONCELOS**

CPF.: 042.276.111-72

ID.: 4215 MRE

1945 Filho de Joubert de Vasconcelos e Diva da Silva Vasconcelos, nasce em 24 de junho, no Rio de Janeiro/RJ

Dados Acadêmicos:

1967 Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro

1991 CAE - IRBr, O Sistema Global da FAO sobre Recursos Fitogenéticos: a Posição do Brasil

Cargos:

1971 Terceiro-Secretário

1975 Segundo-Secretário

1980 Primeiro-Secretário, por merecimento

1987 Conselheiro, por merecimento

1994 Ministro de Segunda Classe, por merecimento

2005 Ministro de Primeira Classe, por merecimento

2010 Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial

Funções:

1969 CPCD - IRBr

1971-73 Divisão do Tratado da Bacia do Prata, assistente

1973-74 Divisão da Organização dos Estados Americanos, assistente

1974-77 Delegação junto à OEA, Washington, Terceiro e Segundo-Secretário

1977-81 Embaixada em Lima, Segundo-Secretário

1981-86 Divisão da América Meridional II, assistente

1986 Divisão das Nações Unidas, assistente

1986-88 Departamento de Organismos Internacionais, assessor

1988-91 Delegação junto à FAO, Roma, Conselheiro

1991-93 Embaixada em Rabat, Conselheiro

1993-94 Divisão de Ásia e Oceania I, Chefe

1994-95 Presidência da República, Assessoria Internacional, Subchefe

1995-97 Consulado-Geral em Rotterdam, Cônsul-Geral

1997-99 Embaixada na Haia, Ministro-Conselheiro

1999-01 Embaixada em Quito, Ministro-Conselheiro

2001-03 Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Gabinete, Assessor Especial

2003-04 Subsecretaria-Geral da América do Sul, Chefe de Gabinete

2004-05 Departamento das Américas do Norte, Central e Caribe, Diretor

2005-08 Embaixada em Luanda, Embaixador

2008 Consulado-Geral em Munique, Cônsul-Geral

Condecorações:

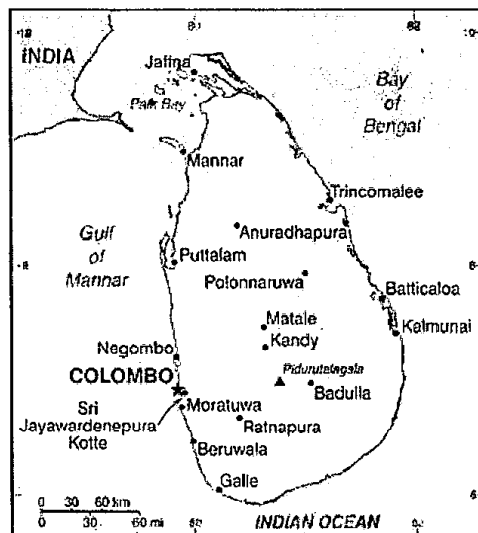
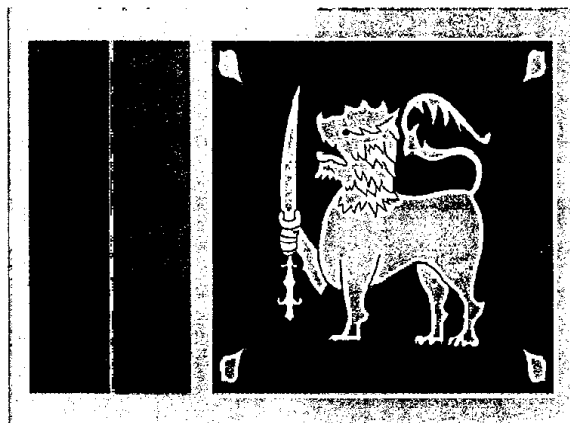
1981 Ordem ao Mérito, Peru, Cavaleiro

2006 Ordem de Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz


JOSÉ BORGES DOS SANTOS JUNIOR
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SUBSECRETARIA-GERAL PARA ASSUNTOS POLÍTICOS II
DEPARTAMENTO DA ÁSIA CENTRAL, MERIDIONAL E OCEANIA
DIVISÃO DA ÁSIA MERIDIONAL**

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA SOCIALISTA DO SRI LANKA



OSTENSIVO
Informações para o Senado Federal
Novembro de 2011

ÍNDICE

DADOS BÁSICOS	3
RELAÇÕES BILATERAIS	7
VISITAS	8
COMÉRCIO BILATERAL	8
PERSPECTIVAS DE COMÉRCIO E INVESTIMENTO	9
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OFICIAIS.....	9
POLÍTICA INTERNA.....	10
POLÍTICA EXTERNA.....	12
ECONOMIA E COMÉRCIO	15
ANEXOS	16
CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS	16
CRONOLOGIA HISTÓRICA.....	18
DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS	20

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	República Democrática Socialista do Sri Lanka
CAPITAL	Colombo e Sri Jayawardenapura-Kotte (Sede do Parlamento)
ÁREA	65.610 km ² (pouco maior que o Estado da Paraíba, que tem 56.440 km ²)
POPULAÇÃO (2010)	20,4 milhões (comparável à população do Estado de Minas Gerais)
IDIOMA OFICIAIS	Cingalês (língua nacional, falada por 74% da população) e tâmil (18%)
SISTEMA POLÍTICO	República semipresidencialista
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO	Presidente Mahinda Rajapaksa
CHANCELER	Ministro G. L. Peiris
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Atualmente não há Embaixador. O Encarregado de Negócios é o Ministro-Conselheiro A. W. Pathiraja
EMBAIXADOR EM COLOMBO	Pedro Henrique Lopes Borio
PIB REAL (2010)	US\$ 49,6 bilhões
PIB PPP (2010)	US\$ 105 bilhões
PIB <i>per capita</i>	US\$ 2,429
PIB <i>per capita</i> PPP	US\$ 5,149
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano (2011)	0,691 (97º no mundo; Brasil é o 84º, com 0,718)
UNIDADE MONETÁRIA	Rupia cingalesa
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA	15 cidadãos

QUADROS COMPARATIVOS DO COMÉRCIO BRASIL-SRI LANKA

COMÉRCIO BILATERAL (US\$ mil) - Fonte: MDIC

BRASIL - SRI LANKA	2006	2007	2008	2009	2010	2011 (jan-ago)
Intercâmbio	88.412	29.274	44.637	109.290	134.031	51.163
Exportações (fob)	75.997	12.122	21.832	91.174	110.303	32.139
Importações (fob)	12.415	17.152	22.805	18.116	23.728	19.024
Saldo	63.582	-5.030	-973	73.058	86.575	13.115

Elaborado pelo MRE/DP/MDIC - Divisão de Informação Comercial com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

COMÉRCIO BILATERAL (US\$ mil) - Fonte do Sri Lanka

BRASIL - SRI LANKA ⁽¹⁾	2006	2007	2008	2009	2010	2011 (jan-jun)
Intercâmbio	43.525	23.650	34.391	64.937	80.802	26.937
Exportações do Sri Lanka para o Brasil (fob)	12.136	17.738	22.498	16.037	22.975	12.097
Importações do Sri Lanka procedentes do Brasil(cif)	31.389	5.912	11.893	48.900	57.827	14.840
Saldo	-19.253	11.826	10.605	-32.863	-34.852	-2.743

Elaborado pelo MRE/DP/MDIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/adanap.

(1) Os dados foram informados ao Trademap pelo "Ceylon Chamber of Commerce".

PERFIS BIOGRÁFICOS**Mahinda Rajapaksa**
Presidente da República

Mahinda Rajapaksa nasceu em 18 de novembro de 1945.

Em 1970, foi eleito para o Parlamento aos 24 anos, tornando-se então o mais jovem congressista do país. Desde o início de sua vida pública, identificou-se como político de centro-esquerda e defensor dos direitos trabalhistas. Em 1977, formou-se em Direito, e, em 1989, foi reeleito para o Parlamento.

Ocupou as Pastas de Ministro do Trabalho (1994) e de Ministro da Pesca e dos Recursos Aquáticos (1997).

Em 2004, assumiu o cargo de Primeiro-Ministro. Desempenhou a função até 2005, quando foi eleito Presidente pelo SLFP (*Sri Lanka Freedom Party*), acumulando as funções de Ministro das Finanças e da Defesa.

Três de seus irmãos ocupam cargos no primeiro escalão de seu Governo. Gothabaya Rajapaksa foi indicado para o cargo de Secretário de Estado para a Defesa; Chamal Rajapaksa é o Ministro da Irrigação e Ministro dos Portos e Aviação, e Basil Rajapaksa é Ministro do Desenvolvimento Econômico.

Rajapaksa foi reeleito Presidente em 26 de janeiro de 2010, para um mandato de seis anos. Como Presidente, exerce as funções de Chefe de Estado e de Chefe de Governo.

D. M. Jayaratne
Primeiro-Ministro

Disanayaka Mudiyanselage Jayaratne nasceu em 4 de junho de 1931, em Doluwa, no distrito de Kandy. Participou do movimento estudantil comunista na Universidade de Peradeniya. Graduou-se no Gandhi College e passou a lecionar na instituição. Foi presidente da Associação de Municípios, parlamentar entre 1970 e 1977 e, novamente, a partir de 1989. Em 1994, foi o parlamentar mais votado do país e foi indicado pela Presidenta Chandrika Bandaranaike para o Ministério das Terras, Agricultura e Produção Florestal.

Em 2000, tornou-se Ministro da Agricultura, Alimentação e Cooperativas. Em 2003, assumiu a pasta do Ministério dos Correios e Telecomunicações, e, em 2004, passou a acumular cumulativamente o cargo de Ministro do Desenvolvimento do Interior.

Em 2005, foi nomeado pelo Presidente Rajapaksa Ministro dos Correios e Telecomunicações e Ministro do Desenvolvimento Econômico Rural.

Em 2007, assumiu o Ministério das Indústrias Agrícolas.

Em 2010, tornou-se Primeiro-Ministro do Sri Lanka, acumulando a pasta de Budismo e Assuntos Religiosos.

Dado que o regime cingalês se estrutura em modelo semipresidencialista, cabe ao Primeiro-Ministro a função de chefe do Gabinete; sua nomeação depende formalmente tanto da confiança do Presidente quanto do Parlamento. O ocupante do cargo é o primeiro na linha de sucessão à Presidência (não há Vice-Presidente).

Gamini Lakshman Peiris
Ministro dos Negócios Estrangeiros

Possui Doutorados em Filosofia pelas Universidades de Oxford (1971) e de Colombo (1974). Atualmente, é membro associado da Academia Internacional de Direito Comparado.

Antes de ingressar na carreira política, atuou como Professor e Reitor da Faculdade de Direito, bem como Vice-Chanceler da Universidade de Colombo. Detém, em seu país, a reputação de ser o maior constitucionalista cingalês. No campo político, é visto como parlamentar conciliador, moderado e extremamente habilidoso.

No primeiro governo da Presidenta Chandrika Kumaratunga (1994), fora Ministro do Desenvolvimento Econômico Empresarial, bem como Vice-Ministro das Finanças e Planejamento e, simultaneamente, Ministro da Justiça e de Assuntos Constitucionais. Ainda no mandato de Kumaratunga, ocupou outras Pastas, como a dos Ministérios da Justiça, do Comércio Exterior e de Assuntos Étnicos e Integração Nacional.

Após a nomeação de Ranil Wickramasinghe, antecessor imediato de Rajapaksa como Primeiro-Ministro, Peiris atuou como Ministro de Desenvolvimento Empresarial, Política Industrial e Promoção dos Investimentos.

Ocupou, no Governo Rajapaksa, o cargo de Ministro do Desenvolvimento das Exportações e Comércio Internacional e passou a desempenhar, cumulativamente, a função de Ministro, interino, dos Correios e Comunicações.

Em abril de 2010, foi nomeado Ministro dos Negócios Estrangeiros. Sua designação é vista como sinal de maior abertura e flexibilidade por parte da Chancelaria cingalesa.

Visitou o Brasil em 1998, quando ocupava o cargo de Ministro da Justiça.

RELAÇÕES BILATERAIS

Em 1960, o Brasil estabeleceu relações diplomáticas com o Ceilão – nome pelo qual o Sri Lanka foi conhecido até 1972.

Em 1961, foi aberta a Embaixada do Brasil em Colombo, fechada em 1967 por razões de ordem orçamentária e reaberta em dezembro de 2005.

Em 1969, foi criado o Consulado Honorário do Brasil em Colombo.

Na década de 1960, o Governo cingalês manteve Embaixada no Rio de Janeiro, posteriormente transformada em Embaixada cumulativa com Havana.

A Embaixada do Sri Lanka em Brasília foi inaugurada em 2001. Trata-se da primeira representação daquele país na América do Sul.

O Parlamento cingalês instituiu Grupo de Amizade Sri Lanka-Brasil em 2008.

Com a conclusão, em 2009, de longo período de conflito interno no Sri Lanka, e a presente busca de superação de suas tensões internas, o momento atual é propício para o aprofundamento do diálogo político bilateral.

Em 2011, o Ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, foi o primeiro Chanceler brasileiro a visitar o Sri Lanka, tendo sido recebido pelo Presidente Rajapaksa e pelo Chanceler G.L. Peiris. O objetivo central da missão foi o de sublinhar o interesse brasileiro em identificar áreas em que seja possível aprofundar a cooperação entre os dois países.

Um Acordo-Quadro de Cooperação Técnica para possibilitar o estabelecimento de cooperação em diversos campos foi assinado em 2008 e aprovado pelo Congresso Nacional em 2010. O desenvolvimento de iniciativas em áreas como agricultura familiar, reforço da renda de famílias rurais e programas de assistência a famílias de baixa renda ainda depende de missão prospectiva a ser enviada pelo Governo cingalês ao Brasil.

Tendo em vista a situação resultante dos conflitos internos que geraram grande contingente de deslocados internos e causaram profundo impacto na economia do país, ao Sri Lanka interessam projetos de cooperação sobretudo em áreas como agricultura e turismo. Não obstante, há também espaço para se ampliar a presença de produtos de maior valor agregado na pauta bilateral.

Uma vez que o Sri Lanka é altamente dependente de importações de hidrocarbonetos, há potencial no setor energético, principalmente em relação a atividades de estímulo à expansão dos biocombustíveis – área na qual o Brasil possui reconhecida competência.

O Brasil está entre os maiores doadores para as atividades do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) no Sri Lanka. Em 2010, o Brasil realizou doação de US\$ 900 mil para atividades de assistência e reassentamento em benefício de comunidades deslocadas cingalesas.

Ao reiterar seu agradecimento ao Governo brasileiro, em 2011, o ACNUR relatou que a doação brasileira contribuiu para o retorno de 3.750 famílias a suas residências no norte do Sri Lanka, entre julho e dezembro de 2010. No total,

cerca de 80.000 famílias usufruíram de ajuda internacional para recomeçar suas vidas em área antes afetada pelo conflito com movimentos separatistas.

O Sri Lanka apoiou a candidatura do Professor José Graziano da Silva ao cargo de Diretor-Geral da FAO, nas eleições que se realizaram em junho de 2011, em Roma.

Assuntos consulares

Os temas de natureza consular são tratados no âmbito do Setor Consular da Embaixada do Brasil em Colombo.

Comunidade brasileira no Sri Lanka

As estimativas mais recentes dão conta de que vivem cerca de 15 brasileiros no Sri Lanka, dos quais alguns são funcionários de organismos internacionais e prestadores de serviços a ONGs.

Visitas de alto nível

Visitas ministeriais: ex-Ministro da Justiça, dos Assuntos Constitucionais, dos Assuntos Étnicos e da Integração Regional e Vice-Ministro das Finanças do Sri Lanka, Professor G. L. Peiris (fevereiro de 1998); ex-Ministro da Ciência e Tecnologia do Sri Lanka, Tissa Vitarana (fevereiro de 2005);

No mesmo ano, visitaram o Sri Lanka o Enviado Especial do Senhor Presidente da República, então Embaixador em Nova Délhi, José Vicente Pimentel.

Ainda em 2005, visitou o Sri Lanka o Senador Cristovam Buarque, que manteve contato com o então Primeiro-Ministro e atual Presidente Rajapaksa, entre outras autoridades cingalesas.

O então Chanceler Bogollagama realizou visita oficial ao Brasil entre 15 e 18 de setembro de 2008, acompanhado pelo Ministro do Desenvolvimento da Habitação, Geethanjana Gunawardena.

O Ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, realizou visita bilateral a Colombo nos dias 6 e 7 de março de 2011.

Comércio bilateral

O comércio bilateral vem crescendo de forma sistemática, de um volume de US\$ 24,9 milhões, em 2002, para US\$ 133,9 milhões, em 2010.

O comércio tem sido tradicionalmente superavitário para o Brasil, com exceção dos anos de 2007 e 2008, quando se verificaram pequenos déficits. Em 2010, o saldo positivo ao Brasil foi de US\$ 86,6 milhões.

Dentre os principais produtos exportados pelo Brasil em 2010, destacou-se o açúcar, com 93,6%. A borracha, que responde pelo segundo lugar, equivale a 1,17% das exportações.

O Brasil importa, sobretudo, pneus e produtos de borracha e, em menor escala, produtos têxteis. Em 2010, os principais produtos da pauta de importação foram luvas de borracha vulcanizada (42,8%); protetores para pneus de borracha (7,69%), pneus novos de borracha (6,49%) e fio de fibras artificiais (6,49%).

Perspectivas de comércio e investimento

O mercado cingalês apresenta boas perspectivas para os exportadores brasileiros, com destaque para os mercados de aeronaves, açúcar e combustíveis. O Sri Lanka apresenta-se como uma possível plataforma de entrada para produtos brasileiros no mercado indiano. Encontram-se em vigor, por exemplo, Acordos de Liberalização de Comércio assinados pelo Sri Lanka com a Índia e o Paquistão, que poderiam facilitar operações comerciais triangulares.

O ambicioso programa de desenvolvimento da infraestrutura, iniciado pelo governo Rajapaksa, poderia proporcionar oportunidades de mercado para construtoras brasileiras.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não constam registros de empréstimos ou financiamentos oficiais do Brasil para o Sri Lanka.

Doações para fins humanitários

Em 2009, o Brasil fez doação de US\$ 50.000,00 para a compra de vestuário para os deslocados internos no Sri Lanka, vítimas do conflito com os Tigres Tâmeis.

Em julho do mesmo ano, o Governo brasileiro realizou doação ao Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) no valor de US\$ 900.000,00, prioritariamente utilizada para auxiliar no reassentamento e no abrigo de famílias deslocadas.

POLÍTICA INTERNA

O Sri Lanka é uma república semipresidencialista. O Presidente é eleito diretamente para mandato de seis anos e ocupa as funções de Chefe de Estado, Chefe de Governo e Comandante-Chefe das Forças Armadas. O Presidente pode ser removido do Gabinete por dois terços do Legislativo e por decisão favorável da Corte Suprema. O sistema legislativo do Sri Lanka é unicameral, com 225 membros eleitos por sufrágio universal. Os parlamentares representam os distritos do país durante seis anos.

Dois aspectos influenciam de modo essencial a dinâmica da cena política do Sri Lanka: (a) a predominância de dois partidos políticos – o Partido Nacional Unido (UNP), conservador; e o Partido da Liberdade do Sri Lanka (SLFP), de centro-esquerda –, os quais se têm alternado no poder, muitas vezes formando alianças com partidos menores; e (b) a situação da comunidade tâmil, de maioria hinduísta. Setores daquela comunidade deram origem ao movimento insurgente armado dos Tigres Tâmeis, que patrocinou conflito armado em prol da independência das regiões Norte e Leste da ilha.

O ponto central do nacionalismo cingalês é a rejeição da ideia de que os tâmeis possam constituir uma nação distinta, ou ter reconhecimento político que lhes permita pleitear um Estado independente. Estima-se que a guerra entre o Governo do Sri Lanka e os separatistas (os chamados “tigres tâmeis”) tenha provocado mais de 60 mil mortes. O conflito prejudicou drasticamente a economia ao afugentar turistas e investidores e ao estimular o êxodo de talentos e de mão-de-obra.

Em novembro de 2005, Mahinda Rajapaksa elegeu-se Presidente da República, com apoio de partidos budistas e marxistas, e foi sob seu Governo que o movimento separatista tâmil foi derrotado.

Em 2008, o Governo Rajapaksa anunciou que ab-rogaria unilateralmente o acordo de cessar-fogo de 2002 e iniciou intensa campanha militar para recuperar áreas antes controladas pelo LTTE. Os conflitos continuaram até maio de 2009, quando o Governo cingalês tomou o último reduto de território rebelde no Nordeste do país. No mesmo mês, os militares anunciaram a morte em combate do líder rebelde Velupillai Prabhakaran e os Tigres Tâmeis anunciaram que iriam renunciar ao combate armado.

Em 2010, Mahinda Rajapaksa foi reeleito Presidente.

No primeiro semestre de 2011, o Governo do Sri Lanka anunciou que fecharia, até o fim do ano, todos os campos de refúgio remanescentes do conflito interno.

Em agosto de 2011, o Presidente Rajapaksa anunciou a suspensão da legislação excepcional de emergência, que vigorou intermitentemente por 28 anos e que, em sua última versão, perdurava desde 2005. Alegou que a derrota do movimento dos Tigres Tâmeis permitiria que se restaurasse a lei e a ordem no Sri Lanka.

POLÍTICA EXTERNA

O Sri Lanka obteve sua independência em 1947, sob o nome de Ceilão. Em fevereiro de 1948, tornou-se membro independente da antiga Comunidade britânica, a *Commonwealth* – atualmente, “Comunidade de Nações”.

O compromisso com os princípios do não-alinhamento e as relações com a Índia constituem os dois fatores de maior peso na política externa do Sri Lanka desde sua independência. A proximidade geográfica entre os dois países, separados pelo mar por uma distância de apenas 31 km, tornou inevitável o interesse recíproco, que resultou em uma relação bilateral ambivalente.

A posição insular do país lhe permitiu manter certo distanciamento em relação a outros vizinhos e o poupou de questões de fronteira. O Sri Lanka, orgulhoso de sua história e cultura milenares e cioso da manutenção de identidade externa própria, pôde esquivar-se, assim, de enfrentamentos, ao mesmo tempo em que logrou manter relativa considerável independência das potências grandes ou médias. O país tornou-se membro da ONU em 1948 e ingressou no Movimento dos Não-Alinhados por ocasião da criação do grupo.

Não obstante, durante o período da Guerra Fria, seu caráter “não-alinhado” não o impediu de praticar políticas de maior aproximação com um ou outro dos dois blocos rivais, alternando maior simpatia ou interesse, conforme estivessem no poder as lideranças do Partido Nacional Unido (UNP) – que se voltavam mais para o Ocidente – ou do Partido de Libertação do Sri Lanka (SLFP), de tendência centro-esquerda – mais inclinado a dialogar com a União Soviética ou com a República Popular da China.

A identificação com o Grupo dos Movimentos Não-Alinhados (G-77) e as relações com a Índia continuam fatores relevantes na condução da política externa de Colombo, que se preocupa também com novos temas da agenda internacional como a questão ambiental; a segurança alimentar e energética; e o combate ao terrorismo e ao crime transnacional.

Terminado o conflito com o movimento separatista tâmil, em 2009, o Sri Lanka enfrenta acusações de desrespeito aos direitos humanos e supostos excessos contra os combatentes tâmeis, sobretudo na etapa final do conflito, entre 2008 e 2009.

A Alta Comissária para os Direitos Humanos das Nações Unidas, Navi Pillay, acusou ambos os lados do conflito de perpetrarem crimes de guerra. O Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas convocou Sessão Especial sobre a situação dos direitos humanos no Sri Lanka, no mesmo ano, e aprovou resolução pela qual se exortou o governo cingalês a seguir empreendendo esforços em favor do desarmamento, da desmobilização e reabilitação de crianças-soldado recrutadas por atores não-estatais e a não exercer nenhum tipo de discriminação contra minorias étnicas no tocante ao exercício de direitos fundamentais. Elogiou, por sua vez, a disposição do Sri Lanka de iniciar diálogo com todas as partes em

favor do processo de pacificação do país, com base no consenso e no respeito aos direitos humanos de todos os grupos religiosos e étnicos que o habitam.

Em junho de 2010, o Secretário-Geral das Nações Unidas constituiu grupo de peritos para dedicar-se às alegações de violação de direitos humanos e do direito humanitário internacional nos últimos meses do conflito no Sri Lanka. O relatório dos peritos, divulgado em abril de 2011, concluiu pela credibilidade de diversas das alegações. O Governo cingalês, por sua vez, avaliou que o relatório dos peritos seria prejudicial ao processo de reconciliação interna. Indicou estar aberto ao engajamento com as Nações Unidas e ressaltou estar adotando medidas diversas para a normalização do país pós-conflito, incluindo a criação de mecanismos como a Comissão de Lições Aprendidas e Reconciliação e a reconstrução das áreas afetadas e reabilitação de ex-combatentes.

Parcerias de relevo do Sri Lanka

O Sri Lanka mantém relações bilaterais estreitas com a Índia. Os investimentos indianos e o comércio bilateral têm crescido em quantidade e qualidade. Os dois países mantêm acordos e cooperação em várias áreas, como defesa, livre comércio, investimentos, petróleo, aviação comercial e construção de ferrovias. As relações no campo da defesa incluem acordos de cooperação e o treinamento anual de 2 mil membros das Forças Armadas cingalesas em instituições militares indianas. Apesar do interesse na aproximação com o país vizinho, inclusive por fatores comerciais, permanece no Sri Lanka a cautela em preservar sua autonomia e capacidade de decisão.

Os Estados Unidos são o segundo maior parceiro comercial Sri Lanka. Desde 1997, os EUA incluíram o movimento dos Tigres Tâmeis em sua relação de “grupos terroristas internacionais”. Na década seguinte, Washington chegou a prestar auxílio ao exército cingalês. Desde o fim do conflito, em 2009, o Governo dos EUA tem apoiado que a discussão das acusações de violações de direitos pelo Governo cingalês tenha lugar no Conselho de Direitos Humanos, instando o Governo de Colombo a dar maior apoio às vítimas e a apurar responsabilidades.

A China constitui hoje parceiro fundamental do Sri Lanka. Os investimentos chineses têm ocupado espaço tradicionalmente ocupado pelos interesses indianos. Exemplo disso foi a decisão de permitir que seja conduzida por aquele país a construção do porto de Hambatota (importante para Pequim, especialmente no que se refere à segurança de seus suprimentos de petróleo por via marítima), rompendo com a posição tradicional do Sri Lanka de evitar maior presença física de qualquer potência estrangeira em seu território. A construção do anel rodoviário de Colombo também deverá ser entregue a uma empresa chinesa, possivelmente à “China Harbour Engineering Company Ltda”.

A Rússia também vem buscando aumentar sua presença no Sri Lanka. Durante visita do Chanceler Sergei Lavrov em outubro de 2009, a Rússia sinalizou interesse em estabelecer mecanismos de cooperação na área de energia, especificamente na prospecção e possível exploração conjunta de gás natural, e

em participar da exploração de petróleo na Bacia de Mannar, na qual apenas a empresa indiana Cairns possui atividades atualmente, e na reabilitação da refinaria Sapugaskanda, realizada pelo Irã. A Rússia poderá ainda ajudar nos esforços de desminagem em curso no Sri Lanka.

Com o Paquistão, o Sri Lanka estuda adotar a conversibilidade monetária como forma de dar maior impulso ao comércio bilateral.

O Sri Lanka também tem procurado aproximar-se do Japão e manter boas relações com demais países da Comunidade de Nações (*Commonwealth*), os quais recebem boa parte da diáspora cingalesa.

O Sri Lanka é membro da Associação Sul-Asiática para Cooperação Regional (SAARC), que também tem como membros Afeganistão, Bangladesh, Butão, Índia, Maldivas, Nepal e Paquistão. A Associação desenvolveu discussões que resultaram na assinatura do Acordo de Comércio Preferencial do Sul da Ásia (SAPTA), em 1994, e do Acordo de Livre Comércio do Sul da Ásia (SAFTA), em 2004.

ECONOMIA E COMÉRCIO

O Sri Lanka integra o grupo dos 50 países de menor desenvolvimento econômico. A economia do país é baseada na exportação de produtos primários, como grafite, produtos têxteis, chá, coco e borracha.

Até o início dos anos de 1990, o Sri Lanka era o maior exportador mundial de chá. A longa guerra civil, todavia, provocou sérios danos à economia do país, mormente nessa cultura, cujos investimentos se reduziram drasticamente ao longo dos anos. O turismo, não obstante figurar como importante fonte de divisas, também sofreu o impacto negativo da guerra civil.

Desde 1977, com o abandono das políticas econômicas estatizantes e a adoção de medidas liberais por Colombo, as exportações cingalesas e os investimentos estrangeiros passaram a aumentar significativamente. Mudanças recentes no cenário interno reverteram essa tendência. Atualmente, o *Sri Lanka Freedom Party*, partido governista, implementa programas de redução da pobreza por meio de investimento em regiões depauperadas, de incentivo a micro e pequenas empresas, de promoção da agricultura familiar e de expansão do serviço público. Os programas de privatização, vigentes há mais de duas décadas, foram suspensos ou revertidos. A economia do país deve crescer cerca de 7% em 2011.

O desempenho das exportações apresenta progressiva recuperação nos últimos meses, particularmente para produtos centrais à economia local, como o chá, a borracha e os produtos têxteis. De acordo com dados de Colombo, o comércio externo do país cresceu mais de 40% nos primeiros cinco meses de 2011 em relação ao mesmo período de 2010, e as vendas externas alcançaram o equivalente a US\$ 4,1 bilhões. Ante tal desempenho, o governo do Sri Lanka acredita que pode terminar o ano com crescimento nas exportações por volta de 25%. As reservas internacionais tiveram ganhos importantes, especialmente em função de aumento de remessas de cingaleses expatriados. Por fim, Colombo comemorou, em janeiro de 2010, anúncio do FMI de reclassificação do país para a categoria de *Middle Income Emerging Market*.

ANEXOS

ACORDOS BILATERAIS

- “Acordo Básico de Cooperação Técnica”, celebrado em 16/09/2008, em vigor desde 25/08/2010.
- “Acordo sobre Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomático, Oficial e de Serviço”, celebrado em 07/03/2011. Aguardando notificação do Sri Lanka.
- Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de um Mecanismo para Consultas Políticas, celebrado em 07/03/2011, em vigor desde essa data.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1960 - Estabelecimento das relações diplomáticas entre o Brasil e o Sri Lanka e abertura da Embaixada Não-Residente em Colombo, cumulativa com Nova Délhi.
1961 - Abertura da Embaixada Residente em Colombo.
1967 - Suspensão das atividades da Embaixada do Brasil em Colombo. Retorno à cumulatividade com Nova Délhi.
1969 - Criação do Consulado Honorário do Brasil em Colombo.
1998 - Visita ao Brasil do Ministro da Justiça, dos Assuntos Constitucionais, dos Assuntos Étnicos e da Integração do Sri Lanka, Professor G. L. Peiris.
2001 - Abertura da Embaixada do Sri Lanka em Brasília.
2004 - Participação da então Presidente do Sri Lanka, Chandrika Bandaranaike Kumaratunga, na Reunião de Líderes Mundiais para a Ação Contra a Fome e a Pobreza, em Nova York, a convite do Presidente Lula.
2005 - Visita ao Brasil do então Ministro da Ciência e Tecnologia do Sri Lanka, Tissa Vitarana.
2005 - Visita ao Sri Lanka do Enviado Especial do Presidente da República, então Embaixador em Nova Delhi, José Vicente Pimentel.
- Publicado Decreto de criação da Embaixada do Brasil em Colombo.
- Brasil encaminha, por via aérea e marítima, diversos contêineres de ajuda humanitária às vítimas do tsunâmi, em dezembro de 2004.
2007 - Visita ao Sri Lanka do Assessor Especial para a Ásia, Embaixador João Gualberto Marques Porto.
2007 - Encontro bilateral do Senhor MERE com o então Chanceler do Sri Lanka, Rohitha Bogollagama, à margem da 62ª AGNU.
- Em dezembro, reinício das atividades da Embaixada do Brasil em Colombo.
2008 - Encontro entre os Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Mahinda Rajapaska à margem da Conferência de Alto Nível da FAO sobre Segurança Alimentar, em Roma.
- Missão técnica do Ministério da Agricultura do Sri Lanka ao Brasil para conhecer a experiência brasileira em pesquisa agropecuária.
- Visita oficial ao Brasil do então Chanceler Rohitha Bogollagama, acompanhado pelo Ministro do Desenvolvimento da Habitação, Geethanjana Gunawardena.
2010 - O Governo brasileiro doa 900 mil dólares ao Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) para apoio a deslocados internos do Sri Lanka.
2011 - O ex-Primeiro-Ministro Ratnasiri Wickramanayaka participa da cerimônia de posse da Presidente Dilma Rousseff.
- Visita oficial ao Sri Lanka do Ministro Antonio Patriota, em março.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1505 – Chegada dos portugueses a Colombo.
1815 – Tomada do poder sobre toda a ilha pelos britânicos. Trabalhadores tâmeis do Sul da Índia são trazidos para trabalhar nas plantações de chá, café e coco.
1948 – Independência total do Ceilão.
1972 – O Ceilão passa a chamar-se Sri Lanka. O budismo torna-se a principal religião do país.
1976 – Formação dos “Tigres de Libertação da Pátria Tâmil” (LTTE). As tensões intensificam-se em áreas dominadas por tâmeis ao Norte e ao Leste do país.
1983 – Para o LTTE, início da “Primeira Guerra da Pátria Tâmil”.
1987 – Confinamento do LTTE na cidade de Jaffna por Forças do governo. Criação de novos Conselhos para as áreas Tâmeis, ao Norte e ao Leste do país. Colombo solicita à Índia o envio de força de manutenção da paz.
1990 – Tropas indianas deixam o país após derrotas no Norte da ilha. Início da “Segunda Guerra da Pátria Tâmil”.
1993 – Ataque a bomba, perpetrado pelo LTTE, mata o então Presidente Premadasa.
1994 – Presidente Kumaratunga chega ao poder e promete encerrar a guerra civil. Negociações de paz iniciam-se com o LTTE.
1995 – Deflagração da “Terceira Guerra da Pátria Tâmil”.
2002 – Cessar-fogo entre o Governo cingalês e os Tigres Tâmeis, intermediado pela Noruega. Início do processo de desarmamento. Suspensão do banimento dos Tigres Tâmeis pelo Governo.
2003 – Retirada das negociações pelos Tigres Tâmeis, mas cessar-fogo persiste.
– Morte de mais de 200 pessoas e mais de quatro mil desabrigadas em decorrência da pior enchente do país.
2004 – Cisão no movimento dos Tigres Tâmeis provocada pelo Comandante Karuna. Retomada do controle do Leste do país pelos Tigres. Ataque a bomba em Colombo. Morte de mais de 30 mil pessoas por causa do tsunami.
2005 – Estado de Emergência após o assassinato do Ministro das Relações Exteriores. Vitória do Primeiro-Ministro Mahinda Rajapaksa nas eleições presidenciais.
2006 – Reinício dos atentados e das hostilidades.
2007 – Captura da fortaleza dos Tigres Tâmeis em Vakarai, no Leste por militares cingaleses. Deslocamento de dezenas de milhares de civis nas áreas de conflito. Remoção dos rebeldes de seu último reduto na selva do Leste (Thoppigala), segundo o Governo cingalês.
2008 – Início de intensa campanha militar contra os rebeldes separatistas no Norte. Execução de graves atentados terroristas em diferentes lugares, inclusive na capital. Pedido de retirada de todos os prestadores de ajuda humanitária das áreas sob o domínio pelo Governo.

2009 – Tomada, pelo Governo, do último território controlado pelos Tigres e morte de seu líder, Velupillai Prabhakaran. Abandono da luta armada pelo LTEE. Captura do novo líder dos Tigres, Selavarasa Pathmanathan, no exterior.

– Suspensão do Sri Lanka do Sistema Geral de Preferências comerciais da União Européia em razão das supostas violações de direitos humanos ocorridas naquele país.

2010 – Reeleição do Presidente Mahinda Rajapaksa e prisão de seu principal oponente, General Sarath Fonseka, sob acusação de conspiração. Dissolução do Parlamento pelo Presidente Rajapaksa. Início dos trabalhos da corte marcial que julgará o General.

– Eleições parlamentares.

– Criação do Grupo de Peritos da ONU para investigar supostas violações de direitos humanos no Sri Lanka. Governo cingalês manifesta repúdio à decisão do Secretário Geral da ONU.

DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

INDICADORES SOCIOECONÔMICOS	2006	2007	2008	2009	2010
População (em milhões de habitantes) ⁽¹⁾	19,7	19,9	20,1	20,2	20,4
Densidade demográfica (hab/Km²)	300,3	303,3	306,4	307,9	310,9
PIB Nominal (US\$ bilhões)	28,3	32,4	40,7	42,1	49,6
Crescimento real do PIB (%)	7,7	6,8	6,0	3,5	8,0
Variação anual do índice de preços ao consumidor (%)	13,5	18,7	14,4	4,8	6,9
Reservas internacionais (US\$ bilhões) ⁽¹⁾	2,8	3,5	2,6	5,4	7,2
Dívida Externa Total (US\$ bilhões)	11,6	14,0	14,2	17,4	17,9
Câmbio (SLRs / US\$)	107,71	108,72	113,14	114,38	110,95

Elaborado pelo MRE/DPD/C - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do EIU - Economist Intelligence Unit, Country Report August 2011.

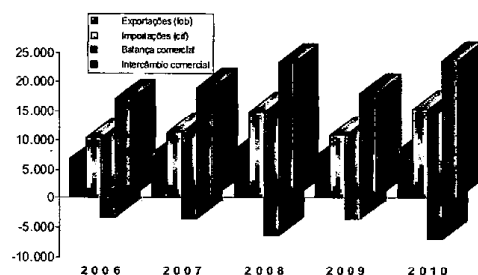
(1) 2010: estimativa EIU.

COMÉRCIO EXTERIOR (US\$ milhões)	2006	2007	2008	2009	2010	2011 ⁽¹⁾
Exportações (fob)	6.883	7.740	8.434	7.281	8.348	2.354
Importações (cif)	10.253	11.301	14.895	10.871	15.392	4.142
Balança comercial	-3.370	-3.561	-6.461	-3.590	-7.044	-1.788
Intercâmbio comercial	17.136	19.041	23.329	18.152	23.740	6.496

Elaborado pelo MRE/DPD/C - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - Direction of Trade Statistics, August 2011.

(1) janeiro-março

(2) Última posição disponível em 12/09/2011



DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US\$ milhões - fob)	2008	% no total	2009	% no total	2010	% no total	2011 ⁽¹⁾	% no total
EXPORTAÇÕES:								
Estados Unidos	1.882	22,3%	1.516	20,8%	1.665	19,9%	478	20,3%
Reino Unido	1.035	12,3%	948	13,0%	884	10,6%	214	9,1%
Índia	392	4,6%	298	4,1%	437	5,2%	151	6,4%
Itália	407	4,8%	405	5,6%	437	5,2%	138	5,9%
Alemanha	446	5,3%	390	5,4%	413	4,9%	120	5,1%
Bélgica	418	6,0%	326	4,5%	349	4,2%	99	4,2%
Rússia	273	3,2%	240	3,3%	305	3,6%	84	3,6%
Emirados Árabes Unidos	264	3,1%	248	3,4%	285	3,4%	73	3,1%
Japão	187	2,2%	167	2,3%	200	2,4%	62	2,6%
Turquia	84	1,0%	89	1,2%	141	1,7%	36	1,5%
França	175	2,1%	151	2,1%	137	1,6%	36	1,5%
Canadá	113	1,3%	101	1,4%	124	1,5%	35	1,5%
Países Baixos	113	1,3%	99	1,4%	116	1,4%	38	1,6%
Síria	103	1,2%	90	1,2%	114	1,4%	28	1,2%
Austrália	90	1,1%	84	1,2%	109	1,3%	27	1,2%
México	96	1,1%	84	1,1%	95	1,1%	25	1,1%
China	54	0,8%	64	0,9%	93	1,1%	28	1,2%
Hong Kong	66	0,8%	67	0,9%	90	1,1%	24	1,0%
Cingapura	64	0,8%	69	1,0%	79	0,9%	48	2,0%
Tailândia	63	0,7%	56	0,8%	76	0,9%	19	0,8%
Indonésia	40	0,5%	62	0,9%	71	0,9%	20	0,9%
Suécia	71	0,8%	52	0,7%	71	0,8%	25	1,0%
Arábia Saudita	65	0,8%	61	0,8%	70	0,8%	18	0,8%
Maltivas	58	0,7%	51	0,7%	65	0,8%	16	0,7%
Brasil	23	0,3%	17	0,2%	24	0,3%	6	0,2%
SUBTOTAL	6.581	78,0%	5.735	78,8%	6.450	77,3%	1.848	78,5%
DEMAIS PAÍSES	1.853	22,0%	1.546	21,2%	1.898	22,7%	506	21,5%
TOTAL GERAL	8.434	100,0%	7.281	100,0%	8.348	100,0%	2.354	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPD/C - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - Direction of Trade Statistics, August 2011.

Países listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2010.

(1) janeiro-março

(2) Última posição disponível em 12/09/2011

DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US\$ milhões - cif)	2008	% no total	2009	% no total	2010	% no total	2011 ⁽¹⁾⁽²⁾	% no total
IMPORTAÇÕES:								
Índia	3.169	21,3%	1.906	17,5%	3.648	23,7%	1.018	24,6%
China	1.787	12,0%	1.727	15,9%	2.194	14,3%	576	13,9%
Cingapura	1.088	7,3%	837	7,7%	1.319	8,6%	243	5,9%
Itália	1.110	7,4%	773	7,1%	1.012	6,6%	270	6,5%
Japão	408	2,7%	225	2,1%	704	4,6%	278	6,7%
Malásia	468	3,1%	368	3,4%	467	3,0%	101	2,4%
Taiilândia	375	2,5%	360	2,1%	442	4,6%	136	6,7%
Emirados Árabes Unidos	438	2,9%	305	2,8%	400	2,6%	107	2,6%
Hong Kong	458	3,1%	344	3,2%	377	2,5%	104	2,5%
Canadá	413	2,8%	323	3,0%	373	2,4%	81	1,9%
Bélgica	380	2,6%	356	3,3%	338	2,2%	90	2,2%
Indonésia	389	2,6%	271	2,5%	328	2,1%	94	2,3%
Paquistão	203	1,4%	234	2,2%	298	1,9%	70	1,7%
República da Coreia	689	4,6%	187	1,7%	270	1,8%	88	2,1%
Taiwan	239	1,6%	192	1,8%	254	1,6%	75	1,8%
Alemanha	250	1,7%	232	2,1%	251	1,6%	70	1,7%
Nova Zelândia	265	1,8%	140	1,3%	237	1,5%	71	1,7%
Itália	263	1,8%	210	1,9%	231	1,5%	74	1,8%
Austrália	206	1,4%	153	1,4%	205	1,3%	65	1,6%
Reino Unido	247	1,7%	206	1,9%	198	1,3%	53	1,3%
Estados Unidos	312	2,1%	252	2,3%	196	1,3%	70	1,7%
Arábia Saudita	199	1,3%	139	1,3%	182	1,2%	49	1,2%
Frância	107	0,7%	93	0,9%	177	1,1%	37	0,9%
Brasil	24	0,2%	87	0,8%	121	0,8%	9	0,2%
SUBTOTAL	13.485	90,5%	9.917	91,2%	14.221	92,4%	3.830	92,5%
DEMAIS PAÍSES	1.410	9,5%	954	8,8%	1.171	7,6%	312	7,5%
TOTAL GERAL	14.895	100,0%	10.871	100,0%	15.392	100,0%	4.142	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - Direction of Trade Statistics, August 2011.

Para mais detalhes em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2010.

(1) Anteriormente.

(2) Última posição disponível em 12/09/2011

COMPOSIÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR	2010	
	Valor	Part. %
EXPORTAÇÕES (US\$ milhões)		
Vestuário e seus acessórios, de malha	1.700	20,5%
Vestuário e seus acessórios, exceto de malha	1.612	19,4%
Café, chá, mate e especiarias	1.549	18,7%
Borracha e suas obras	738	8,9%
Pérolas naturais ou cultivadas, pedras preciosas ou semipreciosas	477	5,7%
Máquinas, aparelhos e material elétricos	204	2,5%
Peixes e crustáceos, moluscos	171	2,1%
Produtos da indústria de moagem, malte, amidos	105	1,3%
Outras fibras têxteis confeccionadas	100	1,2%
Subtotal	6.656	80,2%
Demais Produtos	1.648	19,8%
Total Geral	8.304	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/TradeMap.

Divergências nos dados são explicadas pelo uso de diferentes fontes.

COMPOSIÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR		2 0 1 0	
		Valor	Part. %
IMPORTAÇÕES (US\$ milhões)			
Combustíveis, óleos e ceras minerais	2.064	16,7%	
Veículos automóveis, tratores, cidos	1.039	8,4%	
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	855	6,9%	
Máquinas, aparelhos e material elétricos	635	5,1%	
Algodão	584	4,7%	
Tecidos de malha	480	3,9%	
Plásticos e suas obras	475	3,8%	
Pérolas, pedras preciosas, semipreciosas	376	3,0%	
Açúcares e produtos de confeitaria	365	3,0%	
Papel e cartão; obras de pasta de celulose	348	2,8%	
Produtos hortícolas, plantas, raízes e tubérculos, comestíveis	315	2,5%	
Cereais	303	2,5%	
Ferro fundido, ferro e aço	294	2,4%	
Fibras sintéticas ou artificiais descontinuas	261	2,1%	
Leite e laticínios, ovos de aves, mel natural	259	2,1%	
Sal, enxofre, terras e pedras, gesso, cal e cimento	245	2,0%	
Adubos ou fertilizantes	240	1,9%	
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	219	1,8%	
Borracha e suas obras	208	1,7%	
Produtos farmacêuticos	183	1,5%	
Tecidos especiais; tecidos tufados; rendas; tapeçarias	169	1,4%	
Produtos diversos das indústrias químicas	158	1,3%	
Filamentos sintéticos ou artificiais	126	1,0%	
Produtos químicos orgânicos	119	1,0%	
Subtotal	10.320	83,5%	
Demais Produtos	2.034	16,5%	
Total Geral	12.354	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DP/PRD/C - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do UNCTAD/ATC/TradeMap.

Divergências nos dados são explicadas pelo uso de diferentes fontes.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - SRI LANKA ⁽¹⁾		2 0 0 6	2 0 0 7	2 0 0 8	2 0 0 9	2 0 1 0
(US\$ mil, fob)						
Exportações	75.997	12.122	21.832	91.174	110.303	
Varição em relação ao ano anterior	102,3%	-84,0%	80,1%	317,6%	21,0%	
Part. (%) no total das exportações brasileiras para a Ásia ⁽²⁾	0,4%	0,0%	0,1%	0,2%	0,2%	
Part. (%) no total das exportações brasileiras	0,1%	0,0%	0,0%	0,1%	0,1%	
Importações	12.415	17.152	22.805	18.116	23.728	
Varição em relação ao ano anterior	13,5%	38,2%	33,0%	-20,6%	31,0%	
Part. (%) no total das importações brasileiras da Ásia ⁽²⁾	0,1%	0,1%	0,0%	0,1%	0,0%	
Part. (%) no total das importações brasileiras	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	
Intercâmbio comercial	88.412	29.274	44.637	109.290	134.031	
Varição em relação ao ano anterior	82,3%	-66,9%	52,5%	144,8%	22,6%	
Part. (%) no total do intercâmbio Brasil-Ásia ⁽²⁾	0,2%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	
Balança comercial	63.582	-5.030	-973	73.058	86.575	

Elaborado pelo MRE/DP/PRD/C - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDC/SECEX/Alcoveb.

(1) As discrepâncias observadas nos dados estatísticos das exportações brasileiras e das importações do país e vice-versa podem ser explicadas pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de apuração.

(2) Exclui o Oriente Médio.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - SRI LANKA ⁽¹⁾		2 0 1 0	2 0 1 1
(US\$ mil, fob)		(jan-ago)	(jan-ago)
Exportações	101.010	32.139	
Varição em relação ao mesmo período do ano anterior	66,5%	-68,2%	
Part. (%) no total das exportações brasileiras para a Ásia ⁽²⁾	0,3%	0,1%	
Part. (%) no total das exportações brasileiras	0,9%	0,2%	
Importações	14.091	19.024	
Varição em relação ao mesmo período do ano anterior	19,7%	35,0%	
Part. (%) no total das importações brasileiras da Ásia ⁽²⁾	0,0%	0,0%	
Part. (%) no total das importações brasileiras	0,1%	0,1%	
Intercâmbio comercial	115.101	51.163	
Varição em relação ao mesmo período do ano anterior	58,9%	-55,5%	
Part. (%) no total do intercâmbio Brasil-Ásia ⁽²⁾	0,2%	0,1%	
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,5%	0,2%	
Balança comercial	86.919	13.115	

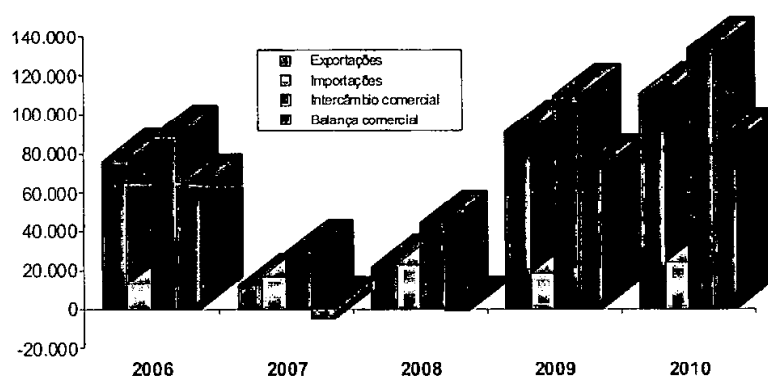
Elaborado pelo MRE/DP/PRD/C - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDC/SECEX/Alcoveb.

(1) As discrepâncias observadas nos dados estatísticos das exportações brasileiras e das importações do país e vice-versa podem ser explicadas pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de apuração.

(2) Exclui o Oriente Médio.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-SRI LANKA 2006 - 2010

(US\$ mil, fob)



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aleceweb.

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-SRI LANKA		2008	%	2009	%	2010	%
(US\$ mil - fob)			no total		no total		no total
EXPORTAÇÕES: (por principais grupos de produtos)							
Aplicares e produtos de confeitaria	9.119	41,8%	83.566	91,7%	102.757	93,2%	
Borracha e suas obras	1.070	4,9%	277	0,3%	1.355	1,2%	
Resíduos e desperdícios das indústrias alimentares	0	0,0%	450	0,5%	1.086	1,0%	
Matérias albuminóides, produtos à base de amidos	182	0,8%	340	0,4%	1.077	1,0%	
Pele, exceto a peleiteira, e couros	1.033	4,7%	580	0,6%	868	0,8%	
Produtos cerâmicos	557	2,6%	576	0,6%	538	0,5%	
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	618	2,8%	450	0,5%	301	0,3%	
Sai, enxofre, terras e pedras, gesso, cal e cimento	917	4,2%	478	0,5%	294	0,3%	
Carnes e miudezas comestíveis	5.086	23,3%	933	1,0%	219	0,2%	
Subtotal	18.580	85,1%	87.650	96,1%	108.495	98,4%	
Demais Produtos	3.252	14,9%	3.524	3,9%	1.808	1,6%	
TOTAL GERAL	21.832	100,0%	91.174	100,0%	110.303	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aleceweb.
Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2010.

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-SRI LANKA		2 0 0 8		2 0 0 9		2 0 1 0	
(US\$ mil - fob)		% no total		% no total		% no total	
IMPORTAÇÕES: (por principais grupos de produtos)							
Borracha e suas obras	11.868	52,0%	9.048	49,9%	10.233	68,4%	
Vestuário e seus acessórios, de malha	1.206	5,3%	1.447	8,0%	2.587	10,9%	
Fibras sintéticas ou artificiais descontinuas	7.429	32,6%	5.073	28,0%	1.282	5,4%	
Vestuário e seus acessórios, exceto de malha	954	4,2%	404	2,2%	1.261	5,3%	
Produtos diversos das indústrias químicas	74	0,3%	398	2,2%	711	3,0%	
Plásticos e suas obras	173	0,8%	148	0,8%	412	1,7%	
Subtotal	21.704	95,2%	16.518	91,2%	22.486	94,8%	
Demais Produtos	1.101	4,8%	1.598	8,8%	1.242	5,2%	
TOTAL GERAL	22.805	100,0%	18.116	100,0%	23.728	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aleceweb.
Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2010.

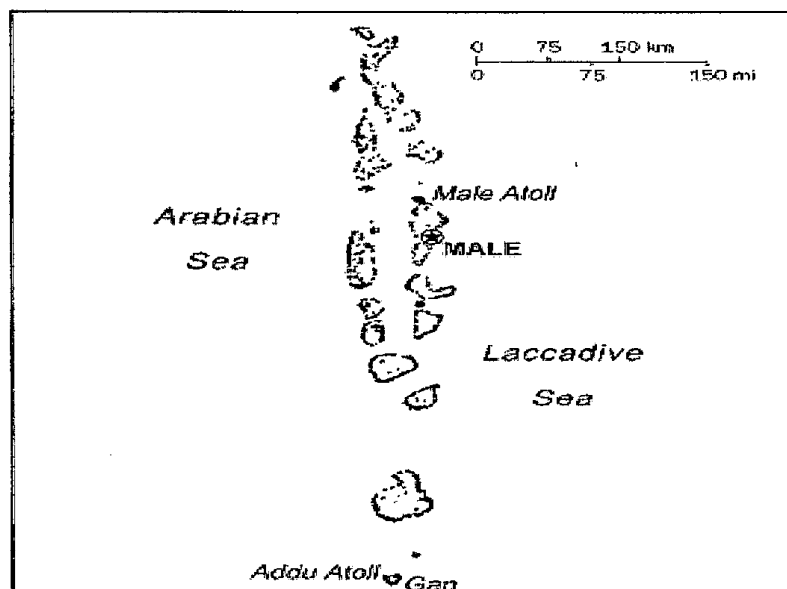
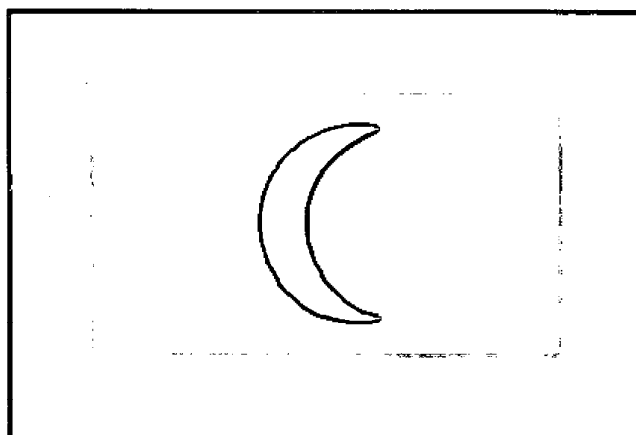
COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - SRI LANKA		2 0 1 0	%	2 0 1 1	%
(US\$ mil - fob)		(jan-ago)	no total	(jan-ago)	no total
EXPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)					
Açúcares e produtos de confeitaria		96.360	95,4%	18.760	58,4%
Cereais		0	0,0%	6.156	19,2%
Borracha e suas obras		584	0,6%	3.029	9,4%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos		169	0,2%	848	2,6%
Subtotal		97.113	96,1%	28.793	89,6%
Demais Produtos		3.897	3,9%	3.346	10,4%
TOTAL GERAL		101.010	100,0%	32.139	100,0%
IMPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)					
Borracha e suas obras		9.867	70,0%	13.225	69,5%
Vestuário e seus acessórios, de malha		1.330	9,4%	2.662	14,0%
Vestuário e seus acessórios, exceto de malha		742	5,3%	1.090	5,7%
Plásticos e suas obras		212	1,5%	352	1,9%
Subtotal		12.151	86,2%	17.329	91,1%
Demais Produtos		1.940	13,8%	1.695	8,9%
TOTAL GERAL		14.091	100,0%	19.024	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores representados em jan-ago 2011.

**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SUBSECRETARIA-GERAL PARA ASSUNTOS POLÍTICOS II
DEPARTAMENTO DA ÁSIA CENTRAL, MERIDIONAL E OCEANIA
DIVISÃO DA ÁSIA MERIDIONAL**

REPÚBLICA DAS MALDIVAS



OSTENSIVO
Informações para o Senado Federal
Novembro de 2011

ÍNDICE

Dados Básicos.....	03
Relações Bilaterais.....	04
Política Interna.....	06
Política Externa.....	07
Economia e Comércio Exterior.....	09
Empréstimos e Financiamentos Oficiais.....	10
Assuntos Consulares.....	10
Comunidade Brasileira.....	10
Acordos Bilaterais.....	10
Anexos	
Cronologia Histórica.....	11
Cronologia das Relações Bilaterais.....	12
Dados Econômico-Comerciais.....	13

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL DO PAÍS:	República das Maldivas
CAPITAL:	Malé
ÁREA:	298 km ² (comparável à área do município brasileiro de Belo Horizonte, que tem 331 km ²). O arquipélago é composto por 26 atóis, com 1.190 pequenas ilhas de coral.
POPULAÇÃO (2011):	394.999 habitantes
IDIOMAS:	Divehi (oficial)
GRUPOS ÉTNICOS:	Maldívios (97%), árabes (2%) e africanos (1%)
RELIGIÃO:	Islamismo (sunita) (98,4%)
REGIME DE GOVERNO:	República presidencialista
CHEFE DE ESTADO E CHEFE DE GOVERNO:	Mohamed Nasheed
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS:	Ahmed Naseem
PIB estimado (2010)	US\$ 1,87 bilhões
PIB per capita estimado (2010)	US\$ 4.735,00
PIB PPP estimado (2010)	US\$ 2,734 bilhões
PIB per capita PPP (2010)	US\$ 6.900 (Maldivas: 131º posição)
IDH 2011	0,661 (109º no mundo; Brasil é o 84º, com 0,718)
UNIDADE MONETÁRIA:	Rupia maldiva
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA	Não há

➤ INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhares F.O.B.) – Fonte: MDIC

COMÉRCIO BILATERAL (US\$ mil) - Fonte: MDIC

BRASIL - MALDIVAS	2006	2007	2008	2009	2010	2011 (jan-ago)
Intercâmbio	2.383	3.649	8.553	8.939	10.481	8.426
Exportações (fob)	2.382	3.631	8.552	8.931	10.467	8.425
Importações (fob)	1	18	1	8	14	0,8
Saldo	2.381	3.613	8.551	8.923	10.453	8.424

Elaborado pelo MRE/DP/MDIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do UNCTAD/ITC/TradeMap.

COMÉRCIO BILATERAL (US\$ mil) - Fonte: Maldivas

MALDIVAS- BRASIL ⁽¹⁾	2006	2007	2008	2009	2010
Intercâmbio	2	2	3	4	n.a
Exportações da Maldivas para o Brasil (fob)	0	0	0	0	n.d
Importações da Maldivas procedentes do Brasil(cif)	2	2	3	4	n.d
Saldo	-2	-2	-3	-4	n.a

Elaborado pelo MRE/DP/MDIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do UNCTAD/ITC/TradeMap.
(1) Os dados foram informados ao TradeMap pelo Ministry of Economic Development & Trade

PERFIS BIOGRÁFICOS

Mohamed Nasheed

Presidente

Mohamed Nasheed é o primeiro Presidente da República das Maldivas eleito democraticamente.

Nasceu em Malé, em 17 de maio de 1967. Graduou-se em Estudos Marítimos pela Universidade de Liverpool, em 1989, tendo retornado a seu país em 1990. Iniciou carreira política como membro do Parlamento e foi um dos ideólogos da oposição não-violenta ao então Governo em favor da democratização das Maldivas. Perseguido por razões políticas, exilou-se no Reino Unido em 1991, período em que foi declarado “Prisioneiro de Consciência” pela Anistia Internacional.

Voltou às Maldivas em 2005, após decisão do Governo maldivo de permitir a formação de partidos políticos. É co-fundador do primeiro partido de oposição (Partido Democrático Maldivo), pelo qual foi eleito Presidente. Entre 2005 e 2008, engajou-se na campanha não-violenta de desobediência civil, visando à aceleração do processo reformista do país. Em razão dessa liderança, tornou-se candidato de seu partido nas primeiras eleições democráticas realizadas nas Maldivas. Foi eleito em 28 de outubro de 2008.

Foi laureado em 2009 com o “Prêmio Anna Lindh”, concedido pela fundação europeia de mesmo nome, em reconhecimento pelo seu trabalho na promoção dos direitos humanos, da democracia e de proteção ambiental em seu país.

Ahmed Naseem

Ministro dos Negócios Estrangeiros

Ahmed Naseem nasceu em 1948. Após estudar no Sri Lanka, graduou-se em Estudos Diplomáticos na Austrália e em Resolução de Conflitos e Arbitragem em Cingapura.

Ingressou no serviço público em 1967. Como diplomata, representou as Maldivas nas Nações Unidas e na Embaixada em Washington.

Dedicou-se ao desenvolvimento da indústria turística, tendo introduzido o turismo de luxo nas Maldivas.

Entrou para o Partido Democrático Maldivo em 2005.

Após ter atuado por dois anos como “Minister of State for Foreign Affairs”, foi designado Ministro dos Negócios Estrangeiros em 11 de abril de 2011.

É casado e tem um filho e três filhas.

RELAÇÕES BILATERAIS

Os primeiros registros de gestões para o estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e as Maldivas datam de 1988, quando o então Ministro Abreu Sodré encaminhou ao ex-Presidente José Sarney projeto de Decreto que criava a Embaixada do Brasil nas Ilhas Maldivas, cumulativa com a Embaixada em Nova Délhi. Em setembro daquele ano, os dois países estabeleceram relações diplomáticas, por meio de comunicado conjunto assinado por seus representantes permanentes junto à ONU.

O Decreto nº 7.192, de 1º de junho de 2010, transferiu a cumulatividade da Embaixada do Brasil em Malé, na República das Maldivas, para a Embaixada em Colombo. O processo de transferência da cumulatividade foi concluído com a apresentação de credenciais do Embaixador Pedro Henrique Lopes Borio ao Presidente Mohamed Nasheed, em agosto de 2011.

Em seus contatos com autoridades brasileiras, o Presidente maldivo costuma demonstrar genuína apreciação pelo Brasil. Encontrou-se com o ex-Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva durante Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima em Copenhague, em dezembro de 2009. No ano seguinte, ambos os mandatários se encontraram quando a comitiva brasileira à Cúpula de Seul do G-20 teve de realizar escala técnica nas Maldivas, em novembro de 2010 (a então Presidenta eleita Dilma Rousseff integrou a comitiva).

Ao Embaixador do Brasil, o Presidente Nasheed relatou muito haver apreciado a colaboração com o Brasil durante a mencionada Conferência de Copenhague e declarou ter expectativa de aprofundar a colaboração bilateral nessa área.

A questão ambiental é de grande sensibilidade para as Maldivas, uma vez que esse arquipélago possui relevo de baixíssima altitude e alguns estudos indicam que a elevação do nível dos mares poderia provocar a submersão de seu território do país até 2100.

O Presidente das Maldivas já antecipou que pretende visitar o Brasil em 2012 para participar da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio + 20), no Rio de Janeiro. A interlocução com o Brasil nessa área costuma se dar por intermédio das respectivas missões junto às Nações Unidas, sobretudo em Nova York.

As Maldivas reconhecem que a política externa brasileira procura estar atenta à situação peculiar e às necessidades específicas dos países insulares, o que abre oportunidades diversas de cooperação em temas da agenda multilateral.

O Brasil também contou com o apoio maldivo à candidatura do Professor José Graziano ao cargo de Diretor-Geral da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), nas eleições realizadas em junho de 2011, em Roma. A pesca é importante componente da alimentação da população maldiva e, para o Governo do arquipélago, a vitória brasileira proporcionará maior cooperação na área de piscicultura, seja no contexto multilateral da FAO, seja bilateralmente.

Com referência a iniciativas de cooperação bilateral, o turismo – principal atividade econômica do país, responsável por aproximadamente 28% do PIB e mais de 60% da receita de moeda estrangeira – apresenta-se como uma das áreas de maior potencial.

Outra área a ser explorada é a da cooperação esportiva. O Governo maldivo manifestou interesse em desenvolver com o Brasil iniciativas de cooperação nessa área, sobretudo em atividades ligadas ao futebol – esporte dos mais populares no arquipélago, onde a torcida pela seleção brasileira na Copa do Mundo é destacada.

POLÍTICA INTERNA

As Ilhas Maldivas são um Estado islâmico com um governo central forte. O país tornou-se independente do Reino Unido em 1965 e, três anos depois, passou a ser uma República. O Poder Legislativo, chamado Conselho do Povo, é unicameral; seus 77 membros têm um mandato de cinco anos. O Presidente da República é eleito diretamente pelo povo, em eleições multipartidárias.

O ex-Presidente Maumoon Abdul Gayoom dominou a cena política da Ilha das Maldivas por 30 anos. Desde 1978, havia recebido seis indicações seguidas do Parlamento para ocupar o cargo, com alegado apoio de 90% da população, conforme dados oficiais. Liderança religiosa muçulmana, Gayoom era o Chefe de Estado e de Governo há mais tempo no poder na Ásia. Ao governo de Gayoom credita-se a modernização econômica do país, embora haja acusações de supostas violações dos direitos humanos no país durante sua longa gestão.

Durante o período em que esteve à frente da política maldiva, Gayoom incentivou a transformação do país de polo pesqueiro a importante centro turístico. Cerca de 28% do PIB das Maldivas provém da atividade turística de luxo. O incremento da renda nacional, no entanto, não se refletiu em distribuição de riqueza, uma vez que o país apresenta grandes desníveis socioeconômicos. Em 2003, após protestos populares pró-reformas constitucionais e a libertação de presos políticos, iniciou-se um processo reformista no país, que contava com o apoio da comunidade internacional e deveria criar um sistema político mais representativo. Em junho de 2005, autorizou-se a criação de partidos políticos.

Em junho de 2008, a Assembleia Constituinte finalizou a revisão da Constituição. Entre as novas normas, destacam-se a limitação de mandatos para a Presidência da República, a remoção das barreiras de gênero para as eleições, a criação de Corte Suprema e a separação entre os Poderes.

A primeira eleição presidencial da história das Maldivas teve lugar em outubro de 2008, com a vitória de Mohamed Nasheed, no segundo turno, com o apoio de quatro outros partidos de oposição, para mandato de cinco anos. A partir de 2009, eleições independentes resultaram no controle do Parlamento maldivo por opositores de Nasheed, e este vem encontrando dificuldades em obter apoio dos parlamentares. Em meio à crise financeiro-cambial, o país viu agravar-se o desentendimento entre os três poderes, em um quadro de crise institucional.

No final de 2010, as Maldivas assistiram à reedição de distúrbios similares aos que teve no passado e que se estimavam encerrados depois da legalização de partidos políticos e da eleição presidencial de 2008. O Sri Lanka atuou como mediador em visitas a Malé do Presidente cingalês Mahinda Rajapaksa e do ex-Primeiro Ministro Ranuil Wickramasinghe. Além de contatos políticos com Governo e oposição, o Sri Lanka contribuiu para superar essa crise com medidas econômicas emergenciais de apoio a Malé, como, por exemplo, a aprovação de linha de crédito de 200 milhões de dólares estadunidenses e a determinação de livre-conversibilidade entre as moedas dos dois países.

POLÍTICA EXTERNA

A República das Maldivas tornou-se membro pleno das Nações Unidas em setembro de 1965. Em 1976, ingressou no Movimento Não-Alinhado (MNA), participando também da Organização da Conferência Islâmica, do G-77, da Aliança de Pequenos Estados Insulares (AOSIS) e da Comunidade de Nações, a *Commonwealth*.

O país é um dos oito membros da Associação Sul-Asiática de Cooperação Regional (SAARC), tendo sediado as Reuniões de Cúpula do grupo em 1990 e 1997. Sediara, também, a Reunião de Cúpula de novembro de 2011. A SAARC constitui o principal meio de inserção regional da política externa maldiva; os demais agrupamentos a que o país pertence (como o MNA e a Aliança de Pequenos Estados Insulares – AOSIS) seriam demasiadamente abrangentes.

Assim, as Maldivas têm tido postura propositiva para a SAARC: pretende estabelecer para o bloco uma agenda mais centrada em temas econômicos e de cooperação, reduzindo a prioridade de questões políticas.

Por outro lado, o país também busca ativamente maiores contatos em função de pertencer ao grupamento informal de Pequenos Estados Insulares (conhecidos por sua sigla em inglês, “SIDS”).

Cerca de 80% do território maldivo encontra-se a menos de um metro acima do nível do mar, podendo ser inundado no caso de elevação das águas. Em abril de 1987, grandes ondas varreram as Maldivas, cobrindo a maior parte da Capital e das ilhas próximas. Em dezembro de 2004, o tsunami que atingiu o Sul da Ásia, provocou grande destruição e mortes no país. Esses eventos são causa de extrema preocupação com a mudança do clima. Como consequência, as Maldivas têm tido atuação crescente nos foros multilaterais, que tratam de questões relacionadas com o meio ambiente e o aquecimento global; apóiam, por exemplo, a inclusão do tema “oceanos” na Conferência Rio+20. O país é signatário das Convenções sobre Biodiversidade e Proteção da Camada de Ozônio, assinou o Protocolo de Quioto sobre Mudança do Clima e confere importância ao Direito do Mar.

As Maldivas são parte das Convenções das Nações Unidas Contra Tortura, para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres, sobre os Direitos das Crianças, além dos Pactos de Direitos Civis e Políticos e de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.

Em termos bilaterais, as relações mais próximas das Maldivas são com seus vizinhos Índia, Sri Lanka e Paquistão. A missão inaugural do Presidente Nasheed ao exterior foi a Nova Délhi, em dezembro de 2008, quando reafirmou a importância estratégica da Índia para seu país.

As relações maldivo-cingalesas são também relevantes. O divehi, idioma nacional maldivo, é bastante próximo do cingalês. O Sri Lanka é um dos principais parceiros comerciais das Maldivas; muitas das operadoras do turismo direcionado ao arquipélago se baseiam em território cingalês.

Já as relações com o Paquistão são beneficiadas por serem ambos países islâmicos.

O país mantém dez embaixadas no exterior, sediadas em Cingapura, Colombo, Daca, Islamabad, Kuala Lumpur, Londres, Nova Délhi, Pequim, Riade e Tóquio, além de missões junto à União Européia em Bruxelas e junto às Nações Unidas em Nova York e Genebra. Bangladesh, Índia, Paquistão e Sri Lanka têm Embaixadores residentes em Malé.

ECONOMIA E COMÉRCIO EXTERIOR

As Maldivas apresentam escassez de recursos e baixa renda *per capita*, com economia baseada no turismo de luxo e na pesca.

O turismo é a principal fonte de renda do país, e responde por 70% das divisas em moeda estrangeira de sua economia. Na década de 1970, o Governo maldivo iniciou programa de estímulo ao turismo receptivo. A iniciativa fez com que o turismo e seus setores de serviços complementares se tornassem a base do desenvolvimento econômico maldivo. Uma ótima infraestrutura hoteleira, aliada à aplicação de legislação rigorosa de combate à poluição e preservação dos recifes de coral, principal atração do arquipélago, tem permitido a expansão sustentável das atividades turísticas. Em 2010, as Maldivas receberam pouco mais de 750.000 visitantes estrangeiros, em sua maioria europeus e japoneses.

A pesca também tem lugar de destaque na economia maldiva. É a ocupação mais tradicional dos maldivos e a segunda atividade econômica mais importante para a obtenção de divisas. O Governo maldivo tem desenvolvido uma série de projetos para aumentar a produção e a exportação pesqueiras, principalmente de atum. O país exporta peixe fresco, em conserva, congelado, seco e salgado, sobretudo para a Tailândia, o Sri Lanka e Cingapura. É forte a presença japonesa no setor de processamento de pescados.

O solo pobre, a escassez de terras aráveis e as condições climáticas desfavoráveis têm historicamente limitado a agricultura a algumas culturas de subsistência, como coco, banana, fruta-pão, mamão e manga. Grandes quantidades de verduras, frutas e produtos cárneos são importadas. A crescente demanda por produtos agrícolas tem aumentado a necessidade de incrementar a produção e organizar a agricultura em escala comercial, tendo o Governo maldivo adotado medidas para encorajar e ampliar a atividade agrícola que incluem o controle de pragas, a oferta de serviços de extensão e maior utilização de ilhas desabitadas.

O desenvolvimento da indústria local é dificultado pela pequena dimensão do mercado interno, pela falta de mão-de-obra qualificada, além das dificuldades de transporte e a escassez de matérias-primas. Apesar disso, é cada vez mais forte a percepção de que o desenvolvimento do setor industrial é fundamental para suprir as necessidades crescentes da economia, razão pela qual o Governo maldivo tem buscado atrair investimentos externos. A indústria tradicional compreende o artesanato e a fabricação de barcos, peças de vestuário, redes, cordas e utensílios de metal. O setor industrial moderno produz atum em conserva, roupas, tubos de PVC, sabão, móveis e produtos alimentícios.

Os principais destinos das exportações maldivas são a Tailândia (40,9%), o Sri Lanka (14,9%), o Reino Unido (11,5%) e a Austrália (5%). As Maldivas importam seus produtos principalmente de Cingapura (22,5%), dos Emirados Árabes Unidos (19,1%), da Índia (11,5%) e da Austrália (2,3%).

Os principais produtos exportados pelo Brasil para as Maldivas consistem em carne bovina e de frango; as principais importações, em circuitos elétricos, baterias e utensílios metálicos.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não constam registros de empréstimos ou financiamentos oficiais do Brasil para as Maldivas.

Assuntos consulares

A Embaixada do Brasil em Colombo, no Sri Lanka, responsabiliza-se pela assistência consular aos cidadãos brasileiros que se encontrarem nas Maldivas.

Comunidade brasileira

Estima-se que não haja brasileiros vivendo nas Maldivas atualmente. O número de turistas provenientes do Brasil é pouco significativo.

Acordos bilaterais

Até o presente, nenhum acordo bilateral foi assinado entre Brasil e Maldivas. No entanto, encontra-se em estudo a possibilidade de se assinar um memorando de entendimento na área de cooperação esportiva.

ANEXOS

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1250 – Os primeiros habitantes budistas se convertem ao islamismo.
1558 – Os portugueses se estabelecem na região, sendo expulsos em 1573.
1887 – Passa a ser protetorado do Reino Unido.
1932– Elaboração da primeira constituição.
1954 – A República é substituída pela monarquia (governada por um sultão).
1965 – Conquista da independência.
1968 – O sultanato é substituído pela República.
1968 – Ibrahim Nasir é referendado como Presidente da República.
1978 – Maumoon Abdul Gayoom é referendado como Presidente da República.
1983 – Referendo reelege Gayoom para 2º mandato.
1988 – Referendo reelege Gayoom para 3º mandato.
1988 - Tentativa de golpe promovida por mercenários vindos do Sri Lanka.
1993 – Referendo reelege Gayoom para 4º mandato.
1998 – Referendo reelege Gayoom para 5º mandato.
2003 – Referendo reelege Gayoom para 6º mandato.
2004 - São realizadas manifestações inéditas contra o governo.
2004 – O Governo promete realizar reformas democráticas.
2004 – O tsunami no sul da Ásia causa grande destruição e mortes no país.
2005 – Aprovada lei que permite a formação de partidos políticos.
2008 – Aprovada a nova constituição do país.
2008 – Mohamed Nasheed é eleito Presidente da República.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1988 – Brasil e Maldivas estabeleceram relações diplomáticas.
1988 – O Chanceler Abreu Sodré enviou ao Presidente José Sarney projeto de decreto criando a Embaixada do Brasil nas Maldivas, cumulativa com a Embaixada em Nova Délhi.
1992 – O Presidente Gayoom participou da Conferência sobre o Meio Ambiente no Rio de Janeiro (Rio-92).
2003 – O Brasil apoiou as Ilhas Maldivas, na Sessão Substantiva do ECOSOC, no seu intento de permanecer com o status de “país de menor desenvolvimento relativo”.
2005 – O governo maldivo co-patrocinou o anteprojeto de resolução do G-4 e apoiou a candidatura do Brasil a um assento permanente no CSNU ampliado.
2006 – O Ministro do Meio Ambiente, Energia e Água, Ahmed Abdulla, participou da 8ª Sessão da Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica, realizada em Curitiba, de 26 a 29 de março.
2010 – Encontro do ex-Presidente Lula com o Presidente Mohamed Nasheed no contexto Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, em Copenhague.
2010 – Encontro do ex-Presidente Lula com o Presidente maldivo, por ocasião de escala em Malé a caminho da reunião do G-20 na Coreia do Sul.
2010 – Transferência da cumulatividade da Embaixada do Brasil nas Maldivas, que passa de Nova Délhi (Índia) para Colombo (Sri Lanka).
2011 – O Embaixador do Brasil em Colombo, Pedro Henrique Lopes Borio, é recebido pelo Presidente das Maldivas para entrega de credenciais.

DADOS ECONÔMICO - COMERCIAIS

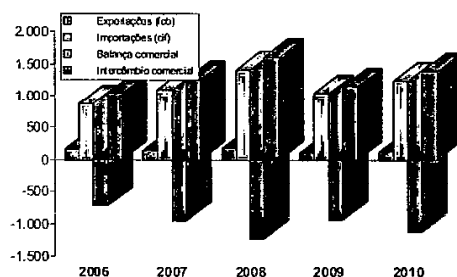
COMÉRCIO EXTERIOR ⁽¹⁾ (US\$ milhões)	2006	2007	2008	2009	2010	2011 ⁽²⁾
Exportações (fob)	162	153	188	113	132	64
Importações (cif)	880	1.098	1.408	1.038	1.245	474
Balança comercial	-718	-945	-1.220	-925	-1.113	-410
Intercâmbio comercial	1.042	1.251	1.596	1.151	1.377	538

Elaborado pelo MRE/OPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - Direction of Trade Statistics, September 2011.

(1) Os dados não coincidem, necessariamente, com aqueles apresentados no Balanço de Pagamentos em razão das diferentes metodologias de cálculo.

(2) janeiro-abril

(3) Última produção disponível em 12/09/2011.



DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US\$ milhões - cif)	2008	% no total	2009	% no total	2010	% no total	2011 ⁽¹⁾⁽²⁾	% no total
IMPORTAÇÕES:								
Cingapura	377	26,7%	255	24,6%	306	24,6%	136	28,6%
Emirados Árabes Unidos	234	16,6%	163	15,7%	213	17,1%	76	16,0%
Índia	121	8,6%	118	11,4%	110	8,9%	38	8,0%
Malásia	134	9,5%	80	7,7%	101	8,1%	37	7,7%
Sri Lanka	64	4,5%	56	5,4%	71	5,7%	23	4,9%
Tailândia	67	4,8%	55	5,3%	71	5,7%	23	4,7%
China	34	2,4%	45	4,3%	70	5,6%	34	7,2%
Estados Unidos	22	1,6%	19	1,8%	31	2,5%	10	2,0%
Bareine	26	1,9%	23	2,2%	29	2,3%	9	1,9%
Brasil	9	0,7%	10	1,0%	12	0,9%	5	1,0%
SUBTOTAL	1.088	77,3%	824	79,3%	1.014	81,5%	389	82,1%
DEMAIS PAÍSES	320	22,7%	214	20,7%	231	18,5%	85	17,9%
TOTAL GERAL	1.408	100,0%	1.038	100,0%	1.245	100,0%	474	100,0%

Elaborado pelo MRE/OPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - Direction of Trade Statistics, September 2011.

Países listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2010.

(1) janeiro-abril

(2) Última produção disponível em 12/09/2011

COMPOSIÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR		2 0 1 0 ⁽¹⁾	
		Valor	Part. %
EXPORTAÇÕES (US\$ milhões, fob)			
Peixes e crustáceos, moluscos	77	72,0%	
Combustíveis minerais, óleos minerais e ceras minerais	10	9,3%	
Preparações de carne, de peixes ou de crustáceos	7	6,5%	
Ferro fundido, ferro e aço	3	2,8%	
Subtotal	97	90,7%	
Demais Produtos	10	9,3%	
Total Geral	107	100,0%	
IMPORTAÇÕES (US\$ milhões, cif)			
Combustíveis, óleos e ceras minerais	119	15,9%	
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	98	13,1%	
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	70	9,3%	
Móveis, mobiliário médico-cirúrgico, colchões	37	4,9%	
Madeira, carvão vegetal e obras de madeira	33	4,4%	
Plásticos e suas obras	24	3,2%	
Leite e laticínios, ovos de aves, mel natural	18	2,4%	
Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres	17	2,3%	
Carnes e miudezas, comestíveis	16	2,1%	
Preparações à base de cereais, farinhas, amidos	14	1,9%	
Preparações alimentícias diversas	14	1,9%	
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	13	1,7%	
Fumo(tabaco) e seus sucedâneos manufaturados	12	1,6%	
Óleos essenciais e resinóides, produtos de perfumaria	12	1,6%	
Ferro fundido, ferro e aço	11	1,5%	
Papel e cartão; obras de pasta celulósica	11	1,5%	
Veículos automóveis, tratores, suas partes e acessórios	9	1,2%	
Subtotal	528	70,5%	
Demais Produtos	221	29,5%	
Total Geral	749	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do UNC TAD/ITC/Trademap.

Divergências nos dados estatísticos são explicadas pelo uso de diferentes fontes.

(1) Última posição disponível em 12/09/2011.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - MALDIVAS ⁽¹⁾ (US\$ mil, fob)	2006	2007	2008	2009	2010
Exportações	2.382	3.631	8.552	8.931	10.467
Variação em relação ao ano anterior	17,4%	52,4%	135,5%	4,4%	17,2%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para a Ásia ⁽²⁾	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Importações	1	18	1	8	15
Variação em relação ao ano anterior	0,0%	1700,0%	-94,4%	700,0%	87,5%
Part. (%) no total das importações brasileiras da Ásia ⁽²⁾	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Part. (%) no total das importações brasileiras	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Intercâmbio comercial	2.383	3.649	8.553	8.939	10.482
Variação em relação ao ano anterior	17,4%	53,1%	134,4%	4,5%	17,3%
Part. (%) no total do intercâmbio Brasil-Ásia ⁽²⁾	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Balança comercial	2.381	3.613	8.551	8.923	10.452

Elaborado pelo MRE/DPRD/C - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

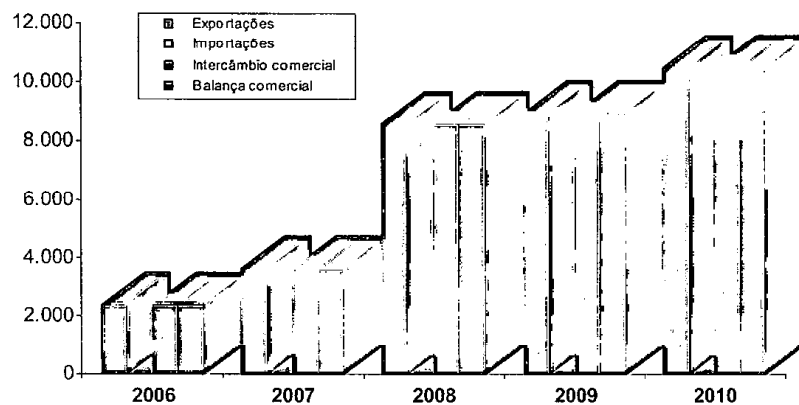
(1) As discrepâncias observadas nos dados estatísticos das exportações brasileiras e das importações do país e vice-versa podem ser explicadas pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de apuração.

(2) Exclui Omani Maldivas.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - MALDIVAS (US\$ mil, fob)	2010 (jan-ago)	2011 (jan-ago)
Exportações	7.565	8.425
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	70,8%	11,4%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para a Ásia ⁽²⁾	0,0%	0,0%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	0,0%	0,0%
Importações	15	1
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	1400,0%	-95,0%
Part. (%) no total das importações brasileiras da Ásia ⁽²⁾	0,0%	0,0%
Part. (%) no total das importações brasileiras	0,0%	0,0%
Intercâmbio Comercial	7.580	8.426
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	727,6%	11,2%
Part. (%) no total do intercâmbio Brasil-Ásia ⁽²⁾	0,0%	0,0%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,0%	0,0%
Balança Comercial	7.550	8.424

Elaborado pelo MRE/DPRD/C - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

(1) As discrepâncias observadas nos dados estatísticos das exportações brasileiras e das importações de Hong Kong e vice-versa podem ser explicadas pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de apuração.



COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - MALDIVAS (US\$ mil - fob)	2008	% no total	2009	% no total	2009	% no total
EXPORTAÇÕES: (por principais produtos e grupos de produtos)						
Carnes e miudezas comestíveis	7.794	91,1%	7.894	88,4%	9.445	90,2%
Preparações de carne, de peixes ou de crustáceos	755	8,8%	1.015	11,4%	960	9,2%
Subtotal	8.549	100,0%	8.909	99,8%	10.405	99,4%
Demais Produtos	3	0,0%	22	0,2%	62	0,6%
TOTAL GERAL	8.552	100,0%	8.931	100,0%	10.467	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPRD/C - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2010.

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - MALDIVAS (US\$ mil - fob)		2 0 0 8	% no total	2 0 0 9	% no total	2 0 1 0	% no total
IMPORTAÇÕES: (por principais produtos e grupos de produtos)							
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos		0	0,0%	0	0,0%	15	100,0%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos		0	0,0%	8	100,0%	0	0,0%
Peixes e crustáceos, moluscos e outros invertebrados		1	100,0%	0	0,0%	0	0,0%
Subtotal		0	0,0%	8	100,0%	15	100,0%
Demais Produtos		1	100,0%	0	0,0%	0	0,0%
TOTAL GERAL		1	100,0%	8	100,0%	15	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPRD/C - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AlcoveWeb.
Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2010.

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL- MALDIVAS (US\$ mil - fob)		2 0 0 9 (jan-ago)	% no total	2 0 1 0 (jan-ago)	% no total
EXPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)					
Carnes e miudezas comestíveis		6.725	88,9%	7.521	89,3%
Preparações de carne, de peixes ou de crustáceos		782	10,3%	869	10,3%
Subtotal		7.507	99,2%	8.390	99,6%
Demais Produtos		58	0,8%	35	0,4%
TOTAL GERAL		7.565	100,0%	8.425	100,0%
IMPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)					
Máquinas, aparelhos e material elétricos		15	100,0%	1	100,0%
Subtotal		15	100,0%	1	100,0%
Demais Produtos		0	0,0%	0	0,0%
TOTAL GERAL		15	100,0%	1	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPRD/C - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AlcoveWeb.
Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em jan-ago/2010.

Aviso nº 77 - C. Civil.

Em 14 de fevereiro de 2012.

A Sua Excelência o Senhor
Senador CÍCERO LUCENA
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor MARCELO LEONARDO DA SILVA VASCONCELOS, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Democrática Socialista do Sri Lanka, c, cumulativamente, junto à República das Maldivas.

Atenciosamente,



GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado no DSF, em 17/02/2012.

Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal – Brasília – DF
OS:10339/2012

4



SENADO FEDERAL
REQUERIMENTO
Nº 53, DE 2012

À Comissão de Relações Exteriores

e Defesa Nacional.

EM 15/02/2012.

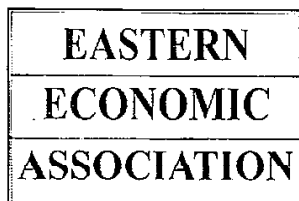
(Sede Armando Montenegro)

Roqueiro, nos termos dos artigos 13 e 40, §1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a necessária autorização para desempenhar missão no exterior, como representante do Senado Federal, entre os dias 9 e 11 de março próximo. Na oportunidade, participarei, conforme documento anexo, a convite do Dr. Alexandre Olbrecht, Diretor Executivo da Eastern Economic Association, da 38ª Conferência Anual da Eastern Economic Association, que ocorrerá em Boston, Estados Unidos. Na oportunidade proferirei a palestra "A Renda Básica de Cidadania para Auxiliar a Transição para a Democracia".

Assim, em cumprimento ao disposto do Artigo 39, inciso I, do Regimento Interno, comunico a Vossa Excelência que me ausentarei do País no período de 7 a 10 de março de 2012, para o desempenho desta missão.

Sala das Sessões, em 15 de Fevereiro de 2012.

(Assinatura)
Senador **EDUARDO MATARAZZO SUPPLY**



February 14, 2012

Senator Eduardo Matarazzo Suplicy,

Please accept this letter as a formal request to attend and present your paper entitled "The Citizen's Basic Income to Help Transition to Democracy" at the Eastern Economic Association Meetings in Boston, MA, USA. As a reminder, the March 9th to 11th conference will be held at the Park Plaza Hotel in Boston. Your talk has been scheduled in Session D15, which will take place on Friday, March 9 at 2:30 pm. Please visit <http://www.ramapo.edu/eea/2012> for all of the conference information.

As always, I look forward to seeing you in Boston and if there is anything my staff can do to make your attendance more enjoyable, please let me know.

Best regards,

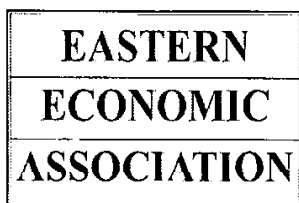
Alexandre Olbrecht
Executive Director

Executive Committee

Duncan Foley, President
Glenn Loury, President-Elect
James Poterba, Vice President
Paul Krugman, Past-President
Steven Pressman, Treasurer
Alexandre Olbrecht, Executive Director
Susan L. Averett, Co-Editor EEJ
Edward N. Gamber, Co-Editor EEJ

Directors

Mina Balamouni-Lutz, University of North Florida
Ann E. Davis, Marist College
Philip N. Jefferson, Swarthmore College
Martha Starr, American University in Washington, D.C.
Joyce Jacobsen, Wesleyan University
Giuseppe Fontana, University of Leeds (UK)



February 14, 2012

Dear Federal Senate President, Mr. José Sarney,

Please accept this letter as a formal request for Senator Eduardo Matarazzo Suplicy to present his paper entitled "The Citizen's Basic Income to Help Transition to Democracy" at the Eastern Economic Association Meetings in Boston, MA, USA. The conference will be held from March 9th to 11th at the Park Plaza Hotel in Boston. His talk has been scheduled in Session D15, which will take place on Friday, March 9 at 2:30 pm. Please visit <http://www.ramapo.edu/eea/2012> for all of the conference information.

On a personal note, I have attended the Senator's talks previously and our members have been very impressed by his knowledge and most importantly, he has represented your country incredibly well. I strongly encourage your government's support in this matter.

Best regards,

Alexandre Olbrecht
Executive Director

Executive Committee

Duncan Foley, President
Glenn Loury, President-Elect
James Poterba, Vice President
Paul Krugman, Past-President
Steven Pressman, Treasurer
Alexandre Olbrecht, Executive Director
Susan L. Averett, Co-Editor EEJ
Edward N. Gamber, Co-Editor EEJ

Directors

Mina Balamoune-Lutz, University of North Florida
Ann E. Davis, Marist College
Philip N. Jefferson, Swarthmore College
Martha Starr, American University in Washington, D.C.
Joyce Jacobsen, Wesleyan University
Giuseppe Fontana, University of Leeds (UK)

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado no DSF, em 16/2/2012.

Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal – Brasília – DF

OS:10314/2012

5



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO

Nº 55, DE 2012

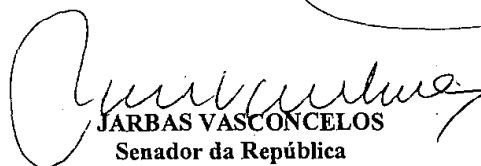
Requeremos nos termos do artigo 55, III, da Constituição Federal, combinado com o artigo 39, inciso I, e o disposto no art. 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para nos ausentarmos do País, no período de 02 a 05 de abril do corrente ano, com vistas a participarmos de uma série de encontros entre parlamentares tchecos e brasileiros, que serão realizados no Parlamento da República Tcheca, com o objetivo de estreitar os laços democráticos entre as duas Repúblicas, conforme convite, em anexo.

A troca de experiências entre parlamentares tchecos e brasileiros sobre o funcionamento de suas casas legislativas é ansiosamente aguardada pela República Tcheca, haja vista ter o Brasil consolidado uma das maiores democracias do mundo.

Ao manifestar nossa satisfação com o honroso convite recebido, requeremos, ainda, que seja considerada nossa participação no citado evento, como missão política de interesse parlamentar, contribuindo na aproximação das culturas entre a República Tcheca e o Brasil.

Sala das Sessões,


LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA
Senador da República
Presidente do Grupo Parlamentar da República Tcheca e do Brasil


JARBAS VASCONCELOS
Senador da República


ALOYSIO NUNES
Senador da República



Velvyslanectví České republiky
Embaixada da República Tcheca

SES 805 Lote 21A Via L3, Asa Sul,
Caixa postal 170, CEP 70200-901, Brasília - DF
tel.: +55 61 3242 7785; 7905; fax: +55 61 3242 7833
e-mail: brasil@embassy.mzv.cz
www.mzv.cz/brasil

No. 253/2012

Brasília, 12 de fevereiro de 2012

Excelentíssimo Senhor
Luiz Henrique da Silveira
Senador da República

Senhor Senador,

Retribuindo a visita dos Parlamentares da República Tcheca Sr. David Vodrážka, Sr. Vaclav Kubata e outros, que estiveram em Brasília, nos dias 30 de maio 2011 até 02 de junho de 2011, tenho a honra de reafirmar o convite do Sr. Vaclav Kubata, Presidente do Grupo Parlamentar da República Tcheca e do Brasil, para Vossa Excelência, bem como os senadores Jarbas Vasconcelos e Aloysio Nunes para participar de uma série de encontros entre parlamentares, que serão realizados no Parlamento Tcheco, nos dias 02 a 05 de abril do corrente ano, com o objetivo de estreitar os laços democráticos entre a República Tcheca e a República Federativa do Brasil.

A troca de experiências entre os parlamentares tchecos e brasileiros sobre o funcionamento de suas casas legislativas é ansiosamente aguardada, tendo o Brasil consolidado uma das maiores democracias do mundo.

Certo de contar com apoio de Vossa Excelência, proponho o roteiro abaixo.

Dia 2 de abril: Visita a Câmara dos Deputados do Parlamento Tcheco
Dia 3 de abril: Visita ao Senado do Parlamento Tcheco
Dias 4 e 5 de abril: Viagem a Brno, na região da Moravia do Sul

Sugiro que a Embaixada do Brasil, em Praga, com a colaboração do Grupo Parlamentar Brasil - República Tcheca, estabeleçam os detalhes da programação.

Respeitosamente,

Ivan Jančárek

Embaixador

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado no DSF, em 17/2/2012.

Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal - Brasília - DF

(OS:10322/2012)

6



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO

Nº 56, DE 2012

Requeremos nos termos do artigo 55, III, da Constituição Federal, combinado com o artigo 39, inciso I, e o disposto no art. 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para nos ausentarmos do País, no período de 02 a 05 de abril do corrente ano, com vistas a participarmos de uma série de encontros entre parlamentares tchecos e brasileiros, que serão realizados no Parlamento da República Tcheca, com o objetivo de estreitar os laços democráticos entre as duas Repúblicas, conforme convite, em anexo.

A troca de experiências entre parlamentares tchecos e brasileiros sobre o funcionamento de suas casas legislativas é ansiosamente aguardada pela República Tcheca, haja vista ter o Brasil consolidado uma das maiores democracias do mundo.

Ao manifestar nossa satisfação com o honroso convite recebido, requeremos, ainda, que seja considerada nossa participação no citado evento, como missão política de interesse parlamentar, contribuindo na aproximação das culturas entre a República Tcheca e o Brasil.

Sala das Sessões,

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA
Senador da República
Presidente do Grupo Parlamentar da República Tcheca e do Brasil

JARBAS VASCONCELOS
Senador da República

ALOYSIO NUNES
Senador da República

Recebido em 16/02/2012
Hora: 10:30
Patricia Nóbrega - Met. 16704P
SCLSF-SGM

Velvyslanectví České republiky
Embaixada da República Tcheca

SES 805 Lote 21A Via L3, Asa Sul,
Caixa postal 170, CEP 70200-901, Brasília - DF
tel.: +55 61 3242 7785; 7905; fax: +55 61 3242 7833
e-mail: brasilia@embassy.mzv.cz
www.mzv.cz/brasilia

No. 253/2012

Brasília, 12 de fevereiro de 2012

Excelentíssimo Senhor
Luiz Henrique da Silveira
Senador da República

Senhor Senador,

Retribuindo a visita dos Parlamentares da República Tcheca Sr. David Vodrážka, Sr. Vaclav Kubata e outros, que estiveram em Brasília, nos dias 30 de maio 2011 até 02 de junho de 2011, tenho a honra de reafirmar o convite do Sr. Vaclav Kubata, Presidente do Grupo Parlamentar da República Tcheca e do Brasil, para Vossa Excelência, bem como os senadores Jarbas Vasconcelos e Aloysio Nunes para participar de uma série de encontros entre parlamentares, que serão realizados no Parlamento Tcheco, nos dias 02 a 05 de abril do corrente ano, com o objetivo de estreitar os laços democráticos entre a República Tcheca e a República Federativa do Brasil.

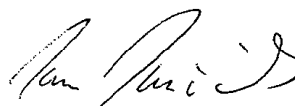
A troca de experiências entre os parlamentares tchecos e brasileiros sobre o funcionamento de suas casas legislativas é ansiosamente aguardada, tendo o Brasil consolidado uma das maiores democracias do mundo.

Certo de contar com apoio de Vossa Excelência, proponho o roteiro abaixo.

Dia 2 de abril: Visita a Câmara dos Deputados do Parlamento Tcheco
Dia 3 de abril: Visita ao Senado do Parlamento Tcheco
Dias 4 e 5 de abril: Viagem a Brno, na região da Morávia do Sul

Sugiro que a Embaixada do Brasil, em Praga, com a colaboração do Grupo Parlamentar Brasil - República Tcheca, estabeleçam os detalhes da programação.

Respeitosamente,



Ivan Jančárek

Embaixador

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado no DSF, em 17/2/2012.

Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal - Brasília - DF

(OS:10321/2012)

7



SENADO FEDERAL

(*) REQUERIMENTO Nº 57, DE 2012

Requeremos nos termos do artigo 55, III, da Constituição Federal, combinado com o artigo 39, inciso I, e o disposto no art. 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para nos ausentarmos do País, no período de 02 a 05 de abril do corrente ano, com vistas a participarmos de uma série de encontros entre parlamentares tchecos e brasileiros, que serão realizados no Parlamento da República Tcheca, com o objetivo de estreitar os laços democráticos entre as duas Repúblicas, conforme convite, em anexo.

A troca de experiências entre parlamentares tchecos e brasileiros sobre o funcionamento de suas casas legislativas é ansiosamente aguardada pela República Tcheca, haja vista ter o Brasil consolidado uma das maiores democracias do mundo.

Ao manifestar nossa satisfação com o honroso convite recebido, requeremos, ainda, que seja considerada nossa participação no citado evento, como missão política de interesse parlamentar, contribuindo na aproximação das culturas entre a República Tcheca e o Brasil.

Sala das Sessões,

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA
Senador da República

Presidente do Grupo Parlamentar da República Tcheca e do Brasil

JARBAS VASCONCELOS
Senador da República

ALOYSIO NUNES
Senador da República

(*) Avulso republicado em 17/02/2012 para inclusão de assinatura.

Velvyslanectví České republiky
Embaixada da República Tcheca

SES 805 Lote 21A Via L3, Asa Sul,
Caixa postal 170, CEP 70200-901, Brasília - DF
tel.: +55 61 3242 7785; 7905; fax: +55 61 3242 7833
e-mail: brasil@embassy.mzv.cz
www.mzv.cz/brasil

No. 253/2012

Brasília, 12 de fevereiro de 2012

Excelentíssimo Senhor
Luiz Henrique da Silveira
Senador da República

Senhor Senador,

Retribuindo a visita dos Parlamentares da República Tcheca Sr. David Vodrážka, Sr. Vaclav Kubata e outros, que estiveram em Brasília, nos dias 30 de maio 2011 até 02 de junho de 2011, tenho a honra de reafirmar o convite do Sr. Vaclav Kubata, Presidente do Grupo Parlamentar da República Tcheca e do Brasil, para Vossa Excelência, bem como os senadores Jarbas Vasconcelos e Aloysio Nunes para participar de uma série de encontros entre parlamentares, que serão realizados no Parlamento Tcheco, nos dias 02 a 05 de abril do corrente ano, com o objetivo de estreitar os laços democráticos entre a República Tcheca e a República Federativa do Brasil.

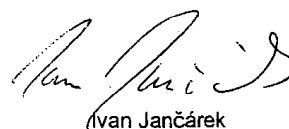
A troca de experiências entre os parlamentares tchecos e brasileiros sobre o funcionamento de suas casas legislativas é ansiosamente aguardada, tendo o Brasil consolidado uma das maiores democracias do mundo.

Certo de contar com apoio de Vossa Excelência, proponho o roteiro abaixo.

Dia 2 de abril: Visita a Câmara dos Deputados do Parlamento Tcheco
Dia 3 de abril: Visita ao Senado do Parlamento Tcheco
Dias 4 e 5 de abril: Viagem a Brno, na região da Morávia do Sul

Sugiro que a Embaixada do Brasil, em Praga, com a colaboração do Grupo Parlamentar Brasil - República Tcheca, estabeleçam os detalhes da programação.

Respeitosamente,



Ivan Jančárek

Embaixador

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional).

Publicado no DSF, de 17/02/2012.

8

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional - CRE**Requerimento n.º , de 2012.**

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, em conjunto com as comissões de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, e a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle - CMA, para debater o acidente ocorrido nas instalações da Estação Antártica Comandante Ferraz, sendo convidados, para tanto:

- Ministro de Estado da Defesa, Embaixador Celso Amorim;
- Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação, Marco Antonio Raupp;
- Comandante da Marinha, Almirante-de-Esquadra Júlio Soares de Moura Neto;
- Professor José Goldenberg, Instituto de Eletrotécnica e Energia da Universidade de São Paulo; e
- Professor Jefferson Simões, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Sala das Comissões, em de de 2012.

Senador MOZARILDO CAVALCANTI**Senador FERNANDO COLLOR**